



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 060 SEXTA-FEIRA, 1º DE MAIO DE 2015



BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Gladson Cameli - (PP-AC)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Vicentinho Alves - (PR-TO)	1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º SECRETÁRIO Zeze Perrella - (PDT-MG)	2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
	3º Elmano Férrer (PTB-PI)
	4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25 Líder Humberto Costa - PT (22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41) Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (11,25) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 16/2015..... 7

2 – ATA DA 59ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 30 DE ABRIL DE 2015..... 8

2.1 – ABERTURA..... 9

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE..... 9

2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação 9

2.2.1.1 – Parecer

Nº 117/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 164/2015 9

2.2.1.2 – Deliberação da Mesa do Senado Federal

Aprovação do Requerimento nº 164/2015, de informações. *Interrupção da tramitação da Mensagem nº 77/2013* 13

2.2.1.3 – Requerimentos

Nº 426/2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 166/2014 13

Nº 427/2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 166/2014 13

Nº 428/2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 166/2014 13

Nº 429/2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 166/2014 13

Nº 430/2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República 14

Nº 431/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Abujamra 18

2.2.1.4 – Término de prazo

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 757/2011 18

2.2.1.5 – Projetos de Lei do Senado

Nº 256/2015, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro* 18

Nº 257/2015, de autoria do Senador Lasier Martins, que *disciplina a declaração da perda da propriedade ou posse de bens, direitos e valores adquiridos por atividade ilícita, regulamenta a ação civil pública de extinção de domínio para tal fim, e dá outras providências* 20

Nº 258/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, que *institui a obrigatoriedade de desenvolvimento de ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica no âmbito do Sistema Único de Saúde* 33

Nº 259/2015, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que *altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas* 34

2.2.1.6 – Comunicação

Do Senador Humberto Costa, relatando participação na 4ª Missão de Estudos sobre Inovação, no período de 28 de março a 3 de abril de 2015 (**Ofício nº 158/2015**) 36

2.2.1.7 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 84/2015, de autoria do Senador Benedito de Lira, que *sustenta atos normativos do Poder Executivo que impedem a utilização de veículos de passeio movidos a óleo diesel* 37

2.2.2 – Oradores

SENADOR HÉLIO JOSÉ – Preocupação com os impactos negativos nos direitos dos trabalhadores da eventual aprovação do projeto de lei que regulamenta a terceirização	39
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Indignação pela forma como foram reprimidos os professores que protestavam ontem em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná	43
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Anúncio de protocolização de requerimento de informações à Casa Civil da Presidência da República solicitando esclarecimentos sobre parceria firmada com a empresa Facebook para ampliar o acesso à internet no País; e outro assunto	46
SENADOR FERNANDO COLLOR, como Líder – Receio pela precarização dos direitos dos trabalhadores em virtude do ajuste fiscal	48
SENADORA SIMONE TEBET – Preocupação com a paralisação das obras que estavam sendo realizadas pela Petrobras	50
SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Registro da criação de fórum de debates sobre políticas de emprego, trabalho, renda e previdência pela Presidência da República	53
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Considerações sobre o fato de a Presidente da República não fazer, em princípio, o pronunciamento oficial em homenagem ao Dia do Trabalho, em 1º de maio	55

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item 3 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 19/2014 (nº 2.324/2011, na Casa de origem), que denomina Ponte Anita Garibaldi a ponte localizada na travessia da Lagoa da Cabeçuda e do Canal Laranjeira na BR-101, no Município de Laguna, Estado de Santa Catarina. Aprovado , com as Emendas nºs 1 e 2-CE , de redação.....	56
---	----

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 19/2014 (**Parecer nº 115/2015-CDIR**). **Aprovada**. À sanção

2.3.2 – Item 4 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 6/2015 (nº 7.664/2014, na Casa de origem), que altera o art. 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (excetua as entidades de autogestão de constituir pessoas jurídicas para operar planos de saúde). Aprovado , com as Emendas nºs 1 e 2-CAS , de redação	59
---	----

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 6/2015 (**Parecer nº 116/2015-CDIR**). **Aprovada**. À sanção...

2.3.3 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Oradores

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Reflexões acerca das propostas do Movimento Acorda Brasil no que se refere à reforma política	62
---	----

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Defesa da rejeição do projeto de lei que regulamenta a terceirização; e outros assuntos	64
---	----

SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Repúdio à força excessiva utilizada pela polícia militar do Paraná durante recente manifestação de professores no Estado	68
---	----

SENADOR RICARDO FERRAÇO, como Líder – Críticas ao Presidente da Petrobras pela sinalização de descumprimento do compromisso de investimento em polo gás-químico no Espírito Santo	71
---	----

SENADOR REGUFFE – Apelo à Agência Nacional de Saúde Suplementar para que coíba a prática dos planos de saúde de obrigar os consumidores a adquirem planos coletivos de saúde	73
--	----

SENADOR LINDBERGH FARIAS – Registro do Dia do Trabalhador, em 1º de maio, e preocupação com a possibilidade de redução de direitos com a aprovação do projeto de lei que regulamenta a terceirização; e outro assunto	74
---	----

SENADORA ANA AMÉLIA – Satisfação com a ampliação das relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos da América; e outros assuntos	79
---	----

SENADOR JORGE VIANA – Defesa da modernização das relações laborais no País, resguardados os direitos adquiridos pela classe trabalhadora	82
--	----

SENADOR TELMÁRIO MOTA – Registro do Dia do Trabalhador, a ser celebrado amanhã; e outros assuntos...

SENADOR VALDIR RAUPP – Necessidade da adoção de novas fontes de geração de energia elétrica no País; e outro assunto	89
--	----

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Indignação com a paralisação, há 8 anos, da obra de ampliação do Aeroporto Internacional de Macapá	92
---	----

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Alerta para o risco de falta d'água no Município de Currais Novos, no Rio Grande do Norte.....	94
--	----

SENADOR ELMANO FÉRRER – Homenagem aos trabalhadores do País por ocasião do Dia Internacional do Trabalho; e outros assuntos.....	96
--	----

SENADOR DÁRIO BERGER – Indignação com a decisão da Petrobras de fechar a Unidade de Operações de Exploração e Produção Sul, no Município de Itajaí-SC	99
---	----

2.4.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional para segunda-feira próxima, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o Presidente da República João Goulart 100

2.4.3 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR CIR^O NOGUEIRA - Homenagem aos trabalhadores do Brasil pela comemoração do Dia Internacional do Trabalhador, em 1º de maio. 100

2.5 – ENCERRAMENTO..... 101

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação 102

Bancadas dos Partidos 103

Por ordem alfabética 104

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

5 – LIDERANÇAS 106

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 108

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 112

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 115

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 118

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 120

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 122

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 125

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 129

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 132

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 133

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 136

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 138

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 140

CSF – Comissão Senado do Futuro 141

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 142

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 143

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 144

Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015) 145

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) 146

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 147

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) 148

Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) 149

Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) 150

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 151

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 151

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 151

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 152

CONGRESSO NACIONAL**10 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 153

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 155

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 157

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 158

CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) 159

CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) 160

CMCFL – Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal (Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara nº 1/2015) 162

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011-CN) 163

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	165
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	166

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2015

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 670**, de 10 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia 11 do mesmo mês e ano, que “Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 30 de abril de 2015.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 59ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 30 de abril de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Elmano Férrer, Alvaro Dias, da Sra Simone Tebet, do Sr. José Pimentel, da Sra Vanessa Grazziotin, dos Srs. Ricardo Ferraço e Reguffe, das Sras Rose de Freitas e Ana Amélia e dos Srs. Valdir Raupp e Telmário Mota.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 32 minutos e encerra-se às 17 horas e 47 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

59ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, ÀS 11:30 HORAS

Período : 30/04/15 07:00 até 30/04/15 20:35

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PSDB	TO	ATAIDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PMDB	SC	DÁRIO BERGER	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PT	TO	DONIZETI NOGUEIRA	X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X
PTB	PI	ELMANO FÉRRER	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PT	RN	FÁTIMA BEZERRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X
PP	AC	GLADSON CAMELI	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PSD	DF	HELIO JOSÉ	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X
PPS	MT	JOSÉ MEDEIROS	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PDT	RS	LASIER MARTINS	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSD	AM	OMAR AZIZ	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PT	PA	PAULO ROCHA	X
PMDB	PB	RAIMUNDO LIRA	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PT	PI	REGINA SOUSA	X
PDT	DF	REGUFFE	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PSB	MA	ROBERTO ROCHA	X
PSB	RJ	ROMARIO	X
PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ	X
DEM	GO	RONALDO CAIADO	X
PMDB	ES	ROSE DE FREITAS	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	MS	SIMONE TEBET	X
PDT	RR	TELMÁRIO MOTA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	MS	WALDEMIRO MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PR	MT	WELLINGTON FAGUNDES	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X

Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

PARECER

PARECER Nº 117, DE 2015

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 164, de 2015, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos do art. 216, combinado com art. 383, inciso II, "a", e com o inciso III, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, informações complementares ao Ministério das Relações Exteriores, que em sua anterior comunicação não logrou satisfatoriamente responder às indagações formuladas pelo Senador Jarbas Vasconcelos, então Relator da Mensagem nº 77, de 2013, cujo Requerimento nº 1.058, de 2013, foi aprovado à unanimidade por esta Comissão.*

RELATOR: Senador ZEZÉ PERRELLA

RELATOR "AD HOC": Senador JORGE VIANA

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 164, de 2015, cuja ementa se encontra na epígrafe, e o qual foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como conclusão do relatório apresentado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira ao analisar a Mensagem nº 77, de 2013.

A citada Mensagem submete à apreciação desta Casa a indicação do Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, para o exercício do cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Mediante requerimento anterior, o de nº 1.058, de 2013, já haviam sido solicitadas informações acerca das comunicações realizadas entre o diplomata Eduardo Saboia e o MRE sobre o caso do Senador boliviano

Roger Pinto Molina. Em decorrência da aprovação deste requerimento pela Mesa do Senado Federal, nos termos do art. 216, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), restou interrompida a tramitação da citada Mensagem nº 77, de 2013.

De acordo com a justificação do novo pedido de informações, o *MRE interpretou de forma tecnicista, no mínimo, a anterior solicitação do Senado*. Assim, pretende-se obter informações complementares àquelas obtidas com o atendimento do Requerimento nº 1.058, de 2013. Foram, desse modo, apresentados os seguintes quesitos:

- 1) Série completa das comunicações oficiais sobre o Senador Roger Pinto Molina, trocadas entre a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e a Embaixada em La Paz, no período compreendido entre 28 de maio de 2012 e a presente data.
- 2) Outras comunicações (faxes, ofícios) porventura trocadas entre a Secretaria de Estado e a Embaixada em La Paz, bem como (informações, ajuda-memórias) entre o Ministério das Relações Exteriores e a Presidência da República, inclusive os registros do Itamaraty sobre tratativas entre diplomatas brasileiros e prepostos bolivianos a respeito do destino do Senador Roger Pinto Molina.
- 3) Houve resposta do MRE ao pedido de orientação adicional formulado no Telegrama 379, de 2013, expedido pela Embaixada em La Paz à Secretaria de Estado? (*orientações adicionais, com o objetivo exclusivo de garantir que as orientações de Vossa Excelência esteja ao abrigo de quaisquer reparos que se lhes possa fazer no quadro de Direito internacional e do ordenamento jurídico brasileiro*)
- 4) Cópia do Despacho Telegráfico 122/2013, expedido pela Secretaria de Estado à Embaixada em La Paz e de eventuais pareceres jurídicos que fundamentaram a decisão de restringir as visitas ao Senador Roger Pinto Molina. (segundo a justificação, pelas informações prestadas anteriormente foi por meio deste despacho que houve restrição ao regime de visitas ao senador Roger Pinto Molina)

- 5) Cópia dos Autos da Sindicância, inclusive os termos de inquirição de testemunhas e de interrogatório do acusado, bem como eventual termo de indiciamento do acusado e texto de sua defesa escrita.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa do Senado Federal examinar se o pedido preenche os requisitos de admissibilidade previstos nas normas que tratam dos requerimentos de informações.

O Requerimento nº 164, de 2015, observa o disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que trata de *pedidos escritos de informação a Ministros de Estado*. Além disso, o citado requerimento volta-se para atos do Poder Executivo que se encontram submetidos à fiscalização e ao controle do Congresso Nacional, conforme art. 49, X, da Constituição de 1988.

Nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta o art. 216 do RISF, o requerimento de informações deve ser *dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República* (art. 1º, § 1º, do Ato) e as informações solicitadas *deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer* (art. 1º, § 2º, do Ato).

No caso em exame, os quesitos dizem respeito ao âmbito de competência do Ministério das Relações Exteriores e têm por objetivo esclarecer os fatos que envolveram a transferência do Senador boliviano Roger Pinto Molina, asilado nas dependências da embaixada do Brasil em La Paz, para o território nacional. Vale ressaltar que, como anteriormente mencionado, a deliberação sobre a indicação de embaixador do Brasil para aquele país encontra-se interrompida à espera da elucidação desses fatos (art. 216, IV, do RISF e § 2º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001), o que reforça a necessidade de obtenção dessas informações para que esta Casa possa bem cumprir suas funções constitucionalmente atribuídas.

O art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, prevê que o requerimento de informações não poderá conter *pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido* (inciso I) e nem poderá se referir a *mais de um*

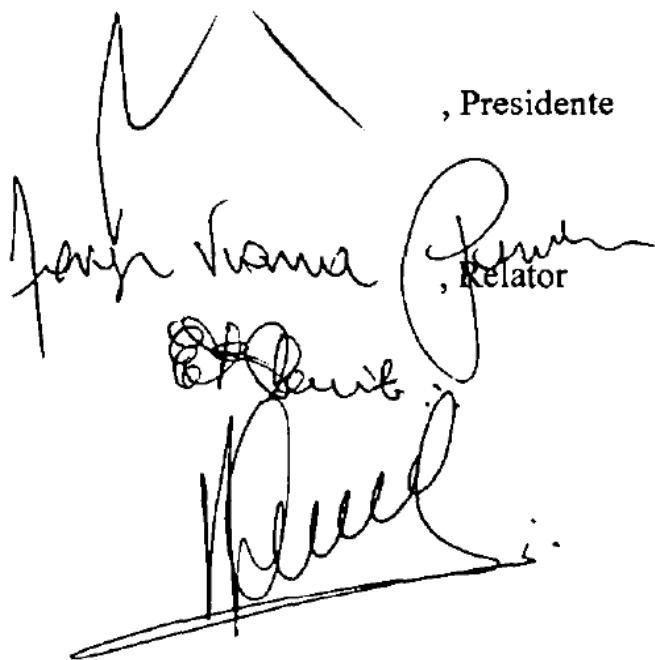
Ministério (inciso II). O Requerimento nº 164, de 2015, também atende essas exigências. Nesse sentido, note-se que todos os pedidos têm por objeto o envio de documentos já produzidos. Não há, pois, elementos de subjetividade nos pedidos.

Por fim, é importante realçar que, *a priori*, as informações solicitadas não detêm caráter sigiloso. No entanto, caso o MRE envie documentos ou dados sigilosos, estes deverão ter seu sigilo resguardado, nos termos dos dispositivos regimentais e outras normas aplicáveis, em especial os arts. 20 e 144, I, do RISF, e arts. 13 e 14 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – VOTO

Em face do exposto, manifestamo-nos pelo deferimento do Requerimento nº 164, de 2015.

Sala das Sessões,



Handwritten signatures of the President, Relator, and a witness, along with a large 'X' mark at the bottom.

, Presidente

, Relator

~~Presidente~~

X

(À publicação)

DELIBERAÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Em sua 3ª Reunião, realizada no dia 30 de abril de 2015, a Mesa do Senado Federal aprovou o **Requerimento de Informações nº 164, de 2015**, nos termos de seu relatório.

Com a aprovação do referido Requerimento, fica interrompida a tramitação da **Mensagem nº 77, de 2013**. Será cumprida a determinação da Mesa.

REQUERIMENTOS**REQUERIMENTO N° 426 DE 2015**

Requeiro nos termos do Artigo 255, inciso II, alínea c, número 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado n.º 166, de 2014, que *dispõe sobre medidas que regulem a expansão do plantio de soja na Amazônia Legal*, seja remetido à CDR por suscitar questionamento a ela atinente.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO N° 427, DE 2015

Requeiro nos termos do Artigo 255, inciso II, alínea c, número 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado n.º 166, de 2014, que *dispõe sobre medidas que regulem a expansão do plantio de soja na Amazônia Legal*, seja remetido à CAE por suscitar questionamentos a ela atinente.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO N° 428, DE 2015

Requeiro nos termos do Artigo 255, inciso II, alínea c, número 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado n.º 166, de 2014, que *dispõe sobre medidas que regulem a expansão do plantio de soja na Amazônia Legal*, seja remetido à CCJ por suscitar questionamentos a ela atinente.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO N° 429, DE 2015

Requeiro nos termos do Artigo 255, inciso II, alínea c, número 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado n.º 166, de 2014, que *dispõe sobre medidas que regulem a expansão do plantio de soja na Amazônia Legal*, seja remetido à CDR por suscitar questionamento a ela atinente.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO

Nº 430, DE 2015

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil sobre os termos de parceria anunciada publicamente entre o Governo brasileiro e a empresa de negócios digitais Facebook.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, relativamente à parceria anunciada publicamente entre o Governo brasileiro e a empresa de negócios digitais Facebook no último dia 10 de abril:

1. Encaminhar cópia da íntegra do documento original e uma versão traduzida para o vernáculo.
2. Encaminhar cópia dos atos administrativos e/ou normativos que deram respaldo à formalização da parceria.
3. Detalhar os termos da parceria relativamente ao Brasil, em particular, mas não exclusivamente:
 - a. Qual é o público-alvo desse projeto?
 - b. Quais serão os critérios para definição do público-alvo?
 - c. Qual é a estimativa de gastos públicos, se houver, do Governo brasileiro (federal, estadual, distrital e/ou municipal) com a execução do projeto?
 - d. Qual é a estimativa de custos que a empresa Facebook informa, através da parceria, para o fornecimento de infraestrutura e serviços, para implementação do projeto no Brasil?
 - e. Haverá qualquer tipo de incentivo fiscal ou tributário para implementação do projeto no Brasil, em qualquer nível federativo?
 - f. Haverá qualquer tipo de doação de bens públicos ou prestação de serviços públicos a título não oneroso ao Facebook ou a qualquer das empresas-parceiras do projeto?

- g. Que conteúdo poderá ser acessado pelo público-alvo?
 - h. Quais serviços públicos ou privados digitais serão oferecidos ao público-alvo através da parceria?
 - i. Que aplicações da internet poderão estarão disponíveis ao público-alvo?
 - j. Haverá restrições de acesso a conteúdo ou aplicações da internet no acesso à internet através dos dispositivos informáticos disponibilizados ao público-alvo?
 - k. Haverá tratamento diferenciado de dados de conexão ou acesso a aplicações da internet quanto ao serviço ou conteúdo acessado?
 - l. Haverá qualquer tipo de monitoramento de conteúdo não-previsto em lei nacional durante o acesso à internet?
 - m. Como se dará a implementação do projeto no âmbito municipal, quanto às áreas e serviços públicos sob responsabilidade desses entes federativos? E na esfera estadual?
 - n. Quais municípios e estados da Federação serão contemplados com o projeto nos médio e longo prazos? Quais os critérios para escolha dos entes federativos que poderão participar do projeto?
 - o. Haverá qualquer forma de cadastramento pessoal para acesso à internet através da parceria? Como serão tratados os dados pessoais de cadastro dos indivíduos usuários?
 - p. Quem será responsável pelo armazenamento e guarda dos dados e registros de conexão à internet e de acesso à aplicações da internet dos usuários do projeto?
4. Haverá qualquer forma de violação aos preceitos estabelecidos no art. 9º da Lei nº 12.965, de 2014 – Marco Civil da Internet? Detalhar, na resposta, fundamentos técnicos e jurídicos.
 5. Qual o cronograma de implementação do projeto de parceria e que setores ou órgãos da Administração Pública participarão da execução desse projeto?

JUSTIFICATIVA

A imprensa brasileira veiculou, no último dia 10, anúncio da presidente Dilma Rousseff da realização de uma parceria com a empresa norte-americana, Facebook, para ampliar o acesso à internet no Brasil para regiões carentes. Essas foram as palavras da própria presidente, disponível no site do Palácio do Planalto:

“Nós estamos aqui para anunciar uma parceria entre Facebook e o governo brasileiro no sentido de assegurar que as tecnologias que garantem acesso à internet, aos serviços de internet, à educação, à

saúde, enfim, a todos os produtos que hoje a internet pode tornar disponível na rede, possam ser acessados no Brasil. Vocês sabem que nós temos áreas que são áreas de difícil acesso: a Amazônia toda, é uma; tem áreas também no Centro-Oeste que esses problemas existem; existem áreas no Nordeste, enfim, todas as regiões no Brasil. Então, é muito importante essa parceria que nós, hoje, estamos encaminhando e que significa, basicamente, garantir o acesso a serviços, os mais variados, via internet.

O Facebook tem uma parceria em Heliópolis. Esse é um exemplo de um modelo que nós pretendemos utilizar. Nós, a partir de agora, vamos fazer estudos em comum até que, quando chegar em junho, nós possamos desenhar um projeto comum, cujo objetivo fundamental é a inclusão digital, mas não é a inclusão digital pela inclusão digital. É a inclusão digital porque ela pode garantir acesso à educação, acesso à saúde, à cultura, à tecnologia, enfim, olhar como um instrumento. E consideramos que o Facebook é um dos grandes produtos que geraram essa revolução, que foi essa revolução, que é similar ao que aconteceu com a energia elétrica quando o mundo foi iluminado. Agora, o mundo também é iluminado, mas só que ele é iluminado... - vocês vêem que cai às vezes - o mundo é iluminado, eu acho que agora pelo acesso ao conhecimento, pelo acesso a serviços. Um dos mais importantes é o acesso a serviços de saúde, acesso a serviços de educação. Eu vou só tratar desses dois."

A despeito da boa intenção do Governo federal, louvável no que toca a questão da ampliação do acesso à internet no País, é preciso avaliar, com o devido zelo, os termos desse projeto, não somente sob o aspecto de mérito, mas, especialmente, sobre sua legalidade e juridicidade.

Isso porque temos, em vigor, uma lei em vigor desde o ano passado, que trata exclusivamente do acesso e do uso da internet no Brasil – a Lei nº 12.965, de 2014 – Marco Civil da Internet – cuja regulamentação, inclusive, encontra-se, neste momento, sendo discutida com a sociedade civil, através de Consulta Pública disponibilizada pelo Ministério da Justiça.

Não por acaso, um dos pontos mais sensíveis do Marco Civil da Internet – a questão da neutralidade da rede – tem sido o principal foco nesse debate público sobre a regulamentação, precisamente porque a lei delegou ao Poder Executivo a definição das exceções ao princípio geral de neutralidade.

Diante disso, e considerando a insuficiência de informações públicas acerca dos detalhes da parceria público com a empresa estrangeira, diversas entidades e profissionais especializados na área digital e de telecomunicações levantaram questionamentos acerca de possível violação dos princípios gerais de neutralidade da

rede em que tal projeto poderá incorrer. E não somente isso: há entendimentos de violação de direitos garantidos pelo Marco Civil da Internet e pela Constituição Federal, como a privacidade e a intimidade, além de possível limitação do direito à liberdade de expressão, na medida em que, limitando o instrumento de comunicação, pode-se restringir a liberdade de expressão.

Cito, como exemplo, a "Carta à Presidente Dilma Rousseff sobre o acordo com o Facebook", subscrita pela organização de defesa do consumidor Proteste e outras 33 entidades civis e pessoas físicas, contendo críticas contundentes e bastante fundamentadas sobre a violação legal dessa parceria.

A imprensa já vem reverberando essa preocupação das entidades. O site Congresso em Foco publicou, no último dia 12, artigo intitulado "Acordo entre Dilma e fundador do Facebook pode destruir o marco civil", assinado pelo jornalista Raphael Tsavkko Garcia, em que apresenta um alerta contundente sobre a teoria normativa e a prática governamental nesse ponto, que tendem a divergir. Destaque para o trecho seguinte:

"Projetos como o Internet.org parecem bonitos, filantrópicos, na teoria, mas abrem as portas para um controle sem precedentes da internet e também abrem um precedente perigoso, colocando em risco a internet em si.'

Tais alertas levam a crer que, assim, essa medida poderia ser um instrumento de fortalecimento de mercado para a empresa digital, o que, quando menos, violaria prática concorrenciais e de realização de negócios públicos também protegidas por leis específicas no Brasil.

Assim, o objetivo deste requerimento é confirmar a nota publicada pela Casa Civil e apurar as informações a respeito da anuncia parceria com o Facebook, trazendo luz à questão, especialmente quanto aos detalhes do projeto e suas implicações jurídicas e sociais no País.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 2015.

Senador Aloysio Nunes Ferreira
PSDB-SP

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO N° 431, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, a consignação em ata de voto de pesar pelo falecimento do ator, diretor de teatro e entrevistador ANTÔNIO ABUJAMRA, ocorrido na manhã desta terça-feira, em São Paulo, aos 82 anos de idade.

Paulista da cidade de Ourinhos, Abujamra era bacharel em Filosofia e Jornalismo, mas destacou-se, inicialmente, como crítico teatral, e, a seguir, como ator e diretor dos mais respeitados no Brasil.

Nos primórdios de sua carreira, ainda como amador, dirigiu peças de renomados autores, como Tennessee Williams, Ionesco e Büchner.

Sua iniciação como profissional se deu com a encenação de *Raízes*, de Arnold Wesker, seguida de *José, do parto à sepultura*, de Augusto Boal, e de *Antígone América*, de Carlos Henrique Escobar.

Em 1963, fundou o Grupo Decisão, de matizes nitidamente políticos.

A seguir, dirigiu peças de autores famosos, como *O Oberço do herói*, de Dias Gomes, interditada pela censura, antes mesmo de sua primeira apresentação, *Os últimos*, de Mário Gorki, e *Muro de arrimo*, de Carlos Queiroz Telles.

Sua primeira láurea foi a conquista do Prêmio Molière, pela direção de *Roda cor de roda*, de Leilah Assumpção.

Nos anos 1980, retomou as tradições do Teatro Brasileiro de Comédia, o TBC, com a encenação de *Os órfãos de Jânio*, de Millôr Fernandes, *Hamletto*, de Giovanni Testori, *Morte acidental de um anarquista*, de Dario Fo, e *A serpente*, de Nelson Rodrigues.

Afastou-se do TBC e dirigiu, para a Companhia Estável de Repertório, de Antonio Fagundes, *Nostradamus*, de Doc Comparato.

Como ator, atuou em várias peças no teatro e na televisão, como *As minas de prata*, *Sassaricando*, *Cortina de vidro*, *Que rei sou eu?*, *Amazônia*, *O mapa da mina*, *A idade da loba*, *Os ossos do barão*, *Terra nostra*, *Começar de novo*, e, em 2012, *Corações feridos*.

No cinema, participou, entre outros, dos filmes *Os sermões: a história de Antônio Vieira*, *Carlota Joaquina, princesa do Brasil*, *Quem matou Pixote?*, *Villa-Lobos, uma vida de paixão*, *Assalto ao Banco Central*, Babu, a Reencarnação do Mal e *Brichos, a floresta é nossa*, de 2012.

Várias vezes premiado, obteve reconhecimento da crítica nacional e internacional, que lhe valeu, além do Molière, o Prêmio *Juscelino Kubitschek de Oliveira*, pela direção de *A cantora careca*, de *Eugène Ionesco*, em 1959, o Prêmio de melhor ator na peça teatral *O contrabaixo*, de *Patrick Süskind*, o Prêmio *Kikito*, no *Festival de Gramado*, como melhor ator pelo filme *Festa*, em 1989, o *Troféu APCA* de melhor ator de TV, conferido pela Associação Paulista de Críticos de Arte, por seu desempenho no papel de Ravengar, na telenovela *Que rei sou eu?*, e o Prêmio Life Achievement, como diretor, no XI Festival Internacional de Teatro Hispânico em *Miami*, em 1996.

Como entrevistador, apresentava, na TV Cultura, desde 2000, o programa *Provocações*, cuja última edição ocorreu no dia 21 de abril deste ano. Pessoalmente sinto profundamente sua morte, pelo carinho com que desenvolveu uma de suas apresentações baseado em um texto de minha autoria: "A Internacionalização da Amazônia."

Tais são as razões para que não apenas o teatro brasileiro, mas, especificamente, também esta Casa dos Estados, se associem em homenagem a essa figura exponencial das artes cênicas, cujo legado há de se perpetuar na memória dos que se dedicam à dramaturgia e à valorização da cultura nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque**.

(À publicação)

TÉRMINO DE PRAZO

Encerrou-se no dia 29 de abril o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2011**.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão competente, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

PROJETOS DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 256, DE 2015

Dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O poder público instituirá programa de certificação do artesanato brasileiro, abrangendo as diversas modalidades de artesanato desenvolvidas no País.

Parágrafo único. São objetivos gerais do programa referido no caput:

- I – valorizar o artesanato brasileiro, ampliando sua presença no mercado nacional e internacional;
- II – assegurar maior reconhecimento, renda e qualidade de vida aos artesãos;
- III – estimular a competência técnica e empresarial dos artesãos e de suas unidades produtivas;
- IV – desenvolver a consciência dos artesãos sobre os valores culturais, estético-formais e socioambientais relacionados à sua atividade.

Art. 2º A concessão dos certificados do programa considerará, nos termos de sua regulamentação, os seguintes aspectos dos produtos artesanais:

- I – autenticidade e qualidade técnica;
- II – qualidade formal e estética;
- III – representatividade da cultura regional em que se inserem, assim como caráter criativo e inovador;
- IV – adequação ambiental e social de seu processo de produção.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O artesanato consiste em uma atividade de natureza econômica que expressa com autenticidade e diversidade as tradições culturais das várias regiões do País, as quais abrangem valores culturais, padrões de sensibilidade e criações efetivas da imaginação plástica e simbólica. Insere-se, de modo pleno, no conceito de economia criativa, que vem assumindo crescente relevância.

No que se refere à geração de emprego e de renda, a criação de postos de trabalho na atividade artesanal, tanto no âmbito individual ou familiar como no trabalho organizado em pequenas unidades produtivas, exige investimentos consideravelmente menores do que na indústria. Seja por esta facilidade, seja pela riqueza de repertório das tradições populares, o artesanato mostra-se relevante opção para os segmentos sociais menos favorecidos economicamente e para as regiões menos desenvolvidas.

No entanto, a inserção do artesanato no mercado contemporâneo, cada vez mais competitivo e globalizado, exige o desenvolvimento de novas estratégias que aprimorem os processos produtivos e qualifiquem seus produtos.

A instituição de um programa de certificação mostra-se como meio relevante para valorizar os produtos do artesanato brasileiro, atestando, em primeiro lugar, sua origem e sua efetiva condição de produto artesanal. Devem-se considerar e premiar, em seguida, aspectos relacionados à qualidade técnica, à qualidade estético-formal e à correção ambiental e social dos processos de produção.

Ênfase especial deve ser conferida, por fim, à inserção no universo cultural da região onde se realiza o trabalho artesanal, valorizando tanto a fidelidade às formas e conteúdos da cultura tradicional como a possibilidade de sua apropriação recriadora.

O duplo foco na tradição e na originalidade se revela importante, quer pelo aspecto econômico, na medida em que distingue e valoriza os produtos artesanais diante dos produtos padronizados e repetitivos da indústria, quer pela afirmação de uma ampla gama de valores culturais e sociais envolvidos.

O desenvolvimento de programas de certificação leva os artesãos a questionarem aspectos importantes de seu processo produtivo, sejam eles de âmbito técnico, empresarial, ambiental, social ou cultural. Para que tais programas aproveitem todo seu potencial questionador e renovador devem promover, conjuntamente, atividades de orientação e capacitação dos produtores.

Além de organizações não governamentais, que já desenvolvem programas de certificação em âmbito restrito, o Governo Federal vem revelando, há algum tempo, preocupação em instituir um amplo programa de tal natureza. É o que constatamos, em particular, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), onde vêm sendo realizados estudos para a instituição de um programa voltado à capacitação do artesanato brasileiro.

Mais do que isso, verificamos que está em atividade, desde 2011, o programa "A Bahia Feita à Mão", que envolve o MDIC e o Governo da Bahia e que criou o primeiro selo governamental voltado ao setor do artesano. Foi instituído, por sua vez, em 2013, o selo "A Paraíba em Suas Mão", que certifica os produtos dos artesãos sediados nesse outro Estado nordestino.

Sobressai a necessidade de uma lei federal para conceder caráter permanente e abrangência nacional a esse tipo de programas, estabelecendo um outro patamar para o artesanato brasileiro.

Peço, por tais razões, o apoio de meus nobres Pares para a aprovação deste projeto, que concederá base e orientação legais ao processo de instituição de um amplo e abrangente programa de certificação do artesanato brasileiro, de modo a valorizar e qualificar esse setor para desenvolver seu potencial econômico e sociocultural.

Sala das Sessões, – Senadora **Maria do Carmo Alves**.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 257, DE 2015

Disciplina a declaração da perda da propriedade ou posse de bens, direitos e valores adquiridos por atividade ilícita, regulamenta a ação civil pública de extinção de domínio para tal fim, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Capítulo I Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Ação Civil Pública de Extinção de Domínio, caracterizada como a perda civil de bens, direitos ou valores, consistente na extinção do direito de posse e de propriedade, e de todos os demais direitos reais ou pessoais, sobre bens, de qualquer natureza, ou valores que sejam produto ou proveito, direto ou indireto, de atividade ilícita, na forma desta lei, e de sua transferência em favor da União, dos Estados, do Distrito Federal ou Municípios, sem direito a indenização.

Parágrafo único. A perda civil de bens, direitos e valores, abrange a propriedade e a posse de coisas corpóreas ou incorpóreas e outros direitos, reais ou pessoais, e seus frutos.

Art. 2º Será declarada a perda civil de bens, direitos e valores:

- I – procedentes, direta ou indiretamente, de atividade ilícita;
- II – utilizados como meio ou instrumento para realização de atividade ilícita;
- III – destinados à prática de atividade ilícita;
- IV – utilizados para ocultar, encobrir ou dificultar a identificação ou a localização de bens de procedência ilícita;
- V – provenientes de alienação, permuta ou outra espécie de negócio jurídico com bens abrangidos por qualquer das hipóteses previstas nos incisos anteriores.

§ 1º O perdimento de bens, direitos e valores nas hipóteses descritas no caput, alcança os recebidos por terceiros por herança, legado ou doação.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao lesado e ao terceiro interessado que, agindo de boa fé, pelas circunstâncias ou pela natureza do negócio, por si só ou por seu representante, não tinha condições de conhecer a procedência, a utilização ou a destinação ilícita dos bens, direitos e valores.

§ 3º Os bens, direitos e valores perdidos na forma desta Lei serão transferidos à União, aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, respeitado o direito do lesado e do terceiro de boa-fé.

Art. 3º A ilicitude da atividade apta a configurar o desrespeito à função social da propriedade, para os fins desta lei, refere-se à procedência, à origem, ou à utilização dos bens de qualquer natureza, direitos ou valores, sempre que relacionados, direta ou indiretamente com as condutas previstas nos seguintes dispositivos:

- I – extorsão mediante sequestro (art. 159 e §§, do Código Penal);
- II – peculato (art. 312 do Código Penal);
- III – concussão (art. 316 do Código Penal);
- IV – corrupção ativa e passiva (arts. 317 e 333 do Código Penal);
- V – tráfico de influência (art. 332 do Código Penal);
- VI – tráfico de drogas (arts. 33 a 39 da Lei nº 11.343, de 2006);
- VII – lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998); e
- VIII – contrabando (art. 334-A do Código Penal).

Art. 4º Caberá a perda civil de bens, direitos e valores situados no Brasil, ainda que a atividade ilícita tenha sido praticada no exterior.

§ 1º Na falta de previsão em tratado, os bens, direitos e valores, cuja perda civil for decretada por solicitação da autoridade estrangeira competente, ou os recursos provenientes da sua alienação, serão repartidos entre o Estado requerente e o Brasil, na proporção da metade, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

§ 2º Antes da repartição, serão deduzidas as despesas efetuadas com a guarda e manutenção dos bens, direitos e valores, assim como aquelas decorrentes dos custos necessários à alienação ou devolução.

Capítulo II Da Apuração da Origem Ilícita dos Bens

Art. 5º A apuração da origem ilícita dos bens, direitos e valores poderá ser feita pela Polícia, pelo Ministério Público, ou por outro órgão público, no exercício de suas atribuições.

§ 1º O Ministério Público e o órgão de representação judicial da pessoa jurídica de direito público legitimada poderão instaurar procedimento preparatório ao ajuizamento da ação civil pública de extinção de domínio.

§ 2º O Ministério Público e o órgão de representação judicial da pessoa de direito público legitimada poderão requisitar de qualquer órgão ou entidade pública certidões, informações, exames ou perícias, ou informações de particular, que julgarem necessárias para a instrução dos procedimentos de que trata o caput, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

Art. 6º Sempre que alguém obtiver indícios de que bens, direitos e valores se encontrem nas hipóteses de perda civil previstas nesta lei, deverá comunicar o fato à Polícia ou ao Ministério Público.

Parágrafo único. Verificada a existência de interesse de outra pessoa jurídica de direito público, as informações recebidas na forma do *caput* deverão ser compartilhadas com o respectivo Ministério Público e órgão de representação judicial.

Capítulo III Do Processo

Art. 7º O processo e o julgamento da ação civil pública de extinção de domínio independem de outros processos, ressalvada a sentença penal absolutória que taxativamente reconheça a inexistência do fato ou não ter sido o agente, quando proprietário do bem, o seu autor.

Parágrafo único. No caso de bens, direitos, valores relacionados com a prática de infração penal, a ação poderá ser ajuizada, ainda que a punibilidade esteja extinta, aplicando-se, no que couber, o art. 935 do Código Civil.

Art. 8º A ação será proposta:

- I – pelo Ministério Público Federal, quando a atividade ilícita a que os bens, direitos e valores estiverem ligados lesar interesse, patrimônio ou serviço da União, de suas autarquias, fundações e empresas públicas;
- II – pelo Ministério Público dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios, nos demais casos.

Art. 9º A ação será proposta no foro do local do fato ou dano e, não sendo estes conhecidos, no foro da situação dos bens, direitos e valores, ou do domicílio do réu.

Parágrafo único. A propositura da ação civil de extinção de domínio prevenirá a competência do juízo para todas as ações de perda civil de bens posteriormente intentadas, que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

Art. 10. Havendo lesão ao patrimônio público, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estarão concorrentemente legitimados à propositura da ação, e o Ministério Público intervirá obrigatoriamente como fiscal da lei e poderá aditar a petição inicial.

Parágrafo único. Em caso de desistência ou abandono da ação por ente legitimado, o Ministério Público assumirá a titularidade ativa.

Art. 11. A ação será proposta contra o titular dos bens, direitos ou valores e, no caso de sua não-identificação, contra os respectivos possuidores, detentores ou administradores.

Art. 12. Se não for possível identificar o proprietário, o possuidor, o detentor ou o administrador dos bens, direitos e valores, a ação poderá ser proposta contra réu incerto, que será citado por edital, do qual constará a descrição dos bens.

§ 1º Apresentando-se o titular dos bens, direitos e valores, o processo prosseguirá contra ele, a partir da fase em que se encontrar.

§ 2º Ao réu incerto será nomeado curador especial, mesmo na hipótese do parágrafo anterior.

§ 3º Nos casos deste artigo, caberá ação rescisória por parte daquele que prove ser legítimo proprietário dos bens, direitos e valores e que demonstre a sua origem lícita.

Art. 13. Não existindo ou não sendo localizado o representante do réu no Brasil, a citação será feita por edital.

Art. 14. A perda civil poderá recair subsidiariamente sobre bens, direitos e valores equivalentes do réu, ressalvado o direito do terceiro de boa-fé.

Art. 15. Estando a petição inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e, se entender necessário, ordenará a notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 16. Recebida a manifestação, o juiz, no prazo de 15 (quinze) dias, indeferirá a petição inicial, se conveniente da inexistência de indícios suficientes do fato sobre que se funda a ação ou da inadequação da via eleita.

Art. 17. Recebida a petição inicial, será o réu citado para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 18. A ação de que trata esta lei comportará, a qualquer tempo, a concessão de quaisquer medidas de urgência que se mostrem necessárias para garantir a eficácia do provimento final, mesmo que ainda não haja sido identificado o titular dos bens, direitos e valores.

§ 1º As medidas de urgência, concedidas em caráter preparatório, perderão a eficácia se a ação de conhecimento não for proposta no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da sua efetivação.

§ 2º Sem prejuízo da manutenção da eficácia das medidas de urgência, enquanto presentes os seus pressupostos, eventuais pedidos de liberação serão examinados caso a caso, devendo o juiz determinar a prática dos atos necessários à conservação de bens, direitos e valores.

§ 3º Nenhum pedido de liberação será conhecido sem o comparecimento pessoal em juízo do réu ou de seu representante.

§ 4º Realizada a apreensão do bem, o juiz imediatamente deliberará a respeito da alienação antecipada, ou sobre a nomeação de administrador.

§ 5º Requerida a alienação do bem, a respectiva petição será autuada em apartado, e os autos deste incidente terão tramitação autônoma em relação aos da ação principal.

§ 6º Uma vez efetivada a constrição sobre o bem, o processo judicial terá prioridade de tramitação.

§ 7º Não serão submetidos à alienação antecipada ou levados a leilão ou pregão os bens que a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios indicarem para serem colocados sob uso e custódia dos órgãos de segurança pública, preferencialmente, daqueles que atuem na prevenção e combate aos crimes previstos nos incisos I a VIII do art. 3º desta Lei.

§ 8º No caso do parágrafo 7º, o uso e a custódia dos bens dependerá de prévia autorização judicial, ouvido o Ministério Público, e da lavratura do respectivo termo de compromisso pela parte interessada, que se responsabilizará pela guarda e manutenção dos bens.

§ 9º O juiz determinará a avaliação dos bens em autos apartados e, no prazo de 10 (dez) dias, intimará:

I – o Ministério Público, pessoalmente;

II – a União, os Estados, o Distrito Federal, ou os Municípios, pessoalmente, os quais poderão, nessa oportunidade, fazer a indicação a que se refere o parágrafo 7º deste artigo;

III – o réu, os intervenientes e os interessados conhecidos, pessoalmente;

IV – eventuais interessados desconhecidos, por meio de edital.

§ 10. Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará que sejam alienados em leilão ou pregão, preferencialmente eletrônico, por valor não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da avaliação.

§ 11. Realizado o leilão ou pregão, a quantia apurada será depositada em conta judicial remunerada, adotando-se a seguinte disciplina:

I – nos processos de competência da Justiça Federal:

a) os depósitos serão efetuados na Caixa Econômica Federal ou em outra instituição financeira oficial, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF, específico para essa finalidade;

b) os depósitos serão processados pela Caixa Econômica Federal ou por outra instituição financeira oficial para a Conta Única do Tesouro Nacional, independente de qualquer formalidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

c) havendo ordem da autoridade judicial e após o trânsito em julgado da sentença, o valor do depósito será:

1. colocado à disposição do réu, no caso de sentença que reconheça a improcedência do pedido, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano;

2. incorporado definitivamente ao patrimônio da União, no caso de sentença que reconheça a procedência do pedido.

- d)** os valores devolvidos pela Caixa Econômica Federal ou por outra instituição financeira oficial definida em lei serão debitados à Conta Única do Tesouro Nacional, em subconta de restituição;
 - e)** a Caixa Econômica Federal, ou outra instituição financeira oficial, manterá controle dos valores debitados ou devolvidos;
- II – nos processos de competência da Justiça dos Estados e do Distrito Federal:
- a)** os depósitos serão efetuados em banco estadual no qual o Estado membro possua mais da metade do capital social integralizado ou, na sua ausência, em instituição financeira oficial da União;
 - b)** os depósitos serão repassados para a conta única do ente da Federação, na forma da respectiva legislação;
 - c)** havendo ordem da autoridade judicial e após o trânsito em julgado da sentença, o valor do depósito será:

1. colocado à disposição do réu pela instituição financeira, no caso de sentença que reconheça a improcedência do pedido, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano;

2. incorporado definitivamente ao patrimônio do ente da Federação, no caso de sentença que reconheça a procedência do pedido.

§ 12. Serão deduzidos da quantia apurada no leilão todos os tributos e multas incidentes sobre o bem alienado, sem prejuízo de iniciativas que, no âmbito da competência de cada um dos entes da Federação, venham a desonerar bens sob constrição judicial daqueles ônus.

§ 13. Os bens a serem colocados sob uso e custódia dos órgãos a que se refere o parágrafo 7º deste artigo serão igualmente avaliados.

§ 14. O juiz determinará ao registro público competente que emita documento de habilitação à circulação e utilização dos bens colocados sob uso e custódia dos órgãos a que se refere o parágrafo 7º deste artigo.

§ 15. Terão apenas efeito devolutivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas no curso do procedimento previsto neste artigo.

Art. 19. O juiz, quando necessário, e após ouvir o Ministério Público, nomeará pessoa física ou jurídica qualificada para a administração dos bens, direitos ou valores sujeitos a medidas assecuratórias, mediante termo de compromisso.

Art. 20. A pessoa responsável pela administração dos bens:

- I – fará jus a remuneração, fixada pelo juiz, que será satisfeita, preferencialmente, com os frutos dos bens objeto da administração;
- II – prestará ao juízo informações periódicas da situação dos bens sob sua administração, bem como explicações sobre investimentos, do que dará ciência às partes;
- III – realizará todos os atos inerentes à guarda e manutenção dos bens.

Art. 21. Julgado procedente o pedido, o juiz determinará as medidas necessárias à transferência definitiva dos bens, direitos ou valores.

Parágrafo único. Se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, qualquer legitimado poderá propor nova ação com idêntico fundamento, desde que instruída com nova prova.

Art. 22. Caberá penhora no rosto dos autos de bens atingidos por esta lei, na hipótese de existir vítima e dano patrimonial identificados, de acordo com a sistemática do Código de Processo Civil.

Capítulo IV Disposições Finais

Art. 23. Nas ações e atos decorrentes desta lei, não haverá pagamento de custas, emolumentos registrais, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação do autor, salvo a hipótese de comprovada má-fé.

§ 1º Sendo necessária perícia, será realizada preferencialmente por peritos integrantes dos quadros da Administração Pública.

§ 2º No caso de realização de perícia a requerimento do autor ou de ofício, sendo imprescindível a nomeação de perito não integrante da Administração Pública, as despesas para sua realização serão adiantadas pela União, pelo Estado, pelo Distrito Federal, pelo Município ou por entidades da administração indireta interessadas na ação prevista nesta lei, conforme o caso.

§ 3º As despesas com a perícia e os honorários do perito não integrante da Administração Pública serão pagos, ao final, pelo réu, caso vencido, ou pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, ou por entidades da administração indireta interessadas, conforme o caso.

§ 4º Sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, o retardamento injustificado e o descumprimento de ordens e decisões judiciais expedidas no curso do processo poderão ser punidos com multa, a ser fixada pelo juiz da causa, em até 5% (cinco por cento) do valor dos bens objeto da ação.

Art. 24. Os bens, direitos e valores cuja perda houver sido declarada serão destinados à área de segurança pública, preferencialmente, ao reequipamento, qualificação e treinamento dos agentes que atuem na prevenção e combate aos crimes previstos nos incisos I a VIII do art. 3º desta Lei.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, regulamentarão, mediante decreto, a forma de destinação dos bens, direitos e valores cuja perda houver sido declarada, observado o disposto no caput.

§ 2º Os recursos decorrentes da alienação de bens, direitos e valores oriundos do crime de tráfico ilícito de entorpecentes permanecem submetidos à disciplina definida em lei específica.

Art. 25. O terceiro que, não sendo réu na ação penal correlata, espontaneamente prestar informações de maneira eficaz ou que contribua para a obtenção de provas para a ação de que trata esta lei ou ainda que contribua para a localização dos bens fará jus a retribuição de até 5% (cinco por cento) do produto obtido com a liquidação desses bens.

Parágrafo único. O valor da retribuição de que trata este artigo será fixado na sentença.

Art. 26. Aplica-se subsidiariamente a esta lei o disposto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública e na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Art. 27. Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto é inspirado por iniciativa semelhante do Deputado Federal Vieira da Cunha que, em seu Projeto de Lei nº 5.681, de 2013, afirmou:

“O Brasil está atrasado, em relação a vários países, na tarefa de dotar a sua legislação de um instrumento eficaz para a recuperação de ativos vinculados à prática de crimes.”

Apesar de ter ratificado as Convenções Internacionais de Palermo contra o Crime Organizado, em 2000, e de Mérida contra a Corrupção, em 2003, passou-se mais de uma década sem que nosso país tenha avançado na missão de recuperar bens, direitos e valores frutos de atividades criminosas.

É o que pretende o presente projeto de lei, na esteira dos debates realizados no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), em cujos trabalhos se inspirou a presente iniciativa.

Como bem sustenta o Procurador da República José Robalinho Cavalcanti, em recente artigo intitulado “Recuperação de Ativos Vinculados ao Crime Fora do processo Penal: A Ação Civil de Extinção de Domínio”, “(...) é constitucional, e conveniente e adequado, que seja erigido no ordenamento um instrumento (a extinção de domínio) que permita a recuperação de ativos nos casos em que não se faz possível a ocorrência do processo penal, mas existem suficientes indícios (ou até provas cabais) da origem criminosa dos bens, ou de seu uso em crime, tal como se dá após eventual morte, evasão, fuga, imunidade ou não identificação do autor do delito.

“A necessidade de um combate eficaz à lavagem de dinheiro, ao crime organizado e à corrupção – todas as necessidades do Estado e de uma sociedade que se quer manter civilizada, prevalecendo a ordem pública, e uma economia hígida –, em um mundo globalizado e com o mercado financeiro interligado, impõe novos valores para interpretação constitucional (e não apenas em relação à propriedade e sua função social).

“Neste cenário – e isso em dezenas de países, como visto – vêm sendo implementados mecanismos eficientes de combate a esta macro-criminalidade e à corrupção, mecanismos que dão ao Estado armas e meios para, em particular, interromper o fluxo financeiro do crime (pois esta criminalidade é sempre econômica), interromper a lavagem de dinheiro e recuperar, para a sociedade, os ativos gerados no crime.

“A eficiência e eficácia no combate ao crime e à corrupção, para não implicar em afrouxar os limites de eficiência de prova do processo penal – o que, aí sim, seria inconstitucional e abusivo –, tem de buscar mecanismos mais leves, eficientes e independentes para atuar e recuperar os bens envolvidos ou derivados da atividade criminosa, interrompendo a cadeia de retroalimentação do crime e/ou impedindo o proveito do crime pelo criminoso.”

Assim, independentemente do confisco criminal, os bens e os frutos de origem criminosa podem ser recuperados ou declarados perdidos por meio da Ação Civil Pública de Extinção de Domínio, em consonância com o disposto no art. 5º, XLVI, da Constituição Federal, arts. 884 e 885 do Código Civil e art. 1º da Lei nº 7.347, de 1985. Mas, para obter a efetividade da medida civil, necessário se faz editar uma lei federal específica que

disponha sobre a apreensão cautelar de bens, a administração judicial das coisas apreendidas e a destinação à União, aos Estados-membros e Municípios dos bens recuperados [...].

Passando em revista os diversos ordenamentos jurídicos contemporâneos, observa-se que, em vários casos, contemplam a apreensão e perda de bens adquiridos como fruto de atividades ilícitas. Da mesma forma, o Código de Processo Penal permite que a autoridade policial, mediante ordem judicial ou em razão de prisão em flagrante (art. 6º, inciso II) apreenda os bens e valores e os instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso, visando ao resarcimento do dano ou prejuízo sofrido pela vítima ou à prova da infração penal ou da defesa do réu (art. 240, §1º). Até o trânsito em julgado da sentença penal, os bens e coisas apreendidos não podem ser restituídos enquanto interessarem ao processo (art. 118).

A Lei 9.605, de 1998, também possui normas sobre apreensão e perda de bens; assim, caso seja verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos. A Lei nº 9.613, de 1998, autoriza a apreensão ou o sequestro de bens, direitos ou valores do acusado, ou existentes em seu nome, objeto dos tipos penais nela contidos (arts. 4º a 5º). A Lei nº 8.429, de 1992, prevê penas aplicáveis contra agentes ímparobos ou terceiros, inclusive a perda de bens desviados ou de qualquer proveito, tratando da perda civil de bens de origem ilícita, porém somente aplicável quando está envolvido um agente público.

No Brasil, o confisco criminal encontra respaldo constitucional e legal. A possibilidade jurídica da perda de bens de origem criminosa em favor do Estado brasileiro fundamenta-se, como já se disse, na Constituição Federal de 1988, no art. 5º, XLVI; por seu turno, o Código Penal determina a perda (confisco) do produto ou proveito do crime e os instrumentos usados na execução da infração em favor da União, como efeito da condenação a ser aplicado ao autor do crime. O Código Civil, por sua vez, abomina o enriquecimento sem causa, determinando que “aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários” (art. 884). Assim, a Ação Civil Pública de Extinção de Domínio é perfeitamente compatível com a Constituição e o nosso ordenamento jurídico.

Como bem ensina o Promotor de Justiça Sílvio Antônio Marques, em brilhante trabalho sobre o perdimento de bens de origem ilícita, apresentado por ocasião do III Congresso do Ministério Público do Estado de São Paulo, no ano de 2005, “inexistem dúvidas de que no Direito brasileiro o perdimento de bens tem estreitas relações com o patrimônio público e deve ser classificado como interesse difuso primário, pois diz respeito a toda sociedade, que pode ser beneficiada direta ou indiretamente em caso de recuperação de quaisquer ativos, e, ao mesmo tempo, é prejudicada pela inéria dos órgãos estatais. Aliás, a sociedade financia o combate ao crime por meio do pagamento de tributos e contribuições sociais.

Assim, cabe Ação Civil Pública de perdimento de bens em relação ao produto do crime ou ao proveito experimentado pelo demandado ou terceiros. Além dos dispositivos constitucionais e legais de direito material, existe fundamento processual na Lei Federal nº 7.347, de 1985, cujo art. 1º determina que sejam resarcidos através da Ação Civil Pública os danos patrimoniais e morais causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, por infração da ordem econômica e da economia popular, à ordem urbanística ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

Nem se diga que é necessária a condenação criminal para se iniciar a ação em tela, pois o Código Civil veda o enriquecimento sem causa. Como bem observa Paulo Luiz Netto Lobo, “o que separa o enriquecimento juridicamente permitido (fundado em fato jurídico lícito) do enriquecimento sem causa é a licitude”. Portanto, há enriquecimento lícito se a conduta for lícita e enriquecimento sem causa se a conduta for ilícita. O Código Civil ainda determina que a restituição é devida, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir (art. 885). Por isso, é possível atingir bens de criminosos enquanto eles estão cometendo infrações ou após a cessão das suas atividades ilícitas.”

A medida de confisco criminal, prevista no Código Penal e em leis esparsas, não é suficiente para desmantelar empresas criminosas que, ao longo dos anos, permanecem em atividade, desafiando o Poder Público. Logo, deve ser editada uma lei federal, tratando da Ação Civil Pública de Extinção de Domínio, que preveja medidas cautelares eficientes, como o arresto, o sequestro ou a indisponibilidade, enquanto durar o processo.

Portanto, este Projeto de Lei preenche uma lacuna na legislação brasileira, a qual vem impedindo o adequado combate ao enriquecimento e acumulação de patrimônio por meio de atividades ilícitas.

Não poderia deixar de citar, por fim, como fontes de estímulo ao oferecimento da presente iniciativa, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo de Lima Veiga, bem como os Promotores de Justiça gaúchos Marcelo Lemos Dornelles, José Guilherme Giacomuzzi e Bruno Heringer Júnior.”

Considerando o alcance e a importância da matéria, que vem ao encontro do clamor da sociedade brasileira, no sentido de combater com rigor e sem tréguas as máfias do crime organizado em nosso País, conclamamos os nobres Senadores e Senadoras a aprovarem a presente proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Lasier Martins**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLV – nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI – a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

b) perda de bens;

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Parágrafo único. Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.

Art. 885. A restituição é devida, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir.

Art. 886. Não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VENTADO) e dá outras providências.

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: [\(Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011\)](#).

I – ao meio-ambiente;

II – ao consumidor;

III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. [\(Incluído pela Lei nº 8.078 de 1990\)](#)

V – por infração da ordem econômica; [\(Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011\)](#).

VI – à ordem urbanística. [\(Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001\)](#)

VII – à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. [\(Incluído pela Lei nº 12.966, de 2014\)](#)

VIII – ao patrimônio público e social. [\(Incluído pela Lei nº 13.004, de 2014\)](#)

Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados. [\(Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001\)](#)

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I – dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994) (Vide Lei nº 5.970, de 1973)

II – apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994)

Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal.

§ 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

- a)** prender criminosos;
 - b)** apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;
 - c)** apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;
 - d)** apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;
 - e)** descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;
 - f)** apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;
 - g)** apreender pessoas vítimas de crimes;
 - h)** colher qualquer elemento de convicção.
-

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Art. 25. Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

§ 1º Os animais serão prioritariamente libertados em seu habitat ou, sendo tal medida inviável ou não recomendável por questões sanitárias, entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados. (Redação dada pela Lei nº 13.052, de 2014)

§ 2º Até que os animais sejam entregues às instituições mencionadas no § 1º deste artigo, o órgão autuante zelará para que eles sejam mantidos em condições adequadas de acondicionamento e transporte que garantam o seu bem-estar físico. (Redação dada pela Lei nº 13.052, de 2014)

§ 3º Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins benficiais. (Renumerando do §2º para §3º pela Lei nº 13.052, de 2014)

§ 4º Os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais. (Renumerando do §3º para §4º pela Lei nº 13.052, de 2014)

§ 5º Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem. (Renumerando do §4º para §5º pela Lei nº 13.052, de 2014)

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal. ([Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa. ([Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal: ([Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

I – os converte em ativos lícitos;

II – os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III – importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem: ([Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

I – utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal; ([Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

II – participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.

§ 3º A tentativa é punida nos termos do parágrafo único do art. 14 do Código Penal.

§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa. ([Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 5º A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime. ([Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

Art. 4º O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes. (Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012)

§ 1º Proceder-se-á à alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção. ([Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 2º O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e valores quando comprovada a licitude de sua origem, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal. ([Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 3º Nenhum pedido de liberação será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado ou de interposta pessoa a que se refere o **caput** deste artigo, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores, sem prejuízo do disposto no § 1º. ([Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 4º Poderão ser decretadas medidas assecuratórias sobre bens, direitos ou valores para reparação do dano decorrente da infração penal antecedente ou da prevista nesta Lei ou para pagamento de prestação pecuniária, multa e custas. ([Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

Art. 4º-A. A alienação antecipada para preservação de valor de bens sob constrição será decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou por solicitação da parte interessada, mediante petição autônoma, que será autuada em apartado e cujos autos terão tramitação em separado em relação ao processo principal. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 1º O requerimento de alienação deverá conter a relação de todos os demais bens, com a descrição e a especificação de cada um deles, e informações sobre quem os detém e local onde se encontram. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 2º O juiz determinará a avaliação dos bens, nos autos apartados, e intimará o Ministério Público. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 3º Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão ou pregão, preferencialmente eletrônico, por valor não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da avaliação. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 4º Realizado o leilão, a quantia apurada será depositada em conta judicial remunerada, adotando-se a seguinte disciplina: ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

I – nos processos de competência da Justiça Federal e da Justiça do Distrito Federal: ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

a) os depósitos serão efetuados na Caixa Econômica Federal ou em instituição financeira pública, mediante documento adequado para essa finalidade; ([Incluída pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

b) os depósitos serão repassados pela Caixa Econômica Federal ou por outra instituição financeira pública para a Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas; e ([Incluída pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

c) os valores devolvidos pela Caixa Econômica Federal ou por instituição financeira pública serão debitados à Conta Única do Tesouro Nacional, em subconta de restituição; ([Incluída pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

II – nos processos de competência da Justiça dos Estados: ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

a) os depósitos serão efetuados em instituição financeira designada em lei, preferencialmente pública, de cada Estado ou, na sua ausência, em instituição financeira pública da União; ([Incluída pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

b) os depósitos serão repassados para a conta única de cada Estado, na forma da respectiva legislação. ([Incluída pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 5º Mediante ordem da autoridade judicial, o valor do depósito, após o trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal, será: ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

I – em caso de sentença condenatória, nos processos de competência da Justiça Federal e da Justiça do Distrito Federal, incorporado definitivamente ao patrimônio da União, e, nos processos de competência da Justiça Estadual, incorporado ao patrimônio do Estado respectivo; ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

II – em caso de sentença absolutória extintiva de punibilidade, colocado à disposição do réu pela instituição financeira, acrescido da remuneração da conta judicial. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 6º A instituição financeira depositária manterá controle dos valores depositados ou devolvidos. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 7º Serão deduzidos da quantia apurada no leilão todos os tributos e multas incidentes sobre o bem alienado, sem prejuízo de iniciativas que, no âmbito da competência de cada ente da Federação, venham a desonerar bens sob constrição judicial daqueles ônus. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 8º Feito o depósito a que se refere o § 4º deste artigo, os autos da alienação serão apensados aos do processo principal. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 9º Terão apenas efeito devolutivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas no curso do procedimento previsto neste artigo. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 10. Sobrevindo o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, o juiz decretará, em favor, conforme o caso, da União ou do Estado: ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

I – a perda dos valores depositados na conta remunerada e da fiança; ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

II – a perda dos bens não alienados antecipadamente e daqueles aos quais não foi dada destinação prévia; e ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

III – a perda dos bens não reclamados no prazo de 90 (noventa) dias após o trânsito em julgado da sentença condenatória, ressalvado o direito de lesado ou terceiro de boa-fé. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 11. Os bens a que se referem os incisos II e III do § 10 deste artigo serão adjudicados ou levados a leilão, depositando-se o saldo na conta única do respectivo ente. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 12. O juiz determinará ao registro público competente que emita documento de habilitação à circulação e utilização dos bens colocados sob o uso e custódia das entidades a que se refere o **caput** deste artigo. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

§ 13. Os recursos decorrentes da alienação antecipada de bens, direitos e valores oriundos do crime de tráfico ilícito de drogas e que tenham sido objeto de dissimulação e ocultação nos termos desta Lei permanecem submetidos à disciplina definida em lei específica. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

Art. 4º-B. A ordem de prisão de pessoas ou as medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores poderão ser suspensas pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata puder comprometer as investigações. ([Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

Art. 5º Quando as circunstâncias o aconselharem, o juiz, ouvido o Ministério Público, nomeará pessoa física ou jurídica qualificada para a administração dos bens, direitos ou valores sujeitos a medidas assecuratórias, mediante termo de compromisso. ([Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012](#))

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: ([Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009](#)).

I – na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

II – na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III – na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

Art. 159 – Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate: [Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90 \(Vide Lei nº 10.446, de 2002\)](#)

Pena – reclusão, de oito a quinze anos. [\(Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990\)](#)

§ 1º Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha. [Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90 \(Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003\)](#)

Pena – reclusão, de doze a vinte anos. [\(Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990\)](#)

§ 2º – Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: [Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90](#)

Pena – reclusão, de dezesseis a vinte e quatro anos. [\(Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990\)](#)

§ 3º – Se resulta a morte: [Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90](#)

Pena – reclusão, de vinte e quatro a trinta anos. [\(Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990\)](#)

§ 4º – Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços. [\(Redação dada pela Lei nº 9.269, de 1996\)](#)

Art. 312 – Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º – Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

§ 2º – Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano.

§ 3º – No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Art. 316 – Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º – Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: [\(Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990\)](#)

Pena – reclusão, de três a oito anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990\)](#)

§ 2º – Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Art. 317 – Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. ([Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003](#))

§ 1º – A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º – Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Art. 332 – Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: ([Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995](#))

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. ([Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995](#))

Parágrafo único – A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário. ([Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995](#))

Art. 333 – Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. ([Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003](#))

Parágrafo único – A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida: ([Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014](#))

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. ([Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014](#))

§ 1º Incorre na mesma pena quem: ([Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014](#))

I – pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando; ([Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014](#))

II – importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente; ([Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014](#))

III – reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação; ([Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014](#))

IV – vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira; ([Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014](#))

V – adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira. ([Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014](#))

§ 2º – Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências. ([Incluído pela Lei nº 4.729, de 14.7.1965](#))

§ 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de contrabando é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial. ([Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014](#))

LEI N° 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinquaginta) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II – semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III – utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga: (Vide ADI nº 4.274)

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. (Vide Resolução nº 5, de 2012)

Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas do caput deste artigo incorre quem se associa para a prática reiterada do crime definido no art. 36 desta Lei.

Art. 36. Financiar ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 20 (vinte) anos, e pagamento de 1.500 (mil e quinhentos) a 4.000 (quatro mil) dias-multa.

Art. 37. Colaborar, como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e pagamento de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) dias-multa.

Art. 38. Prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. O juiz comunicará a condenação ao Conselho Federal da categoria profissional a que pertença o agente.

Art. 39. Conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, além da apreensão do veículo, cassação da habilitação respectiva ou proibição de obtê-la, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade aplicada, e pagamento de 200 (duzentos) a 400 (quatrocentos) dias-multa.

Parágrafo único. As penas de prisão e multa, aplicadas cumulativamente com as demais, serão de 4 (quatro) a 6 (seis) anos e de 400 (quatrocentos) a 600 (seiscentos) dias-multa, se o veículo referido no caput deste artigo for de transporte coletivo de passageiros.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 258, DE 2015**Institui a obrigatoriedade de desenvolvimento de ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica no âmbito do Sistema Único de Saúde.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade de desenvolvimento de ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º As ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica compreenderão:

I – aquisição, ampliação e construção de Unidades de Atenção Primária em Oftalmologia, que incluirão:

- a)** serviço oftalmológico dentro dos Núcleos de Apoio da Saúde da Família (NASF);
- b)** serviço básico para atendimento oftalmológico, que compreenderá os exames de refração, bio-microscopia, tonometria, fundoscopia e avaliação de motilidade ocular;
- c)** serviço de atendimento ambulatorial de alto fluxo;
- d)** aquisição de equipamentos e insumos;

II – qualificação da assistência básica em saúde ocular, que consistirá de:

- a)** promoção da educação permanente dos profissionais de saúde integrantes das Equipes de Saúde da Família (ESF) e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF);
- b)** inclusão de oftalmologista nas equipes dos Nasf;
- c)** programas de ensino à distância, mediante parcerias com entidades de ensino na área da Oftalmologia;
- d)** programa de telemedicina para apoio aos médicos integrantes das ESF, com a consultoria de oftalmologistas;

III – estruturação de rede de serviços de apoio às Unidades de Atenção Primária em Oftalmologia, que incluirá:

- a)** serviço de assistência ótica para oferta rápida de correção ótica, quando indicado;
- b)** serviço de assistência farmacêutica para prover os medicamentos de uso frequente em doenças oculares.

Art. 3º Para dar cumprimento ao disposto nesta Lei, quando os recursos próprios do SUS forem insuficientes para garantir o acesso universal à atenção primária oftalmológica, o Poder Público poderá contratar serviços ofertados pela iniciativa privada com esse fim.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do disposto nesta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O modelo de assistência oftalmológica pública vigente no Brasil caracteriza-se pela limitada capacidade de dar respostas às necessidades básicas da população, priorizando, ao invés, ações assistenciais em níveis mais altos de complexidade do sistema público de saúde.

A Portaria do Ministério da Saúde (GM/MS) nº 957, de 15 de maio de 2008, que instituiu a Política Nacional de Atenção em Oftalmologia, apontou a necessidade de se promover o atendimento integral em oftalmologia aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, ainda não foram estruturados serviços de atenção básica para prover assistência oftalmológica. Com isso, restringe-se o acesso da população à saúde ocular, pois esta se encontra distante da atenção básica, porta de entrada do sistema. Além disso, a precariedade da comunicação entre os diversos níveis de atenção retarda o atendimento dos casos que deveriam ser priorizados.

Para que o acesso à saúde ocular seja universal e tenha resolubilidade e qualidade, a atenção primária em oftalmologia deve ser assegurada a todos os usuários do SUS.

A Estratégia Saúde da Família adotada pelo SUS constitui um modelo de atenção que visa a ampliar a cobertura assistencial à população e a possibilitar uma maior aproximação dos profissionais de saúde da realidade das famílias brasileiras. Para dar conta da diversidade de problemas com que se deparam as equipes da Saúde da Família (ESF) e garantir a integralidade da atenção, entendemos que é preciso incorporar a participação de profissionais capacitados para prestar ações voltadas à saúde ocular.

A incorporação de oftalmologistas nos Núcleos de Apoio da Saúde da Família (NASF) – constituídos por equipes compostas por profissionais de diferentes áreas, para atuar em articulação com as ESF –, permitirá preencher uma lacuna ainda existente na busca por uma atenção integral e de qualidade. A participação desses profissionais irá ampliar e potencializar as ações das ESF, ao dar respostas concretas a uma gama específica de

condições que interferem diretamente sobre a saúde e a qualidade de vida e que estão no campo do conhecimento da oftalmologia.

A inserção do médico oftalmologista como membro dos Nasf promoverá a oferta de consultas oftalmológicas no nível primário, além de prover educação continuada para os membros das equipes de saúde da família, como os agentes comunitários de saúde, qualificando-os de modo que possam acompanhar os tratamentos prescritos, orientar sobre a forma correta de se instilar colírios, instituir medidas de higiene ocular e de cuidados básicos e realizar o devido encaminhamento dos possíveis casos de afecções oculares. Essa inserção permitirá, ainda, apoio às ações do Programa Saúde na Escola, ao contemplar em suas atividades a aferição da acuidade visual e consultas oftalmológicas para os alunos da rede pública de ensino.

Além disso, o presente projeto de lei, com base na experiência dos mutirões promovidos pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia – pioneiro na idealização e execução de campanhas de massa para atendimento primário em oftalmologia, como os projetos “Veja Bem Brasil”, “Olho no Olho”, além dos diversos Mutirões de Catarata, Glaucoma e Retinopatia Diabética –, incorpora, na atenção básica, os centros de atendimento perene ambulatorial de alto fluxo, que teriam a mesma operacionalidade dos mutirões. Busca-se, com isso, garantir atendimento assistencial efetivo e em grande escala na área da saúde ocular.

Por fim, manifestamos a convicção de que contaremos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto que ora apresentamos, pelos grandes benefícios que trará para a saúde ocular da população brasileira.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 259, DE 2015

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 48 e 49 da Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48.....
.....
XIII – o incentivo à dessalinização de água do mar e das águas salobras subterrâneas.
.....” (NR)

“Art. 49.....
.....
XIII – incentivar a adoção de tecnologias que possibilitem a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas para o abastecimento da população.

Parágrafo único. A alocação de recursos para o atendimento ao que dispõe o inciso XIII deverá priorizar o atendimento ao consumo humano no semiárido e nas bacias hidrográficas nas quais a razão entre a disponibilidade hídrica e a demanda por recursos hídricos indicar maior escassez de água.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 97,5% da água existente no mundo é salgada e encontra-se nos oceanos. Apenas 2,5% do estoque correspondem à água doce e, dessa parcela, menos de um terço estão disponíveis em porções continentais.

Em vista, portanto, da abundância relativa da água do mar e do desenvolvimento tecnológico que tem contribuído para baratear o custo para a retirada do excesso de sal da água, a dessalinização tem sido uma opção cada vez mais frequente dos governos para o aumento da oferta de água.

Embora o Brasil seja um país rico em recursos hidrológicos, é importante ressaltar que a distribuição da água disponível no território brasileiro é extremamente desigual.

Conforme dados da Agência Nacional de Águas (ANA), somente a Região Hidrográfica Amazônica concentra mais de 70% da vazão média dos corpos d'água brasileiros em uma área em que se encontram menos de 5% da população residente no País. Enquanto isso, a vazão dos corpos d'água que compõem as regiões hidrográficas que abastecem o Nordeste corresponde a menos de 4% do total nacional, para o abastecimento de aproximadamente um quarto da população brasileira.

Esses números sugerem que a disponibilidade relativa da água para a população no Nordeste é, pelo menos, 87 vezes pior que a disponibilidade da Região Hidrográfica Amazônica.

Outra questão que agrava a situação de determinadas populações, especialmente aquelas residentes no semiárido nordestino, é o fato de que a água subterrânea disponível para muitas comunidades é salobra, com elevado índice de salinidade, o que a torna inadequada para o consumo humano.

Mais recentemente, com a repercussão na mídia causada pela possibilidade de racionamento no abastecimento de água no Estado de São Paulo, o País voltou a sua atenção para um problema muito grave que, infelizmente, já é realidade para milhões de brasileiros: a falta d'água.

Diante desse cenário, propomos a inserção, entre as finalidades e objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, instituída pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, do incentivo à adoção de tecnologias que possibilitem a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas para atendimento à população.

Dessa forma, nosso projeto busca implementar uma política de incentivo à dessalinização de água no Brasil, pois é fundamental que o País tenha à sua disposição todos os recursos existentes para a garantia do abastecimento de água à população, tendo em vista os grandes prejuízos que os racionamentos podem desencadear.

É importante ressaltar que a proposição encontra-se em consonância com as diretrizes nacionais para o saneamento básico, pois busca garantir a regularidade do abastecimento, por meio de tecnologia que considere as peculiaridades regionais. Além disso, define critérios de priorização para a alocação dos recursos da Política Federal de Saneamento Básico que tenham por finalidade o incentivo à dessalinização, de forma a selecionar aquelas regiões onde há escassez de fato, evitando a utilização desnecessária dos recursos.

Outro ponto relevante, também, é o fato de que a utilização dessa tecnologia traz consequências positivas à política ambiental, pois constitui alternativa à superexploração dos aquíferos litorâneos e dos mananciais.

Enfatizamos, por fim, que a garantia da adequada oferta de água é condição essencial para o atingimento da universalização do acesso ao saneamento básico.

Por todas essas razões, rogamos o apoio dos nobres Pares a esta importante proposição, cujos benefícios se estendem ao conjunto da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, – Senador **Eunício Oliveira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

CAPÍTULO IX Da Política Federal de Saneamento Básico

Art. 48. A União, no estabelecimento de sua política de saneamento básico, observará as seguintes diretrizes:

- I – prioridade para as ações que promovam a eqüidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;
- II – aplicação dos recursos financeiros por ela administrados de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;
- III – estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;
- IV – utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;
- V – melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública;
- VI – colaboração para o desenvolvimento urbano e regional;

VII – garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

VIII – fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, à adoção de tecnologias apropriadas e à difusão dos conhecimentos gerados;

IX – adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

X – adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações;

XI – estímulo à implementação de infra-estruturas e serviços comuns a Municípios, mediante mecanismos de cooperação entre entes federados.

XII – estímulo ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores de água. ([Incluído pela Lei nº 12.862, de 2013](#))

Parágrafo único. As políticas e ações da União de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate e erradicação da pobreza, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida devem considerar a necessária articulação, inclusive no que se refere ao financiamento, com o saneamento básico.

Art. 49. São objetivos da Política Federal de Saneamento Básico:

I – contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II – priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III – proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental aos povos indígenas e outras populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais;

IV – proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

V – assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

VI – incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VII – promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação federativa;

VIII – promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

IX – fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

X – minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

XI – incentivar a adoção de equipamentos sanitários que contribuam para a redução do consumo de água; ([Incluído pela Lei nº 12.862, de 2013](#))

XII – promover educação ambiental voltada para a economia de água pelos usuários. ([Incluído pela Lei nº 12.862, de 2013](#))

(As Comissões de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa)

COMUNICAÇÃO

Ofício nº 158/2015, do Senador Humbero Costa, referente ao **Requerimento nº 906, de 2014**, de missão, por meio do qual relata participação na 4ª Missão de Estudos sobre Inovação, no período de 28 de março a 03 de abril de 2015, na Califórnia, EUA.

O Requerimento vai ao Arquivo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 84, DE 2015****Susta atos normativos do Poder Executivo que impedem a utilização de veículos de passeio movidos a óleo diesel.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a Portaria nº 23, de 6 de junho de 1994, do Departamento Nacional de Combustíveis.

Art. 2º Fica sustado, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o art. 5º da Resolução nº 292, de 29 de agosto de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ao longo dos últimos anos, os motores movidos a óleo diesel passaram por profundos avanços que os tornaram mais econômicos, menos poluentes, mais silenciosos, e com maior potência. Em outras palavras, os modernos motores movidos a esse combustível em quase nada lembram seus congêneres de vinte anos atrás.

De fato, na Europa, seu uso tem crescido em função das menores emissões de gases causadores de efeito estufa, ao mesmo tempo em que proporcionam menor consumo e mais força no uso urbano que seus congêneres a gasolina.

Ocorre, entretanto, que o uso desse combustível é limitado a apenas veículos de carga, de transporte coletivo de passageiros, ou off-road. Entendemos, entretanto, que essa restrição, ante os benefícios desse combustível, não faça sentido, e seja, até mesmo, lesiva ao desenvolvimento da utilização do biodiesel em nosso País. Traçando um paralelo com o desenvolvimento do uso do etanol no Brasil, somente com a utilização maciça desse combustível nos carros de passeio é que as montadoras dedicaram recursos e esforços que culminaram na tecnologia atual dos motores "flex", que permitem ao País uma menor dependência dos derivados de petróleo.

De forma análoga, acreditamos que ao se permitir uma ampla utilização dos motores movidos a diesel no Brasil, será dado o estímulo necessário para o desenvolvimento do biodiesel, que nos permitiria ainda mais, reduzir nossa dependência do petróleo, commodity que, como todos sabem, é sujeita a intensas flutuações de preço no mercado internacional, e que continua a pressionar negativamente nossa balança comercial.

Por fim, do ponto de vista estritamente legal, entendemos que as mencionadas normas do extinto DNC e do Contran extrapolam os limites de competência do Poder Executivo, uma vez que não existe lei que proíba o uso do diesel por veículos de passeio em nosso País. Nesse sentido, parece claro que esses órgãos não poderiam impor as vedações aqui tratadas por mera normatização, como foi o caso. Nesse sentido é forçoso sustá-las, como determina o art. 49, inciso V, de nossa Lei Maior.

São esses os motivos que entendemos merecer a elevada consideração dos nobres Parlamentares, e que nos levam a apresentar este projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões, – Senador **Benedito de Lira**.

LEGISLAÇÃO CITADA**PORTARIA N° 23, DE 6 DE JUNHO DE 1994
DEPARTAMENTO NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS**

Resolve: Proibir o consumo de óleo diesel em veículos automotores de passageiros, de carga e de uso misto com capacidade inferior a 1.000 kg, altera o texto da Portaria DNC N° 16 de 29/06/93.

ALTERADA: § 3º do Art. 1º, pela Portaria DNC N° 47 de 06/12/94.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS – DNC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12 do anexo I do Decreto nº 507, de 23 de abril de 1.992.

Considerando que o óleo diesel tem preço favorecido e que o país necessita efetuar expressivas importações desse produto com elevado dispêndio de divisas;

Considerando a possibilidade de uso de outros combustíveis automotivos em substituição ao óleo diesel, resolve:

Art. 1º Fica proibido o consumo de óleo diesel como combustível nos veículos automotores de passageiros de carga e de uso misto, nacionais e importados, com capacidade de transporte inferior a 1.000 kg (mil quilogramas), computados os pesos do condutor, tripulantes, passageiros e da carga.

§ 1º Para fins desta Portaria, considera-se que o peso de uma pessoa é de 70 kg (setenta quilogramas).

§ 2º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo os veículos automotores denominados, jipes, com tração nas quatro rodas, caixa de mudança múltipla e redutor, que atendam aos requisitos do Ato Declaratório (Normativo) nº 32, de 28 de setembro de 1.993, da Coordenação Geral do Sistema de Tributação da Secretaria da Receita Federal, mesmo os que atendam, simultaneamente, as condições de jipes e de uso misto, conforme Parecer Normativo nº 2, de 24 de março de 1.994, da citada Coordenação.

§ 3º As disposições desta Portaria não se aplicam aos veículos registrados, licenciados e emplacados até a data de sua entrada em vigência, bem como aos veículos licenciados em outros países com permanência temporária no país e aos veículos de missões diplomáticas, desde que prestando serviços efetivos às mesmas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAULO TOSHIO MOTOKI

Resolução nº 292 de 29/08/2008 / CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito

(D.O.U. 29/09/2008)

Código de Trânsito Brasileiro. Dispõe sobre modificações de veículos previstas nos arts. 98 e 106 da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 292, DE 29 DE AGOSTO DE 2008

(Ver Resolução CONTRAN nº 290 de 2008)

Dispõe sobre modificações de veículos previstas nos arts. 98 e 106 da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, usando da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e conforme Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, resolve:

Art. 1º Estabelecer as modificações permitidas em veículo registrado no Órgão Executivo de Trânsito dos Estados ou do Distrito Federal.

Parágrafo único: Os veículos e sua classificação quanto à espécie, tipo e carroçaria estão descritos no Anexo I da Resolução 291/08-CONTRAN

Art. 2º As modificações permitidas em veículos, bem como a exigência para cada modificação e a nova classificação dos veículos após modificados, quanto ao tipo/espécie e carroçaria, para fins de registro e emissão de CRV/CRLV, constam no Anexo desta Resolução.

Parágrafo único: Além das modificações previstas nesta Resolução, também são permitidas as transformações em veículos previstas no Anexo II da Resolução nº 291/08 – CONTRAN, as quais devem ser precedidas de obtenção de código de marca/modelo/versão nos termos nela estabelecidos.

Art. 3º As modificações em veículos devem ser precedidas de autorização da autoridade responsável pelo registro e licenciamento.

Parágrafo único: A não observância do disposto no caput deste artigo incorrerá nas penalidades e medidas administrativas previstas no art. 230, inciso VII, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 4º Quando houver modificação exigir-se-á realização de inspeção de segurança veicular para emissão do Certificado de Segurança Veicular – CSV, conforme regulamentação específica do INMETRO, expedido por Instituição Técnica Licenciada pelo DENATRAN, respeitadas as disposições constantes na tabela do Anexo desta Resolução.

Parágrafo único: O número do Certificado de Segurança Veicular – CSV, deve ser registrado no campo das observações do Certificado de Registro de Veículos – CRV e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV, enquanto que as modificações devem ser registradas nos campos específicos e, quando estes não existirem, no campo das observações do CRV/CRLV

Art. 5º Somente serão registrados, licenciados e emplacados com motor alimentado a óleo diesel, os veículos autorizados conforme a Portaria nº 23, de 6 de junho de 1994, baixada pelo extinto Departamento Nacional de Combustíveis – DNC, do Ministério de Minas e Energia e regulamentação específica do DENATRAN.

Parágrafo único: Fica proibida a modificação da estrutura original de fábrica dos veículos para aumentar a capacidade de carga, visando o uso do combustível Diesel.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Há hoje esta sessão deliberativa extraordinária, que começa neste momento. Eu tenho uma reunião da Mesa Diretora com o Presidente Renan agora. Vamos, então, dar início aos trabalhos aqui, no plenário do Senado Federal.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, minha querida colega Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a está inscrita, Senadora Gleisi, para uma comunicação inadiável.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Presidente Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de pedir a inscrição como Líder pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a é o primeiro Líder inscrito – está inscrito pelo PTB.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Presidente, como Líder do Bloco Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senador Alvaro Dias é o segundo Líder inscrito.

O primeiro orador é o Senador Hélio José, a quem peço que venha à tribuna.

Eu sou o sétimo inscrito e tenho de sair. Eu gostaria, portanto, de pedir a colaboração de um colega que possa ficar aqui – Senador Alvaro, eu não sei se V. Ex^a pode. A nossa reunião da Mesa será breve, mas é importante que eu possa, como Vice-Presidente, participar.

Senador Hélio José, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, do nosso querido Estado do Acre, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, vou pronunciar algumas palavras aqui a respeito do importante dia de amanhã, o dia 1º de maio.

Este feriado de 1º de maio de 2015 corre o risco de ser um dos mais sombrios para os direitos trabalhistas em nosso País. É bem verdade que, desde a sua instituição formal no Brasil em 1924, em todos os anos, ele tem tido um significado mais de alerta do que de celebração, mas este, particularmente, traz motivos de preocupação maiores. Com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, pela Câmara dos Deputados, pudemos ver o quanto se fortaleceram, no Congresso Nacional, os grupos que querem reduzir as conquistas históricas dos trabalhadores. Com essa proposição que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho deles decorrentes, esta Câmara dos Deputados ameaça as conquistas instituídas pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1953, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Isso equivale a dizer que estamos ameaçando uma conquista que já perdura por 72 anos. A aprovação pela Câmara do PL nº 4.330, de 2004, é o maior dos contrassenso da história: em 1943, embora o Brasil estivesse submetido a uma ditadura, os trabalhadores tiveram os direitos assegurados; em 2015, em plena democracia, corremos o risco de ver essas garantias caírem por terra.

Nunca é demais lembrar que, em 1889, foi a Internacional Socialista que proclamou o 1º de Maio como o Dia Mundial do Trabalho, mas que, mesmo antes disso, em 1895, os trabalhadores brasileiros já se mobilizavam nessa data, afirmando-a como dia de luta, em homenagem ao massacre havido em 1886, em Chicago, nos Estados Unidos.

Nunca é demais destacar, igualmente, que as conquistas da CLT em 1943 resultaram de décadas e décadas de luta dos trabalhadores brasileiros e não foram uma concessão de Vargas, como o próprio Departamento de Imprensa e Propaganda quis fazer parecer. A primeira greve geral brasileira ocorreu já em 1917 – estamos a dois anos, portanto, de completar um século dessa memória de lutas. Já então, juntamente com o nascente processo de industrialização e de urbanização, os trabalhadores proclamaram um movimento de rebeldia contra as condições semiescravas de trabalho. Embora a história oficial jamais queira dar esse crédito aos trabalhadores e aos precursores partidos e movimentos da classe operária, as conquistas vindas com a Revolução de 1930 decorreram das mobilizações havidas em anos anteriores.

É um dever de cidadania relembrar esses fatos, particularmente nesses dias em que uma mídia predominantemente conservadora tenta, diariamente, apagar a memória de luta deste País, querendo fazer parecer que não temos história, que não temos lutas, que o atual Estado de direito e conquistas não decorreu de embates, alguns deles sangrentos. Nunca é demais lembrarmo-nos de alguns fatos que antecederam os movimentos sindicais organizados, mas que já representavam o embrião das futuras organizações de trabalhadores.

Na segunda metade do século XIX, assistimos ao surgimento das sociedades mutualistas, cujo objetivo era o de assegurar a sobrevivência de famílias de assalariados pobres ou auxiliá-los em determinadas ocasiões, como enterros. Essa é uma mostra do quão degradante era a nossa sociedade naquele período.

Com uma feição mais politizada, entre 1850 e 1900, assistimos a uma série de atos de desobediência civil, então chamados de quebra-quilos. O nome se refere à formalização da unidade de peso, mas, em verdade, era protesto contra os altos preços das mercadorias consumidas pelas famílias. Em outras palavras, era um movimento de reivindicação por melhor remuneração, ainda que não tivesse esse nome.

Em 1851, houve a Revolta da Ibicaba, em que colonos das fazendas de café se mobilizaram contra o alto preço das mercadorias que lhes eram vendidas, contra os pesos e as medidas utilizados e contra os juros.

Em 1858, em Salvador (BA), terra da nossa querida Senadora Lídice da Mata e dos nossos queridos Senadores Walter Pinheiro e Otto Alencar, houve o protesto contra a alta de gêneros alimentícios motivado pelas sucessivas epidemias de febre amarela e *cholera morbus*, e a escassez contínua de alimentos. As palavras de ordem, de então, eram: "Queremos carne sem osso e farinha sem caroço".

E, assim, sucessivamente, houve no Brasil revoltas em que a relação entre salário e poder de compra estava em evidência: em 1872, contra o alto preço das mercadorias importadas; em 1913, no Rio de Janeiro, ocorreu o Comício contra a Carestia, um movimento que se espalharia por várias cidades do País; depois, registraram-se os Atos contra o Desemprego e a Carestia, no Rio e em São Paulo, em 1914; na sequência, houve o Movimento de Comitês de Combate à Fome no Rio de Janeiro, em 1918. Em outro flanco, os historiadores e sociólogos não deixam de apontar a injustiça social como sustentáculo do Movimento do Cangaço (1925-1938), no Nordeste, onde se destacou a figura de Lampião, uma figura histórica do nosso Nordeste. De maneira mais politizada, houve a Marcha da Fome, em 1931, liderada pelo Partido Comunista; e, anos depois, a Campanha Popular Contra a Fome, em 1946.

Srs. e Sras Senadoras, sem querer cansá-los com esses fatos históricos, o que eu quero demonstrar é isto: mesmo antes da consolidação das organizações sindicais como as conhecemos desde a Era Vargas, sempre houve protestos contra as relações injustas de trabalho e renda. Então, não podemos admitir retrocesso nessa área. Protestos, marchas e greves se seguiram, mesmo depois da CLT, até que, em 1964, a ditadura quis fazer calar todas as formas de organização.

O fato é que, desde 1943, o 1º de maio é, simultaneamente, uma ocasião para protestos, mas também para a celebração de conquistas consolidadas na CLT. Precisamos ter na memória que a ruptura contra a democracia, havida em 1964, teve como desculpa formal a mobilização dos trabalhadores e as possíveis conquistas anunciamas pelo então Presidente João Goulart. Igualmente, não podemos nos esquecer de quem foram os trabalhadores, com seus movimentos, suas greves, seus protestos, sua imprensa alternativa e seu exemplo combativo. Foram os trabalhadores que ajudaram a reconquistar a democracia e foram os trabalhadores do campo e da cidade que foram às ruas conamar pela Anistia e pelas Diretas Já. Devemos ter presente, também, que foi a mobilização das organizações de trabalhadores que assegurou as conquistas da Constituição de 1988.

Sra Presidente Simone Tebet, do nosso querido Estado do Mato Grosso do Sul, é com muita alegria que pronuncio aqui essas palavras sob a sua Presidência no Senado Federal.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Com muita honra, associei-me, ainda muito jovem, a esses movimentos e fui construindo minha consciência e minha trajetória política como militante e como sindicalista. E esta é uma condição da qual me orgulho até hoje: membro que fui da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores. Militei, por cinco mandatos, como Diretor da Central Única dos Trabalhadores e militei no Partido dos Trabalhadores por 32 anos, sendo inclusive um dos seus fundadores, do que muito me orgulho. Hoje estou no PSD (Partido Social Democrático).

Em Brasília, estivemos sempre associados aos movimentos populares das cidades do Entorno, em busca de melhorias das mais elementares, como o direito à água encanada e à luz nas casas e nas ruas, até as mais estruturantes, como o direito à escritura para os assentados urbanos.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Hoje, como servidor concursado do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, prestando serviços ao Ministério de Minas e Energia, prossigo em minha militância, pois sei que somente os movimentos dos trabalhadores organizados podem fazer avançar a democracia em todos os seus sentidos: não apenas a formal, com o direito de votar e ser votado; mas também a material, com a redistribuição das riquezas produzidas no País. Também salários dignos e relações de trabalho estáveis fazem parte dessas conquistas.

Não é sem razão, pois, que manifesto minha preocupação com a aprovação do projeto da terceirização, pela Câmara dos Deputados, na semana que antecede o 1º de Maio. Em seguida esse projeto vem para cá...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Por favor, Srª Presidente.

E será nessa ocasião que nós, Senadores, poderemos mostrar ao Brasil o que significa o papel de uma Casa Revisora, de verdade.

Neste momento, quero me solidarizar e saudar o nosso Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, pela sua colocação de que, nesta Casa, o Projeto de Terceirização será amplamente debatido nas Comissões, assim teremos a oportunidade de aperfeiçoá-lo, melhorá-lo para atender a todo o Brasil.

Já não nos basta termos pouco espaço para contribuir decisivamente com os projetos de conversão das medidas provisórias? Teremos que ceder, agora, às pressões indevidas contra os direitos dos trabalhadores, Srª Presidente? Acredito que não. Quando chegar aqui o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que passou onze anos tramitando na Câmara dos Deputados, será a nossa hora de mostrar o quanto o Senado está aliado aos direitos fundamentais dos trabalhadores e à Constituição Brasileira.

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Estou concluindo, Srª Presidente.

Dados divulgados pela CUT, no dossiê Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha, apontam a existência, em 2013, de quase 13 milhões de terceirizados no País, o que corresponde a 26% do mercado formal de trabalho. Caso seja aprovado o projeto da terceirização, o número de trabalhadores nessa condição poderia passar facilmente a 30 milhões, em apenas cinco anos. Os estudos da CUT comprovam os prejuízos aos terceirizados com relação aos outros trabalhadores, contratados diretamente pelas empresas e organismos estatais. Os terceirizados recebem, em média, 24% menos do que os outros trabalhadores com carteira assinada diretamente pelo empregador. E, para agravar essa situação, Srªs e Srs. Senadores, trabalham, em média, três horas semanais a mais que seus congêneres, formalmente vinculados ao empregador. Para tornar mais precária sua situação, seu período no emprego dura a metade do tempo dos que são contratados diretamente. Isso é uma escravidão branca, Srª Presidente. Não podemos concordar com esse tipo de precarização do serviço.

Não podemos aceitar a aprovação de um projeto que não resolva as más condições de trabalho e a discriminação sofrida por esses trabalhadores que, muitas vezes, são proibidos de usar o mesmo refeitório dos trabalhadores contratados diretamente pelo empregador.

Em verdade, aqueles que pressionam pela aprovação do PL 4.330, de 2004, estão mesmo é querendo se livrar das limitações a eles hoje impostas pela Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Esta determina que a terceirização no Brasil só pode ser empregada em atividades-meio, mencionando os serviços de vigilância, conservação e limpeza; mas são também admitidos serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta dos funcionários terceirizados com a empresa contratante.

Para melhor compreender o propósito da súmula, tomemos o exemplo de uma empresa de engenharia: esta não pode contratar um engenheiro terceirizado, mas o serviço de limpeza pode ser feito por um prestador de serviço. Essa súmula tem servido de base para decisões de juízes na área trabalhista. Inclusive, participei de uma audiência pública, Srª Presidente, na Comissão de Direitos Humanos, onde o Presidente do TST deixou claras a inconstitucionalidade desse projeto e a contrariedade do TST com esse Projeto 4.330.

Entretanto, se vigorar o PL 4.330, de 2004...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Srª Presidente, estou concluindo. Eu peço a sua tolerância, porque amanhã é o Dia dos Trabalhadores, e eu, como fui diretor da Central Única dos Trabalhadores, fundador do Partido dos Trabalhadores, não posso negar aqui falar em nome da classe trabalhadores, principalmente dos eletricitários, porque fui coordenador-geral do sindicato por uma temporada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª conta com a tolerância desta Presidência, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito obrigado, Srª Presidente, pela sua generosidade.

Entretanto, se vingar o PL 4.330, de 2004, qualquer atividade de uma empresa poderá ser terceirizada, desde que a contratada esteja focada em uma atividade específica. Então, se a atividade específica da con-

tratada for de engenharia, poderá ser contratado um engenheiro; e, se for de ensino, poderá ser contratado, como terceirizado, um professor.

Com o projeto da terceirização aprovado, teríamos uma “selvagerização” das relações de trabalho, com a piora da segurança, por exemplo. Segundo os dados do Ministério Público e dos fiscais federais do trabalho, de cada dez acidentes com morte nas empresas brasileiras, em oito, as vítimas são trabalhadores terceirizados, Srª Senadora Gleisi Hoffmann. É um absurdo concordar com uma situação dessas.

Tomemos um cenário como o da energia elétrica – e nesse eu tenho experiência, porque lá eu trabalhei por 33 anos –, para ilustrar essa “selvagerização”.

Se uma grande companhia do setor elétrico instituir uma concorrência para contratar uma empresa terceirizada, despertará uma acirrada disputa dessas empresas para conquistar os contratos disponíveis. Pelas regras de menor preço, os concorrentes tendem a baixar o valor cobrado. E como fazem? Reduzindo os custos, ora. E como reduzirão? Em áreas como a remuneração, qualificação da mão de obra e segurança do trabalho, resultando na ampliação de acidentes. E, acidentes no setor elétrico, todo mundo sabe que é fatal, é vida ceifada.

E, agora, um dado para demonstrar o quanto isso não é apenas uma projeção pessimista. Segundo o Dieese, no setor elétrico, 80% dos acidentes de trabalho envolvem trabalhadores terceirizados, Sr. Senador Aloysio Nunes. Esse estudo foi feito com base nos anos de 2006 e 2008.

Presidente Collor, Sr. Senador pelo nosso querido Estado de Alagoas, diante da crise econômica que se anuncia, com a potencial redução dos investimentos, com redução dos índices de empregabilidade, o Brasil precisa reforçar os direitos trabalhistas, e não o contrário, tornar precárias as condições de contratação e remuneração e garantias.

Precisamos compreender que a relação capital e trabalho tem que ser harmoniosa e que trabalhe todo mundo no sentido do desenvolvimento do nosso País.

Nunca é demais lembrar o quanto os grandes empreendedores nacionais querem se assemelhar às nações industrializadas, cujo poder se fortaleceu ao longo do século XX. Tomam os Estados Unidos e muitos países europeus como modelo, mas se esquecem de que foi justamente a força de seus sindicatos, lá nos Estados Unidos, que fez a grandeza de suas indústrias. Omitem de seus argumentos que a maior conquista de bem-estar social na Europa ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, com o reforço aos vínculos de solidariedade entre os detentores do capital e os trabalhadores. Isso porque, em parte, a eclosão da guerra – estou na última parte, Srª Presidente – se deu justamente devido à grande divisão entre capital e remuneração pelo trabalho. E, mais: cinicamente, deixam de mencionar que a redução de direitos – como o thatcherismo, da Margaret Thatcher e outros males do neoliberalismo – está levando à crise a que se assiste hoje na Europa.

Esquecem-se os admiradores de uma idealizada economia europeia de que foi o pacto do pós-guerra que ampliou outras conquistas de qualidade de vida: assistência à saúde, previdência social, apoio aos aposentados, qualidade de vida na terceira idade.

Eu quero dizer à senhora, Srª Presidente, que é não é porque eu tive a oportunidade de estudar, de ser uma pessoa incluída, de ser uma pessoa que tem uma condição de vida mais razoável, através de concurso público, que vou esquecer as mães e os pais de família que precisam trabalhar de sol a sol para ganhar um salário mínimo, em condições difíceis de sobrevivência. Temos que ser solidários, para que os trabalhadores tenham melhores condições de trabalho.

Então, para concluir, eu gostaria de concluir os Senadores e as Senadoras a resistirem a esse golpe. Não à precarização das relações de trabalho. Se assim fizermos, estaremos perpetuando os ideais que levaram à instituição do 1º de Maio.

Muito obrigado, Srª Presidente, pela tolerância. Obrigado ao povo brasileiro.

Durante o discurso do Sr. Hélio José, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.

Durante o discurso do Sr. Hélio José, o Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Simone Tebet.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu é que agradeço, Senador Hélio José, pela compreensão. Nós temos aqui, pelo menos, dezoito oradores inscritos, fora dois Senadores para comunicação inadiável e três para usar a palavra pela Liderança.

Passo neste momento a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, à ilustre Senadora Gleisi Hoffmann, não sem antes, se me permitirem, cumprimentar e agradecer a presença, no plenário do Senado, dos estudantes do ensino fundamental da Escola Classe 415, do Município de Samambaia, aqui do Distrito Federal.

Sejam muito bem-vindos os brasileirinhos e as brasileirinhas do futuro deste País, ao tempo em que cumprimento e agradeço a presença dos nossos professores, Profª Sônia, Profª Denise, Profª Michele, Profª Edilene.

Para mim, é uma honra, neste momento, estar presidindo interinamente os trabalhos desta Casa, sendo eu mesma professora – por 12 anos professora universitária. Vim a este Senado com o compromisso de levantar ainda mais a bandeira da educação, a começar pela valorização dos professores.

Quero dizer que o Distrito Federal tem aqui um Senador que é mestre de todos nós, Senador Cristovam Buarque, que luta incansavelmente pela educação e pela melhoria do ensino neste País.

Sejam muito bem-vindos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a palavra, Senadora Gleisi Hoffmann. Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Srª Presidente, na sessão de anteontem, foi anunciado pelo Líder do PSDB, Senador Cássio Cunha Lima, a entrega de um requerimento de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as ações dos Fundos de Pensão, já com o número regimental de assinaturas.

Eu peço a V. Exª que proceda à leitura desse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Assim que a Senadora Gleisi Hoffmann, a oradora, fizer o seu pronunciamento e desocupar a tribuna, será lido o referido requerimento, Senador Aloysio.

Muito obrigado.

Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Srª Presidenta.

Srs e Srs. Senadores, quem nos ouve pela Rádio Senado e nos assiste pela TV Senado, hoje é com imensa tristeza que eu ocupo esta tribuna.

Sempre venho aqui com indignação. Sempre venho aqui para comemoração. Sempre venho aqui com alguma denúncia de fatos acontecidos.

Hoje, é com tristeza que ocupo a tribuna. E ocupo com tristeza porque o meu Estado, o Estado do Paraná está de luto. Está de luto pela forma como foram tratados os professores, os trabalhadores na educação que faziam ontem um manifesto na Assembleia Legislativa.

Eu queria aqui, Srª Presidenta, relatar o que se passou, o que aconteceu. Estive ontem, com o Senador Roberto Requião, na Assembleia Legislativa do Paraná e também participei, com os professores, da manifestação que faziam. Aliás, estive junto com os professores quando eles foram atingidos por bombas de gás lacrimogênio, por cassetetes da polícia. Uma truculência incomparável – nunca tinha visto antes – do Governador do Estado do Paraná, o Sr. Beto Richa.

Estivemos eu e o Senador Requião, em nome deste Senado – não fui como Senadora do Paraná, nem ele –, representando o Senado da República, fomos conversar com os Deputados e pedir, por favor, que os Deputados não fizessem, ontem, a aprovação de um projeto que alterava a Previdência Social dos servidores públicos. Nós dependemos, ainda, de um parecer do Ministério da Previdência Social. Tivemos uma audiência com o Ministro Carlos Gabas, conversamos com ele, mas ele não tinha todos os elementos – porque o Estado do Paraná não enviou – para fazer um posicionamento em relação a esse projeto.

Fizemos um apelo, eu e o Senador Requião, ao Presidente da Assembleia. Havia quase dois mil policiais militares fazendo um cinturão de segurança não só à Assembleia Legislativa, mas também ao centro cívico do Estado do Paraná, e mais de dez mil professores reunidos em praça pública. Sabíamos que uma tragédia poderia acontecer e pedimos, encarecidamente, que o projeto não fosse votado ontem.

Não conseguimos esse intento, Srª Presidenta. Não conseguimos fazer com que a Assembleia se sensibilizasse. O projeto começou a ser votado e a polícia, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, do nada, porque a tentativa de entrada na Assembleia pelos professores foi quase nula, começou a atirar bomba de gás lacrimogênio. E não estava lá preparada apenas, Senadora Rose, para defender o prédio da Assembleia. Nós sabemos como são esses confrontamentos quando tem que defender o prédio público ou o patrimônio: faz um confrontamento e recua. A polícia não recuou. Mesmo os professores, os trabalhadores da educação saindo, querendo correr, querendo se proteger, a polícia continuou jogando bomba de gás lacrimogênio, continuou atirando com bala de borracha, continuou soltando cachorros em cima dos professores e em cima dos trabalhadores da Imprensa. Aliás, os cachorros que estavam sendo utilizados eram pitbulls, que não são cachorros para fazer confrontamento de manifestação pública. Esses cachorros morderam professores, morderam jornalistas. Nós estamos com mais de 200 feridos no Paraná, pessoas em hospitais.

Ontem, nossa prefeitura municipal de Curitiba serviu quase que como um hospital de campanha, com centenas de manifestantes feridos. Tivemos que mobilizar médicos do Município, conseguir ambulância. E a polícia não recuava sequer para que a gente pudesse recolher os feridos, para que os professores pudessem recolher os feridos.

Eu estou falando aqui, Senador Moka, não foi de ver na televisão, eu estava lá, eu estava no Estado do Paraná. Eu estive na Assembleia Legislativa e estive junto com os manifestantes. E, enquanto nós conversávamos sem nenhuma afronta, as bombas continuavam sendo atiradas, continuavam sendo agredidos os nossos professores, os nossos trabalhadores na educação.

Eu me pergunto por quê. Por que fazer isso? Por que com tanta truculência? Por que com tanta violência? Nossos professores não são bandidos. Nossos professores não estavam lá para depredar prédio público. Eles estavam lá para lutar por um direito que é deles, por um fundo previdenciário que, há mais de 17 anos, tem contribuição dos servidores públicos, que, há mais de 17 anos, tem uma poupança previdenciária. Por que fazer isso? Por que os nossos trabalhadores e os nossos professores foram agredidos dessa forma?

Quero lamentar aqui muitíssimo, Sr. Presidente Jorge Viana, a posição do nosso Governador Beto Richa, que, ao invés de se colocar contra a violência, pedir desculpas, fazer publicamente um ato de solidariedade aos manifestantes, dizer que errou, chamar para conversar, foi lá e defendeu a violência policial. E defendeu sabe por quê, Senador Pimentel? Defendeu dizendo que os professores eram arruaceiros, baderneiros, que tinha Black Bloc misturado com os professores do Paraná. Mentira! Não há uma imagem de mascarado naquela manifestação. Eu estava lá, eu vi. Não havia pedras, não havia paus. Foi um massacre, e não confronto, como a mídia está dizendo.

Eu lamento muitíssimo pelos professores, pelas professoras, pelos pais, pelas mães, pelas crianças da creche que tinham ali no Centro Cívico, que tiveram que ser retiradas, Senador Cristovam, por conta do gás lacrimogêneo. Foi uma tristeza muito grande o que nós presenciamos no Estado do Paraná.

Eu concedo um aparte a V. Exa.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora, informaram-me que o regulamento não permitiria, mas, em um tema como esse, não posso deixar de trazer um debate. Eu quero me solidarizar com a senhora. Recebi seu convite. Lamento não poder ir nesta data, mas eu estou disposto a estar presente neste momento. A senhora citou as mães, citou os pais, citou os professores, e eu cito outra entidade que foi sacrificada ontem: eu cito o Estado do Paraná. É triste ver imagens como aquelas vindas de um Estado glorioso, que tem sido um exemplo até em muitas coisas passadas para nós. Professor apanhando de polícia é algo que entristece qualquer um. A capa do *Correio Braziliense* de hoje é “Triste pátria que despreza a educação”, é em cima do que aconteceu no Paraná.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu a parabenizo por não ter deixado passar em branco uma coisa como essa, como representante do Paraná que é e como brasileira indignada com aquilo. E isso de que havia Black Blocs ou o que seja a senhora já mostrou que não havia. Mas, ainda que houvesse, tinha que haver competência para separá-los dos professores que ali estavam.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Exatamente.

Muito obrigada, Senador Cristovam. É assim que eu penso também, porque as cenas que nós vimos lá, dos professores machucados, dos professores chorando, dos professores sendo atacados, são cenas que vão ficar para sempre na nossa memória e vão envergonhar muito a história do Paraná.

O autoritarismo que o Governador Beto Richa, Governador do PSDB, utilizou para fazer o enfrentamento com os professores, é lamentável que o Paraná dê mais um exemplo desse autoritarismo, dessa covardia. Eu diria um governante covarde, um governador que não teve competência para fazer o debate, a discussão política.

(Interrupção do som.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Nós temos assistido no Brasil manifestações muito grandes contra o Governo Federal, contra a Presidenta. Mesmo em junho de 2013, nós tivemos manifestações até violentas – aí, sim, com Black Blocs participando – e nós não tivemos, por parte do Governo Federal – inclusive que se queria que usasse a força militar para fazer a repressão –, um posicionamento assim. Tentamos separar isso e fazer com que as manifestações fossem respeitadas.

Aliás, nós vimos agora também, recentemente, no Brasil, a educação mesmo daqueles que queriam o regime militar, e, no Paraná, nós vimos a força militar para aqueles que lutavam pela educação.

Nós estamos recebendo aqui estudantes e professores das escolas de Brasília. Quero fazer uma saudação muito especial a vocês e dizer que o que aconteceu lá no Paraná nos deixa muito tristes. É importante vocês estarem aqui, como educadores, com os estudantes...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... porque ontem os nossos estudantes também sofreram repressão.

Eu queria agradecer ao Presidente do Senado, Presidente Renan, que prontamente, quando pedimos uma comissão especial para ir ao Paraná, deferiu. Fui junto com o Governador Roberto Requião; infelizmente não tivemos a companhia de outros Senadores por uma questão de transporte, por uma questão de deslocamento, mas foi importante a presença do Senado.

Já conversei, pela manhã, com o Senador Paim, conversei também com o Deputado Paulo Pimenta e, na quarta-feira, faremos uma audiência pública das Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado para que possamos trazer aqui os paranaenses, as lideranças dos nossos movimentos, mas também o Governador Beto Richa, também o Secretário de Segurança, também o Comandante da Polícia, para explicar a esta Casa por que agiram dessa forma.

Faremos também uma denúncia junto ao Sistema Interamericano dos Direitos Humanos, junto à Anistia Internacional. Estive lá, estava presidindo a reunião o nosso Senador Donizeti, que prontamente leu, e prontamente a CDH aprovou o requerimento.

Não podemos deixar que isso continue assim. Não podemos deixar que o Governador não responda por essa barbaridade que foi feita. Espero sinceramente que as Lideranças deste Senado, independentemente do partido político – inclusive do PSDB, que é o partido do Governador –, possam estar junto conosco no enfrentamento a essa violência. Essas Lideranças têm aqui se manifestado e aqui defendido as manifestações, o direito de protestar, os manifestantes de todas as manifestações que temos visto no Brasil. Espero, sinceramente, que o partido do Governador, em nível nacional, também repudie o que nós vivenciamos no Paraná.

Sinto-me envergonhada de subir a esta tribuna, como paranaense, pelo que assisti ontem no meu Estado. É lamentável que o Paraná tenha dado um testemunho tão degradante...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... ao Brasil e ao mundo pelas cenas que vimos. Realmente é lamentável.

Quero deixar aqui a minha profunda tristeza, a minha solidariedade aos professores, aos trabalhadores na educação, e dizer que não vamos ficar só na solidariedade, só nesta manifestação. Vamos, sim, buscar justiça. E vamos buscar fazer com que esse Governador responda pelos atos que cometeu. Fazer com que esse Governo responda pela violência que teve junto aos professores e trabalhadores na educação.

Vamos também agir para que não precisemos ter a aprovação de ontem pela Assembleia vigorando no Estado do Paraná. Entraremos com medida judicial contra essa decisão, porque é uma decisão que, com certeza, até por não ter a anuência do Ministério da Previdência, é uma decisão ilegal.

Agradeço, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tempo que tive aqui a mais, porque realmente queria.

E faço aqui mais uma saudação às nossas crianças, aos alunos do Distrito Federal, aos educadores que estão aqui hoje visitando o Senado da República, e, infelizmente, eles visitam num dia em que o meu Paraná chora pelos educadores, chora pela educação.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, a Sr^a Simone Tebet deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu que agradeço.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de reiterar a questão de ordem que apresentei ainda quando a Senadora Simone Tebet ocupava a Presidência, que é a leitura do requerimento de CPI dos Fundos de pensão, que foi protocolado aqui, na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, fui informado pela Mesa de que o requerimento não está aqui, está com o Sr. Presidente do Senado Federal.

Portanto, vamos aguardar a chegada dele, para que possamos atendê-lo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, no último dia 10, a Senhora Presidente da República, na Cidade do Panamá, depois de encontro de uma hora com o Presidente da Facebook, que é o Sr. Mark Zuckerberg, anunciou a realização de uma parceria do Governo brasileiro com esta empresa norte-americana.

O propósito dessa parceria seria – abro aspas – “ampliar o acesso à internet no Brasil” – fecho aspas – para as regiões carentes. Propósito elogiável, boas intenções. O problema é que não se sabe ainda quase nada, para não dizer nada, a respeito dos termos em que se dará essa parceria. A Casa Civil se manteve silente sobre isso, e o que sabemos, sabemos graças a apurações da imprensa brasileira.

Mas o que sabemos? Sabemos que o projeto visa à promoção da inclusão digital voltada às regiões carentes e de difícil acesso. Muito bem. Ótimo.

O segundo objetivo é fornecer acesso gratuito à internet. Maravilha. Aplauso.

E o terceiro item é que começa a se tornar um pouco mais problemático. A parceria contaria com financiamento privado do Facebook para a infraestrutura de conexão. Por outro lado, sabe-se também, o conteúdo acessado seria escolhido pelo Governo brasileiro. Quer dizer, o acesso não será universal, o acesso aos conteúdos que será promovido pelo Facebook será selecionado pela empresa.

Tão logo esse anúncio foi feito – e nada mais se sabe sobre a matéria –, muitas entidades especializadas na defesa do consumidor, de luta pelos direitos humanos e de defesa dos interesses dos usuários de internet no Brasil, cujo número cresce exponencialmente – como o Instituto Proteste, o Intervozes, a Associação Software Livre do Brasil, os pesquisadores do Laboratório de Desenvolvimento e Participação da Universidade de São Paulo, entre dezenas de outras entidades –, manifestaram-se contra a parceria, por diversas razões – e, a meu ver, com fundamento, pelo menos em relação ao que se sabe até agora.

A primeira preocupação desses especialistas, Sr. Presidente, é com um princípio basilar defendido pela sociedade, pelo Congresso, que é a neutralidade da rede, que é princípio consagrado, a essência do Marco Civil da internet aprovado pelo Congresso Nacional no ano passado.

Essa neutralidade da rede significa garantir que a velocidade de navegação na internet seja igual para todos, sem nenhum tipo de discriminação. O exemplo da rodovia foi amplamente citado, essa alegoria da apresentação da rede como uma grande rodovia. A neutralidade da rede funciona como se a internet fosse uma grande rodovia em que tanto o carro lento quanto uma supermáquina pudessem trafegar livremente e ambos chegariam ao mesmo destino, sem nenhum favorecimento, nem por parte do Governo, nem por parte das empresas que proveem o acesso. Esse é o princípio da neutralidade da rede.

E foi um dos pontos que mereceu maior discussão, aliás, aqui no Congresso Nacional. Lembro-me dessa discussão.

O projeto de lei esteve na Câmara durante muitos anos, o último Relator foi o competente Deputado Molon, da Bancada do PT do Rio de Janeiro, e, aqui no Senado Federal, muitos de nós queríamos discussão mais aprofundada do assunto, porque um tema de tamanha importância, com tantas complexidades de ordem jurídica e de ordem técnica e com tamanho alcance social, merecia debate aprofundado, debate sério, sóbrio, durante a atuação do Congresso como Casa revisora do projeto aprovado na Câmara.

Não conseguimos, Sr. Presidente – V. Ex^a é Líder do Governo e lembra-se disso. O que se disse aqui foi o seguinte: “O Senado tem que aprovar rapidamente, sem emendas, para não voltar para a Câmara”. Como se a Casa revisora não tivesse nada a dizer sobre as matérias aprovadas na Câmara. Por quê? Porque a Presidente Dilma tinha reunião internacional sobre esse assunto na semana seguinte à chegada do projeto aqui no Senado, e ela precisaria comparecer a essa comissão levando como troféu o projeto aprovado no Senado.

Aqui, eu me lembro, da tribuna do Senado, juntamente com vários colegas Senadores, fomos severamente criticados, exatamente porque queríamos que o Senado estudasse com calma, com profundidade a matéria, exatamente para cercarmos esse princípio basilar da neutralidade da rede de todas as garantias possíveis, e algumas delas não nos pareciam plenamente satisfeitas no projeto que veio da Câmara. Tínhamos preocupações também com o tratamento dos dados pessoais, com o elenco das autoridades que poderiam ter acesso a eles e outras várias questões de alta relevância legal e mesmo constitucional.

Não conseguimos. Era preciso aprovar a toque de caixa!

Lembro-me, inclusive, de uma chacota desrespeitosa do PT, que, na sua página oficial, colocou minha imagem, ao lado da imagem do Senador Alvaro Dias e do Senador Agripino Maia, chamando-nos de “os empateadores”. Empatadores por quê? Porque nós queríamos discutir com cuidado esse assunto. Estavamo empatando.

Não, não conseguimos discutir, e a coisa foi em frente. Projeto aprovado.

Pois bem, a Presidente da República, depois de ter forçado uma tramitação a toque de caixa do marco civil no Senado até agora, não regulamentou essa lei sobre a questão da neutralidade da rede. E exatamente, não tendo ainda regulamentado essa matéria, ela surge com essa parceria, que possivelmente – este é o nosso temor e de muitas pessoas que estudam o assunto –, possivelmente, violaria – ou arranharia, pelo menos – gravemente o princípio geral mais caro aos usuários da internet no Brasil e no mundo, que é a neutralidade da rede.

Me lembra agora, Sr. Presidente, de que outro crítico muito sério dessa proposta foi o especialista internacional e pesquisador bielo-russo Eugeni Morozov, que é uma voz contundente contrária a esse projeto a que me refiro. Eles temem que, entre outras coisas, essa parceria venha contribuir para a consolidação da liderança do mercado a favor dessa empresa norte-americana. Nada contra a empresa norte-americana, mas ela precisa ser tratada em pé de igualdade com outras empresas.

E eu pergunto: a Presidente refletiu sobre essa questão à luz, por exemplo, da Lei de Defesa da Concorrência? Houve uma reflexão ainda sobre a incidência ou não da Lei de Licitações, na medida em que se está cogitando terceirizar – para usar a palavra em voga – o acesso à internet no Brasil?

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Porque o Facebook não é uma entidade de benemerência; é uma empresa! Uma das grandes empresas do mundo. E o seu interesse comercial reside, em grande parte, no armazenamento e no tratamento dos dados pessoais para fins lucrativos.

Por exemplo, se me interesso muito, por acesso via Facebook, por matérias ligadas a automobilismo, eu serei uma pessoa vocacionada a receber publicidade sobre automóveis. Assim funciona o Facebook, que tem, nesse tratamento dos dados pessoais, digamos assim, uma das molas da sua atividade empresarial.

Será que a Presidente ponderou sobre questões de privacidade, de intimidade, de liberdade de expressão?

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – O que será feito desses dados? Que tipo de tratamento será dado a eles? Pois o Facebook, repito, é movido pelo interesse comercial no armazenamento de dados pessoais para fins lucrativos.

Ora, temos agora, no Senado – e eu até tenho a honra de ser o Relator – três proposições sobre proteção de dados pessoais: uma de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares; outra de iniciativa do nosso ex-colega, atual Ministro do TCU Vital do Rêgo; e uma da iniciativa da chamada CPI da Espionagem. Estou relatando as matérias e pretendo ouvir muita gente a respeito dessa questão delicadíssima.

Enquanto o Senado discute isso, e o próprio Ministério da Justiça abre uma consulta pública para a elaboração de um projeto de lei visando exatamente disciplinar esse tema, a Presidente anuncia um acordo com o Facebook que, seguramente, terá uma incidência grave sobre essa questão.

Por isso – Sr. Presidente, eu concluo –, estou apresentando um requerimento de informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil para que várias perguntas, como essa a que me referi, não fiquem sem respostas; para que possamos abrir amplamente esta discussão.

Qual é o público-alvo desse projeto?

Quais são os critérios para a definição desse público-alvo?

Qual é a estimativa de gastos públicos – se houver – do Governo Federal?

Enfim, uma série de questões.

Haverá tratamento diferenciado de dados e conexão ou acesso a aplicações na internet quanto ao serviço ou conteúdo acessado?

Enfim, uma série de questões que precisam ser esclarecidas antes que esse assunto desborde para a esfera judicial.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quero também, Sr. Presidente, se V. Ex^a me der um minuto a mais apenas, lembrar que, no próximo domingo, dia 3, será comemorado o Dia do Taquígrafo.

Queria aproveitar esta ocasião para homenagear esses servidores do Senado que desenvolvem um trabalho absolutamente imprescindível, um trabalho cotidiano, penoso e que é fundamental para que estas nossas palavras que muitas vezes poderiam se perder, ficar ao vento, fiquem registradas para que não se perca a memória daquilo que se faz no Senado.

Com origens muito antigas, a mais próxima de nós, parlamentares, está na coletânea de abreviaturas que Cícero fez para seus discursos no Senado romano. Sêneca aumentou o número delas para cerca de 5.000. Daí em diante foram se multiplicando suas sistematizações e aplicações.

É uma atividade que, há muito tempo, já vem sendo desenvolvida no Brasil. A Taquigrafia Parlamentar iniciou-se no início do Parlamento brasileiro, na Constituinte de 1823, por iniciativa até do Patriarca José Bonifácio, e apesar de todo o desenvolvimento tecnológico de transformação de registro de voz em texto, ainda não se inventou nada capaz de substituir a habilidade, a sensibilidade e a presença do ser humano no registro das nossas palavras.

Minha saudação, portanto, a esses servidores de importância decisiva e fundamental para nossa vida parlamentar que são os taquígrafos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Fernando Collor, pela Liderança do PTB.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente José Pimentel, Ex^{mas} Sras Senadoras, Ex^{mos} Srs. Senadores, amanhã, dia 1º de maio, comemora-se mundialmente o Dia do Trabalhador. Ao longo da história republicana brasileira, o PTB consolidou-se como referência na representação partidária em favor do trabalhismo. A partir das medidas de regulação das relações empregatícias, culminadas na CLT, o Presidente Getúlio Vargas marcou seus mandatos presidenciais em defesa da agenda positiva de reconhecimento dos direitos de todas as classes laborais.

Apenas para lembrar, Sr. Presidente, refiro-me aqui à jornada diária de 8 horas. Refiro-me ao salário mínimo e à carteira de trabalho. Ao direito a férias anuais e ao descanso semanal remunerado. Ao direito à previdência social. À proteção ao menor, à maternidade e ao emprego da mulher. Falo da regulamentação da higiene e da segurança. Do aviso prévio e das indenizações pela dispensa sem justa causa. Do direito à sindicalização. Da Justiça do Trabalho. Falo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, acima de tudo, da dignidade do trabalhador.

Mas, para tanto, é preciso também rememorar um pouco de nossa história republicana. O cisma que dá origem à Revolução de 1930 não está apenas no interior das oligarquias. O Brasil, dos tenentes ao proletariado urbano, do Rio Grande do Sul à Paraíba, estava conflagrado. Aquela República Velha – em que o voto não era secreto, em que as mulheres não votavam, em que as fraudes eleitorais eram regra, em que os oligarcas do café se revezavam no poder, em que o trabalhador não era respeitado, em que os movimentos sociais eram criminalizados – não era, definitivamente, uma república de todos.

O programa da Aliança Liberal, redigido por meu avô, Lindolfo Collor, e que lançava o nome do então presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, contra o continuísmo da política do café com leite de Júlio Prestes, propunha uma reforma política que nos expusesse à “verdade eleitoral” do voto secreto, livre do cabresto dos coronéis; defendia a importância da industrialização no desenvolvimento econômico do País; e relacionava inúmeras medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres, e a aplicação da lei de férias. O programa da Aliança Liberal rompia com uma política de controle da classe operária, fundada exclusivamente em mecanismos repressivos, e tornava clara a necessidade de se ampliar e de se fazer cumprir a legislação social.

A verdade é que, com a vitória da Revolução, atenuaram-se, sob a arbitragem do Estado, os conflitos destrutivos entre capital e trabalho. Promoveu-se a “colaboração de classes”: a conciliação entre um capitalismo de primeira hora, que acreditava que o mercado pudesse ser regulado apenas pela mão invisível da oferta e da procura, e um trabalhismo incendiário, que pretendia substituir a ditadura da burguesia pela do proletariado. Entre os radicalismos de parte a parte, entre os interesses patronais e os do operariado, os aliancistas souberam formular e implementar as escolhas de que o Brasil precisava para crescer com harmonia social.

Foi criado, então, por Getúlio Vargas, o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio – o Ministério da Revolução –, que teve Lindolfo Collor como principal idealizador e primeiro titular. Essa nova pasta promoveu uma mudança de paradigma que possibilitou ao Brasil construir uma nova ordem social, com maior valorização da mão de obra e estabilidade para o empresariado. Lindolfo Collor, em seu discurso de posse, definiu a criação do Ministério do Trabalho como um desafio que se traduzia na descoberta da correlação entre a justiça social e desenvolvimento econômico, porque o “Brasil [dizia ele] deve ser um ótimo mercado interno para o próprio Brasil”.

A partir de então, podemos assinalar um novo e definitivo posicionamento do Estado em face da questão social, em que as medidas regulatórias passam a ter real articulação em um corpo jurídico e efetivação no campo prático do processo de ocupação profissional: aprova-se o decreto sobre a nacionalização do trabalho; regulamenta-se o horário das atividades no comércio e da indústria; regulamenta-se o trabalho feminino; reforma-se o código de menores; decreta-se uma nova lei de férias; instituem-se as convenções coletivas; estendem-se os benefícios da Previdência a inúmeras categorias profissionais; cria-se o salário mínimo. E, para

fiscalizar o cumprimento da legislação, institui-se a carteira profissional obrigatória. Os sindicatos, incorporados ao Estado, passam a servir de anteparo dos conflitos, e criam-se comissões permanentes e mistas de conciliação entre empregados e empregadores, no que viria a ser, então, o embrião da Justiça do Trabalho, criada em 1934.

Enfim, reconhecem-se como legítimas as reivindicações históricas do movimento sindical anterior à década de 30, e lançam-se as bases da legislação trabalhista, sindical e previdenciária que, posteriormente, seria agrupada na Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943.

Contudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não são poucos os que hoje se insurgem contra as garantias reunidas na CLT e os demais direitos do trabalhador. Inúmeros são os que atribuem a essas conquistas na Era Vargas a responsabilidade pelos entraves que impediram o desenvolvimento do País. Acreditam que a desregulamentação, a precarização, o aviltamento dos direitos sociais dos trabalhadores é condição necessária para alavancar a tão desejada competitividade do Brasil no mercado internacional. Mas não, Sr. Presidente. Iludem-se os que dizem que é possível construir uma sociedade justa sem justiça social; enganam-se os que dizem que é possível construir uma sociedade próspera sem um mercado interno forte e amplo, formado por pessoas que possam ser também consumidores plenos; erram os que dizem que o preço da grandeza do Brasil é o aviltamento da dignidade de seus trabalhadores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais do que nunca, em 2015 – 85 anos após a Revolução de 30 e o início do processo de validação daqueles direitos –, é lastimoso dizer que o trabalhador brasileiro não tem muito o que comemorar neste 1º de Maio. Além do projeto de terceirização já aprovado na Câmara e que, nitidamente, torna precárias as relações de trabalho, parece haver uma sombria disposição para se promover uma reforma antitrabalhista. Digo isso, Sr. Presidente, em função de algumas iniciativas e medidas que atingem de maneira fulminante alguns direitos conquistados com muita luta pelos trabalhadores ao longo de todo esse período de quase um século.

Cito apenas duas das recentes medidas provisórias relativas ao ajuste fiscal, as MPs 664 e 665, que alteram importantes benefícios legais de que dispõe a classe menos favorecida. Mexer no seguro-desemprego, no abono salarial, na pensão por morte, no auxílio-doença, no seguro-defeso é sempre um risco ao futuro das garantias trabalhistas e, mais do que isso, é um retrocesso. O fato concreto é: se as medidas do ajuste fiscal são necessárias no atual momento econômico e financeiro por que passa o País, o que se questiona é o alvo escolhido pela equipe econômica para pagar a conta do ajuste, ou seja, o assalariado, o aposentado, o pensionista, especialmente aqueles que ganham até três salários mínimos, que representam um contingente de quase 20 milhões de brasileiros.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos agora retroceder juridicamente, regredir socialmente nem nos rebaixar politicamente. Os avanços econômicos e sociais do Brasil na década última são inegáveis. Tiramos quase 40 milhões de brasileiros da pobreza; aumentamos exponencialmente o ingresso das classes menos favorecidas às universidades e às escolas técnicas; ampliamos o acesso a benefícios de programas sociais como o Bolsa Família, o Brasil Sem Miséria e o Minha Casa Minha Vida; elevamos o valor real do salário mínimo; mantivemos a inflação em níveis aceitáveis; diversificamos os financiamentos públicos e os créditos populares; sustentamos a taxa de desemprego em níveis baixíssimos, se comparadas ao resto do mundo; superamos em boa medida as mais agudas crises econômicas externas; desenvolvemos e investimos em setores essenciais da economia, tanto por meio dos Programas de Aceleração do Crescimento – o PAC 1 e o PAC 2 – como por meio da exploração do pré-sal.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – E já conlui, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a a deferência de mais um tempo.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não nos cabe agora permitir, certamente num momento de crises de toda ordem, que se imponham perdas e prejuízos aos trabalhadores. Seria um contrassenso, ou mesmo um paradoxo na construção e na condução de nossas políticas públicas. O que precisamos é justamente agir de forma inversa, valorizando a classe produtiva, o empregado do dia a dia, o consumidor popular que faz a economia girar e crescer: em síntese, garantir ao máximo o seu poder de compra, nem que seja evitando retirar os benefícios que resultem em ganhos pecuniários a que fazem jus grande parcela dos brasileiros.

É hora, portanto, de relativizar algumas iniciativas, é hora de criar um entendimento consensual que reconheça ao máximo a imutabilidade dos direitos alcançados e coloque o trabalhador brasileiro como prioridade de toda e qualquer política pública. O Brasil é grande! O Brasil é rico! Mas sua gente só o manterá assim

se tiver seus direitos sociais garantidos, preservados e valorizados, em toda e qualquer situação. Só assim, Sr. Presidente, talvez tenhamos motivação para, ainda que tardiamente, comemorar este 1º de Maio de 2015.

Era o que tinha a dizer, agradecendo a V. Ex^a o tempo que me foi concedido, Sr. Presidente José Pimentel. Muito obrigado a V. Ex^{as}, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento, Presidente Fernando Collor.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) – Sr. Presidente Senador Pimentel, Sr^as Senadoras, Senadora Rose, Senadora Vanessa Grazziotin, demais Senadores que se fazem aqui presentes, todos os que estão nos ouvindo pela Rádio Senado, que estão nos vendo pela TV Senado, venho a esta tribuna, nesta manhã de quinta-feira, Sr^as e Srs. Senadores, para externar uma preocupação que é minha – aliás, é nossa, porque sei que posso falar também, nesse particular, em nome do Senador Waldemir Moka. Falo a respeito das inúmeras obras no interior deste País, nas mais diversas unidades da Federação brasileira, que estavam sendo realizadas pela Petrobras e que foram paralisadas nos últimos seis meses, em função das denúncias graves, ou melhor, gravíssimas, apresentadas pela Operação Lava Jato, envolvendo a Diretoria da Petrobras e diversos consórcios de empresas que estavam realizando as referidas obras.

A preocupação aumentou esta semana, quando ouvimos o Presidente da Petrobras, juntamente com a sua diretoria, apresentando, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o demonstrativo contábil da Petrobras em 2014, o fluxo de caixa para 2015 e as perspectivas de investimentos de futuro, a partir de 2016. E ela se agravou por uma razão... É importante aqui, antes de tratar dessa questão, fazer uma ressalva de que essa preocupação é antiga, minha e do Senador Moka.

Há exatos 30 dias, dia 30 de março último, eu e o Senador Moka, preocupados com o impacto negativo da paralisação dessas obras por todo o País, dirigimo-nos à sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, em que fomos gentilmente recebidos – é importante que se diga, fomos muito bem recebidos – pelos Diretores de Engenharia, Gás e Energia da Petrobras. Lá, externamos a nossa preocupação em relação a todas essas obras. Quero aqui relatar algumas: Refinarias Premium, canceladas no Nordeste, Ceará e Maranhão, com perda de R\$2,7 bilhões; Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), e Itaboraí, Rio de Janeiro, 7 mil empregos formais se perderam entre dezembro e janeiro de 2015; Macaé, no Rio de Janeiro, 1,2 mil postos de trabalho foram extintos em janeiro deste ano; Polo Naval, na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, o número caiu de 18 mil trabalhadores para 7 mil em apenas dois meses.

E lá fomos, principalmente, porque temos uma questão muito específica no nosso Estado, nosso querido Mato Grosso do Sul, na minha cidade natal, Senadora Vanessa, a cidade de Três Lagoas, cidade que tive a honra de administrar por duas vezes. Quero, com o exemplo de Três Lagoas, demonstrar à população brasileira a importância da Petrobras para o Brasil, e o efeito nefasto que essa crise dentro da empresa está causando não só na geração de empregos, não só no desenvolvimento econômico, mas, principalmente, em relação ao desenvolvimento social do País. Ao trazer para esta tribuna o exemplo de Três Lagoas, acredito que com isso estarei tratando, de certa forma, das questões dos outros municípios impactados.

Em 2010, Srs. Senadores, eu era prefeita de Três Lagoas e, naquele momento, recebendo a Diretoria e o Presidente da Petrobras, nos foi solicitada a aquisição de uma área, porque a Petrobras não podia desapropriar, de mais de 400ha, para construirmos ali a maior fábrica de fertilizantes nitrogenados da América Latina. Adquirimos, com a ajuda do Governo do Estado, em convênio, num investimento de mais de R\$4 milhões, essa área. E, para que a população e todos que neste momento estão nos assistindo e ouvindo possam entender a dimensão disso, nós estamos falando de mais de 400 quadras de 100x100, 400 quadras de 10 mil metros quadrados – é essa área que destinamos à Petrobras para a construção da fábrica.

E o fizemos, porque entendemos a sua importância não só para o Município ou para o Estado, mas para o Brasil. Nós estaríamos recebendo – quero acreditar que estaremos, porque sou otimista – a maior fábrica de fertilizantes nitrogenados da América Latina. Nós estamos falando daquilo que é tão necessário para o agro-negócio do Brasil: uma fábrica que diminuirá em 50% a nossa dependência de cartéis internacionais, que hoje vendem os fertilizantes num preço dolarizado, que impacta, em grande parte, no custo da produção nas nossas lavouras, na agricultura, na pecuária. Socorrendo-me de alguns Senadores aqui, ainda ontem, tive a informação de que, para a lavoura de soja, o fertilizante impacta na produção com um custo de 30%, é o que o fertilizante custa para a produção de soja neste País.

Esta fábrica de fertilizantes nitrogenados, até novembro do ano passado, já estava com quase 80% da sua obra executada. E, aí, de um dia para o outro, interrompem-se os trabalhos: 5 mil trabalhadores demitidos, R\$36 milhões deixados de dívidas na praça do município de Três Lagoas e região. Nós estamos falando do setor hoteleiro, nós estamos falando do setor de fornecimento de alimentos, da casa de material de construção, do

prestador de serviços, dos fornecedores, do micro e pequeno empresário, mas, principalmente, de servidores e funcionários que não receberam os seus devidos direitos trabalhistas no momento da rescisão.

E mais: o que eu trago a esta Casa é que essa obra paralisada vai causar um custo para o Brasil incalculável. Essa fábrica, Senador Moka, que poderia diminuir a nossa dependência com grupos internacionais na ordem de 50%, hoje se encontra paralisada. Quero aqui dar alguns números que são importantes.

E sei que V. Ex^a quer o aparte e eu vou lhe conceder, porque eu acho que ninguém mais que V. Ex^a tem condições de nos ajudar, convededor que é da importância do agronegócio para o Centro-Oeste brasileiro, especialmente para o nosso querido Mato Grosso do Sul.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Simone, primeiro, quero dizer do meu orgulho de vê-la aí na tribuna, defendendo o nosso Estado, a nossa querida Três Lagoas, da qual V. Ex^a foi prefeita por duas vezes. Estivemos realmente na Petrobras, eu lembro, acompanhado da Prefeita Marcia Moura, de Três Lagoas, que esteve conosco. Quero dizer aos Senadores e às Senadoras que é fundamental, Senador Pimentel, e eu disse ao Presidente da Petrobras, Senadora Simone, que uma obra que tem 82% da construção já representa que estão faltando 18%. Então, é muito difícil isso. E outra coisa: essa não é uma fábrica comum, é uma fábrica de fertilizante com uma capacidade de produção de 1,250 milhão de toneladas.

Porque, no início, vai produzir...

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco maioria/PMDB – MS) – A ureia.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... a ureia, depois a amônia, e na sequência o nitrogênio, e até agregando o potássio. Quer dizer, vamos sair de uma dependência. Porque desses fertilizantes, hoje, o Brasil só produz 25% do que ele pode fazer. Nós só produzimos 25% das nossas necessidades; vale dizer, importamos 75% de fertilizantes, a preços, hoje, dolarizados.

(Soa a campainha.)

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós íamos reduzir a nossa dependência, íamos colocar a região central à disposição do País. E é um grande negócio para a Petrobras. Foi o que disse ao nosso presidente: não é possível que não possamos concluir essa indústria, essa fábrica, porque – eu não tenho a menor dúvida –, primeiro, já foram feitos investimentos na ordem de 82%, está praticamente concluída ou em conclusão; e ela representa para o produtor rural um custo do barateamento da sua produção. V. Ex^a está correta: os fertilizantes, na produção, representam 30% do custo de produção de oleaginosas, por exemplo, no caso da soja. Eu queria, aqui, Senadora Simone, permita-me, dizer que a parabenizo pelo pronunciamento. Estaremos juntos, estamos protocolando juntos um requerimento, porque essa é uma questão que nós haveremos de reverter no nosso Estado, com ajuda, evidentemente, da Petrobras. O presidente que está lá esteve na CAE, demonstrou competência, serenidade, equilíbrio, e eu quero acreditar, porque ele nos disse que, em 40 dias, quando da retomada dos negócios da Petrobras, ele praticamente me garantiu que a fábrica não vai parar. Há até a possibilidade de parceria com outras empresas, no sentido de conclusão dessa obra. Obrigado, e desculpe pela extensão do meu aparte.

(Soa a campainha.)

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu é que agradeço, Senador Waldemir Moka. Se me permitir, gostaria de incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento, porque esses números só acrescentam e mostram a razão da nossa preocupação e a importância dessa questão para o Brasil.

Enquanto V. Ex^a estava falando, eu me lembrei de uma música que ouvi interpretada por Ivan Lins – não sei se é de sua autoria –, a Bandeira do Divino. Fala alguma coisa como: “que a semente seja tanta, que essa mesa seja farta, que essa casa seja santa”.

Não adianta ter uma boa semente se ela não tiver um solo fértil, e solo fértil é sinônimo de solo tratado. Ele precisa do adubo – seja natural, seja industrializado –, do fertilizante nitrogenado, para que nós possamos, sem ocupar mais áreas territoriais, com a mesma área já ocupada, sem desmatar florestas, sem ampliar desnecessariamente a extensão territorial da produção, multiplicar essa fartura, levar essa fartura à mesa do povo brasileiro.

É esta a razão do meu pronunciamento.

Por que eu digo que a minha preocupação se ampliou com a vinda da diretoria da Petrobras aqui? Porque os números, que nós já sabíamos ser preocupantes, são muito maiores e mais nefastos do que imaginávamos.

Eu quero aqui fazer um parêntese muito grande. Primeiro, na defesa da Petrobras, que é a maior estatal e a maior empresa brasileira, empresa da qual nós temos orgulho. É importante dizer isso. Dizer que nós confiamos no Presidente, na competência e na capacidade de toda a sua diretoria.

O que nos preocupou, de certa forma – e desculpem-me a franqueza, mas eu venho para contribuir, não venho aqui para fazer a crítica pela crítica, mas a crítica construtiva –, foi a visão míope que foi apresentada na Comissão, até o momento em que eu estava lá. Em todo momento, ao serem perguntados sobre novos investimentos, sobre paralisação das obras, se elas seriam retomadas, Senador Hélio José, em todo momento, a resposta foi a seguinte: “nós faremos o que for bom para a empresa”; “nós faremos o que for bom para a empresa”; “nós faremos aquilo que for bom para a empresa”. Quando, na realidade, a Petrobras é muito maior do que ela própria. Ela não vale apenas e não serve apenas aos seus acionistas, por mais que nós saibamos que trabalhadores têm ações da Petrobras, fruto de retirada do seu Fundo de Garantia. Mas ela – e nós acionistas sabíamos, quando compramos – é uma estatal; ela tem o monopólio das jazidas e as lavras de petróleo, o refinado do petróleo e do gás.

Automaticamente, essa mesma empresa, que tanto serviu à Nação nos últimos 60 anos, hoje tem um preço a pagar. Ela precisa olhar, sim, para dentro, resolver os seus problemas financeiros, mas ela não pode deixar de dar respostas a esta Casa no que se refere a bilhões investidos, com obras paralisadas. No caso de Três Lagoas, o investimento era de R\$3,8 bilhões.

Eu gostaria aqui de falar da minha maior preocupação. Começamos com a paralisação das fábricas, mas a minha preocupação foi maior: dados demonstrativos contábeis da Empresa. O lucro bruto da Petrobras foi da ordem de R\$80,4 bilhões em 2014. Um lucro bruto de R\$80 bilhões. É tanto dinheiro, que eu não sei, confesso, nem contar.

Mas as perdas totais com as despesas operacionais passaram de R\$50,8 bilhões. Desses, R\$6,2 bilhões fruto de corrupção; da queda do preço do petróleo, R\$9,8 bilhões. A desvalorização dos ativos da Petrobras passou de R\$40 bilhões. Só no complexo petroquímico do Rio de Janeiro – estimativas e dados da auditoria –, foram R\$21 bilhões.

Mas estávamos falando que fomos ao Rio de Janeiro, e a resposta, gentil inclusive – fomos muito bem recebidos, volto a dizer, pela equipe –, é que precisavam do resultado dos auditores. A auditoria saiu, sem restrições, o que é um grande alívio para a Petrobras, mas os números, volto a dizer, nos preocupam. A dívida líquida saltou de R\$61 bilhões para R\$282 bilhões; o valor de mercado, em quatro anos, Srs. Senadores, caiu de R\$320 bilhões para R\$128 bilhões.

Mas eu não venho aqui apenas para fazer a crítica. Venho também para enaltecer. Venho para dizer que, neste momento difícil por que passa a Petrobras e o País, temos nós, desta Casa, a responsabilidade de contribuir. Eu venho para dizer que estou pronta para contribuir com a Empresa, para contribuir com o Governo naquilo que for importante, para podermos levantar novamente a Petrobras e trazer a Petrobras de volta para o papel de protagonista do desenvolvimento do Brasil.

Nos últimos 60 anos, desde a sua criação na década de 50, por Getúlio Vargas, não podemos falar da história do Brasil sem nos remetermos, de alguma forma, à importância econômica e social da Petrobras. Desse período para cá, houve o suicídio de Getúlio, um período difícil para a economia, e a Petrobras começando a dar os primeiros passos rumo ao desenvolvimento e a gerar riquezas para o País. Depois, tivemos a destituição de um Presidente, um regime de exceção de 20 anos, e, quando mais precisávamos, foi a Petrobras, com a sua produção de riqueza, com a sua autossuficiência no petróleo, que, no momento difícil em que o Brasil precisou – um momento de exceção, de restrição de direitos políticos, um momento de crise, em que tínhamos altos índices de analfabetismo e de miséria – foi a Petrobras a garantir o desenvolvimento social e econômico.

Viemos para os movimentos das ruas, da democracia, da Assembleia Nacional Constituinte, da Constituição Federal de 1988, e, nesse meio tempo, na década de 90 em especial, passamos a ser líder mundial em tecnologia e ciência no que se refere à exploração de petróleo em águas profundas.

Em todo momento em que a Petrobras foi chamada a contribuir, ela esteve presente. Ela é importante, portanto, não apenas no seu aspecto econômico, mas no seu aspecto social. Mas isso vale, infelizmente, tanto nos bons como nos maus momentos. Hoje, o ciclo virtuoso se inverteu, e o que nós temos é a Petrobras, nos últimos dois anos, puxando para baixo a economia do País, comprometendo as contas públicas, aumentando o desemprego e, principalmente, minando a credibilidade nas instituições, no Governo e na classe política.

Então, nas minhas palavras finais, eu quero deixar aqui o meu reconhecimento da importância da Petrobras, não apenas pelos números extraordinários – porque ela tem praticamente quase cem mil colaboradores diretos, mais de 2,5 milhões de barris de óleo todos os dias saindo do solo, do subsolo, das águas. Uma empresa que tem usinas de biodiesel, plataformas continentais, um polo naval que cresceu espetacularmente nos últimos anos. Nós temos três fábricas de fertilizantes, nós temos cinco usinas de biodiesel, dez de etanol. Estamos presentes em 17 países no mundo.

Diante desses números impressionantes, eu encerro a minha fala fazendo um pedido especial ao Presidente da Petrobras e à sua diretoria para que não se esqueçam de que, acima e mais importante do que o aspecto econômico da Petrobras, nós temos a sua importância social.

Da mesma forma como ela traz um sopro de ânimo na localidade onde se instala – na geração de emprego, no fomento do setor secundário e terciário, em todos os...

Pois não, Senador Hélio, será um prazer.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Srª Senadora Simone Tebet...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Senadora...

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Já estou encerrando.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... porque nós temos uma intensa lista de oradores, e eu já estou sendo aqui muito questionada.

A Senadora Simone pediu, corretamente, um tempo a mais, e S. Exª já passa 20 minutos em um pronunciamento que era de 10. Então, se puder ser muito breve.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Breve. Eu só quero dizer à Srª Simone Tebet, nossa Senadora jovem...

(Interrupção do som.)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – A Senadora Simone Tebet é nossa Senadora jovem do Mato Grosso do Mato Grosso do Sul. Ela tem total razão. A Petrobras representa o Brasil, e nós, às vésperas de um 1º de maio, não podíamos deixar de falar essas verdades que V. Exª está falando. Então, só quero manifestar a minha concordância e entusiasmo de ver uma pessoa como V. Exª fazendo esse pronunciamento tão importante para a nossa Nação. Muito obrigado.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigada, Senador Hélio.

Eu e o Senador Moka apresentamos requerimento de informações, endereçado ao Ministro de Minas e Energia, para que, ouvindo o Presidente da Petrobras, nos esclareça quando essas obras serão retomadas, e como serão escolhidas as obras que serão executadas. Indagamos, ainda: durante o período de paralisação, que estudos foram feitos para que pudessem chegar ao levantamento de custo?

Nas minhas palavras finais, deixo aqui o meu compromisso de dar a minha parcela de contribuição. Sempre que chamada, quero contribuir com a Petrobras, contribuir com o seu Presidente, e externar o meu eterno agradecimento a esses cem mil colaboradores que estão tentando reerguer a Petrobras.

Mas, principalmente, a minha fala final vai para o Presidente da Petrobras: sempre que for usar a palavra para defender a Empresa, que sempre saia de sua boca também que ela está aí para defender o Brasil, que essa empresa tem a capacidade de desenvolver o Brasil, e que os investimentos necessários para fomentar o desenvolvimento do nosso querido e amado País serão retomados.

Quero dizer, ainda, que nós vamos confiar – e confiamos –, que vamos aguardar, mas, principalmente, que vamos fiscalizar. Porque o petróleo, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, é nosso, o pré-sal é nosso, a Petrobras é nossa.

E, apesar de tudo e acima de tudo, continua sendo o orgulho do povo brasileiro.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Srª Simone Tebet, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito bem.

A Mesa cumprimenta a Senadora Simone Tebet pelo pronunciamento e convida a fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta desta sessão, Senadora Vanessa Grazziotin, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, hoje pela manhã a Presidenta Dilma recebeu as centrais sindicais e, nessa reunião, assinou um decreto criando o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho, Renda e Previdência, que será integrado pelas centrais sindicais, pelos representantes de aposentados e pensionistas, dos empregadores e também do Governo. É o chamado fórum quadripartite. E o objetivo desse fórum é exatamente discutir a rotatividade da mão de obra nas empresas brasileiras.

Nós somos um País com alto índice de emprego, mas também com um elevado grau de rotatividade entre os trabalhadores que têm carteira assinada. Isso representa exatamente as dificuldades pelas quais passa hoje o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que têm uma repercussão muito forte no seguro-desemprego. Sou daqueles que compreendem que o seguro-desemprego é uma consequência da alta rotatividade da mão

de obra. Portanto, precisamos enfrentar esse problema para que possa haver um maior período dos trabalhadores na empresa, uma estabilidade razoável no emprego, para que possamos diminuir essa rotatividade.

Lembro-me muito bem de que, quando fui Ministro da Previdência Social do nosso Presidente Lula, havia um problema gravíssimo no mundo do acidente de trabalho. Fizemos um grande debate e criamos um sistema em que a empresa que diminuísse a quantidade de acidentes de trabalho teria um bônus, pagando um seguro de acidente de trabalho menor, e aquela empresa do mesmo ramo de atividade que estivesse acima da média no mundo acidentário teria um ônus. Esse processo permitiu que, a partir dali, houvesse uma diminuição significativa no mundo acidentário e, ao mesmo tempo, uma identificação por CNPJ da empresa, por mês, do mundo acidentário ali praticado, para que pudesse haver políticas trabalhistas voltadas para resolver esse grave problema.

No mundo da rotatividade, precisamos também fazer esse debate. Se, por um lado, há um alto índice de rotatividade da mão de obra, ao mesmo tempo, deixa de haver trabalhador qualificado naquela empresa, havendo uma repercussão muito forte no mundo do seguro-desemprego. Precisamos enfrentar esse debate, não apenas discutindo a reforma do seguro-desemprego, mas indo à causa, que é exatamente a questão da rotatividade. Por isso, quero parabenizar a Senhora Presidenta por criar esse grupo de trabalho quadripartite para enfrentar esse debate.

Ali também será feito um forte debate sobre a questão daqueles trabalhadores que se aposentam e continuam no mesmo emprego, fruto de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2006, que esclarece que a aposentadoria não põe fim ao vínculo empregatício. Interpretando a Constituição brasileira, o Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, não prevê o fim do vínculo empregatício. E, de 2006 para cá, já há mais de 400 mil trabalhadores celetistas aposentados mantendo esse emprego. E são os melhores empregos da iniciativa privada. Esse sistema tem impedido a ascensão funcional e que as gerências médias possam assumir esses cargos. Precisamos fazer um debate nesse fórum: qual é a saída que vamos ter para continuar gerando emprego, permitindo que, dentro da empresa, todos possam ascender na sua pirâmide funcional, sem ter esse bloco como temos hoje?

Esse fórum também vai fazer uma grande discussão sobre o sistema de pensão. Exatamente por isso, o Relator da Medida Provisória nº 664 já apresentou o seu parecer e determina que a pensão continue integral até o teto do regime geral, não aceitando qualquer redução. E queremos, nesse fórum, dialogar sobre esse item e, ao mesmo tempo, construir outras saídas que discutam tanto o regime geral da Previdência Social como o regime próprio dos servidores públicos municipais, estaduais e federais e o regime dos militares, já que esses três sistemas integram a Previdência brasileira.

Esse fórum, também, fará um outro grande debate sobre a idade do dependente. Rejeitamos totalmente o que havia na medida provisória e estamos mantendo que o menor de 21 anos mantenha a sua dependência integral sem qualquer redução no valor do seu benefício que vai até o teto do regime geral. E queremos fazer nesse fórum um forte debate, porque o Código Civil de 2002 fixou a maioridade em 18 anos, mas o Código de 1916, ou seja, do início do século XX, determinava que a maioridade civil era aos 21 anos. Estamos mantendo para fins previdenciários a maioridade em 21 anos, mas registrando que o Código Civil reduziu essa idade para 18 anos. Esperamos que nesse fórum seja feito um grande debate.

Consolidamos tudo o que diz respeito ao seguro defeso do pescador artesanal. Estamos mantendo as mesmas regras que foram aprovadas em 2008, em que o prazo de carência é de apenas um ano. E os critérios de habilitação são os mesmos aprovados, por unanimidade, em 2008, pela Câmara Federal e pelo Senado Federal, no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos previdenciários para o segurado especial, entre esses, o pescador artesanal. Por isso, não estamos criando nenhuma regra nova. Estamos mantendo exatamente as regras existentes.

Dessa forma, Srª Presidenta, essa Comissão Especial da Medida Provisória nº 665 concluiu a sua votação na última quarta-feira, e a matéria foi encaminhada à Câmara Federal para que se dê continuidade.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito bem, Senador Pimentel. A Mesa cumprimenta V. Exª que, aliás, foi muito disciplinado com o tempo. Cumprimento V. Exª pelo pronunciamento também.

Antes de convidar o nosso próximo orador, que já se aproxima da tribuna, o Senador Flexa, eu gostaria de, a pedido do nosso querido Senador Cristovam Buarque, registrar as presenças mais que ilustres, ilustríssimas, da Srª Drª Kenza El Ghali, Vice-Presidente da Assembleia dos Representantes do Marrocos, e da Drª Jamila El Mossalli, Secretária da Câmara de Representantes, que é o Parlamento do Marrocos. Ambas estão acompanhadas do Embaixador do Marrocos no Brasil, Embaixador Larbi. Sejam todas e o senhor também, Embaixador, muito bem-vindos à Casa da democracia brasileira. Nós os recebemos com muito carinho, entendendo

que a amizade entre os povos é fundamental para o exercício da democracia e, cada vez mais, para a busca da justiça social no mundo.

Senador Cristovam, é muito bom receber duas mulheres Parlamentares nesta Casa, que tem tão poucas mulheres. Aqui, no nosso País, dos que tomam assento no Parlamento brasileiro, apenas 10% são mulheres. Para nós, receber duas mulheres é muito importante e, mais que isso, simbólico. Sejam todas bem-vindas.

Muito obrigada.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que falará em permuta com o Senador Fernando Coelho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, para que um governante possa governar de fato é preciso haver um grau mínimo de confiança por parte daqueles que são governados. Sem essa relação, o governante fica engessado. Governabilidade, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, não diz respeito apenas ao funcionamento do governo e a seu relacionamento com o Poder Legislativo. Esse conceito político está intrinsecamente ligado às relações entre Estado, mercado e sociedade.

Sem a credibilidade por parte dos governados, o governante se torna um personagem sob amarras e mordaças, um verdadeiro pato manco, impedido de dar qualquer movimento eficaz, sob pena de inflamar cada vez mais os descontentes e perder o apoio dos poucos que ainda permanecem na ilusão do discurso vazio.

A insatisfação, Senador Pimentel, que preside a sessão neste momento, e a descrença do povo, de um lado, e os baixos índices de governabilidade, por outro, calarão a Presidente Dilma pela primeira vez nestes cinco anos. Sem ter nada de positivo para falar aos brasileiros e temendo novas manifestações, a Presidente não fará o seu pronunciamento oficial em cadeia nacional de rádio e TV em homenagem ao Dia do Trabalho.

Com essa postura, a Presidente Dilma, do Partido dos Trabalhadores, prefere se manter isolada, ignorando os efeitos da crise que impôs ao nosso País. Como comemorar o Dia do Trabalho com manchetes nos jornais que noticiam a elevação da taxa de desocupação no Brasil? Dados do IBGE indicam que em março passado a taxa foi de 6,2%, a pior desde maio de 2011, ano em que a Presidente fez o seu primeiro pronunciamento em comemoração ao dia 1º de maio. À época, a Presidente Dilma, Senador Alvaro Dias, ressaltava o bom desempenho da economia e o crescimento no número de empregos e renda no Brasil. No discurso de 2012, o ataque aos altos juros cobrados pelos bancos privados deu o tom no pronunciamento da Presidente. Na época, a Presidente Dilma considerou – abro aspas: “inadmissível que o Brasil, com um dos sistemas mais sólidos e lucrativos, continuasse com as taxas de juros mais altas do mundo” – fecho aspas. Passados dois anos, em 2013, a Presidente dos sofismas e dos atos irresponsáveis e pouco planejados disse que – aspas – “não iria descuidar nunca para controlar a inflação” – fecho aspas. No ano passado, em clima de campanha, a Presidente Dilma anunciou a correção de 4,5% da tabela do Imposto de Renda e o reajuste de 10% dos benefícios do Bolsa Família.

Emprego, taxa de juros, inflação, benefícios sociais – as promessas da Presidente são descumpridas de forma quase sistemática, frustrando as expectativas e as esperanças da população brasileira.

E, neste ano, o que teria a Presidente a falar aos trabalhadores brasileiros? Vai repetir sua afirmação absurda de que, com a publicação do último balanço, a Petrobras virou a página? Ou vai admitir que não foi capaz de frear a inflação e que essa já ultrapassou a barreira dos 8% anuais? Que incentiva a elevação dos juros, com a taxa Selic alcançando 13,25%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos brasileiros e voltando a ser a maior taxa de juros do mundo? Que está cortando direitos dos trabalhadores? Ou que, por conta da péssima gestão e da corrupção generalizada do seu Governo, estaria provocando uma grande crise econômica e a maior crise ética do País?

Em vez do silêncio, a Presidente deveria ser sincera, Senador Jorge Viana, que preside a sessão neste momento, e admitir que errou na condução das políticas econômicas e sociais do seu Governo e que o PT foi o grande responsável pelas perdas acumuladas com a corrupção que se espalhou pelas instituições brasileiras.

A última edição da revista *Veja* denuncia os benefícios dados pelo ex-Presidente da OAS, Dr. Léo Pinheiro, preso pela Operação Lava Jato, ao ex-Presidente Lula. O cerco está se fechando, e as investigações vão chegando mais perto do núcleo responsável pela situação pela qual passa, lamentavelmente, o nosso Brasil.

Os brasileiros não confiam neste Governo. Já não acreditam mais nas mentiras da Presidente Dilma. Reflexo desse descrédito está acontecendo com a Caixa Econômica Federal, instituição centenária e que também foi abalada pelo Governo do PT. Sem confiança e, pior, com medo do que pode vir a acontecer, os brasileiros vêm retirando os investimentos da poupança, principal fonte de financiamento para o crédito imobiliário.

No ano, a caderneta já perdeu R\$30,2 bilhões. Por conta dessa escassez de recursos, a Caixa já anunciou que, a partir da próxima segunda-feira, 04 de maio, reduzirá 50% do limite de financiamento para operações com base na poupança. Será que esse não seria um bom tema para a Presidente esclarecer os brasileiros em seu pronunciamento no Dia do Trabalho? Covardemente, a equipe técnica do Governo justifica que o silêncio da Presidente, nas rádios e tevês, seria, na verdade, uma estratégia para valorizar outros modais de comunicação.

As redes sociais seriam, então, o novo palco escolhido para que a Presidente pudesse proferir suas mentiras, escapando assim das críticas e manifestações públicas.

Com essa medida, a Presidente erra duplamente: erra por tentar silenciar uma manifestação legítima da democracia, garantindo à população que dê evidência de sua insatisfação, e erra também por selecionar o público, haja vista que nem todos os trabalhadores deste País estarem conectados às redes sociais. Mais uma vez, com um erro atrás de outro, o PT e a Presidente Dilma tentam criar uma realidade paralela, uma ficção dentro da dura realidade a qual os trabalhadores deste País foram condenados.

Quero, ao finalizar, Senador Jorge Viana, deixar aqui um abraço aos trabalhadores do meu Brasil e, em especial, aos trabalhadores e trabalhadores do meu Estado, o Estado do Pará.

Que eles não percam a esperança, que eles continuem lutando na manutenção das conquistas anteriores, porque as medidas provisórias que foram editadas pela Presidente Dilma, que diminuem e inviabilizam grande parte dessas conquistas, terão de ser discutidas e votadas no plenário da Câmara Federal e no plenário do Senado Federal.

Neste instante, na tramitação nos plenários das duas Casas do Congresso Nacional, tenho certeza absoluta de que os Deputados e os Senadores, assim como as Deputadas e as Senadoras irão manifestar seu apoio aos trabalhadores brasileiros, àqueles que, com o suor do seu rosto, fazem com que nosso País possa retomar o caminho do desenvolvimento e da melhor qualidade de vida para todos.

Era o que tinha a dizer, Senador Jorge Viana.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, a Srª Vanessa Grazzontin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem, Senador Flexa.

Eu inicio a **Ordem do Dia**, para que se volte à lista de inscritos, tão logo se cumpra esse compromisso.

Obviamente, não vamos apreciar nenhuma matéria de relevante importância. Isso, num entendimento com os Líderes, acertei ontem. Eu consultei alguns líderes.

Há apenas os itens 3 e 4, que gostaria de pôr em apreciação, sobre os quais também já tínhamos feito consulta aos líderes da Casa.

O item 3 trata de denominar Anita Garibaldi a ponte localizada na travessia da Lagoa da Cabeçuda e do Canal Laranjeira na BR-101, e o outro item excetua as entidades de autogestão de constituir pessoas jurídicas para operar planos de saúde.

Então, ponho em apreciação no plenário o item 3 da pauta, da Ordem do Dia.

Item 3:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2014 (nº 2.324/2011, na Casa de origem), que *denomina Ponte Anita Garibaldi a ponte localizada na travessia da Lagoa da Cabeçuda e do Canal Laranjeira na BR-101, no Município de Laguna, Estado de Santa Catarina.*

Parecer sob nº 844, de 2014, da CE, Relator ad hoc: Senador Alvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE, de redação, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Ponho em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, ponho em apreciação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Faço a votação, em globo, das emendas nº 1 e nº 2, de redação.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada, na forma regimental.

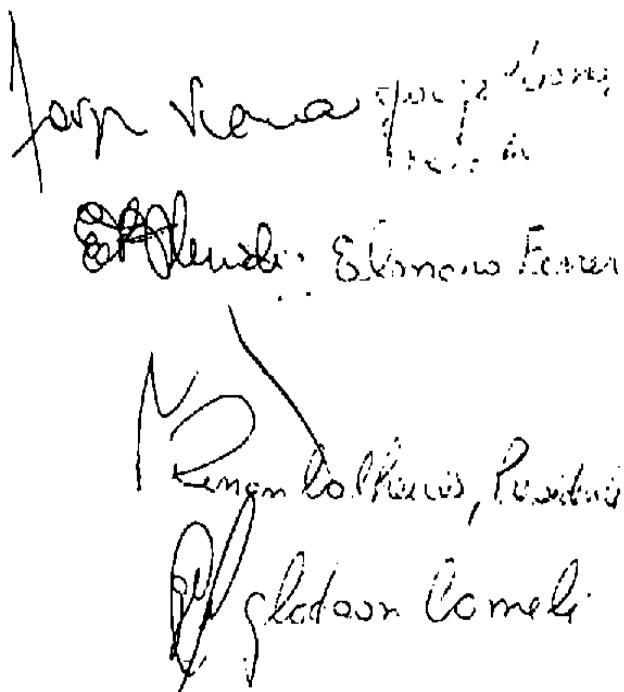
PARECER N° 115, DE 2015-CDIR

**PARECER
Nº 115, DE 2015**
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2014 (nº 2.324, de 2011, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2014 (nº 2.324, de 2011, na Casa de origem), que *denomina Ponte Anita Garibaldi a ponte localizada na travessia da Lagoa da Cabeçuda e do Canal Laranjeira na BR-101, no Município de Laguna, Estado de Santa Catarina*, consolidando as Emendas nºs 1 e 2 – CE, de redação, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 30 de abril de 2015


Jair Senna, Presidente
Eraldo Góes, Vice-Presidente
Gladson Comeli

ANEXO AO PARECER N° 115, DE 2015

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2014 (nº 2.324, de 2011, na Casa de origem).

Denomina Ponte Anita Garibaldi a ponte sobre o Canal das Laranjeiras, localizada entre o km 313,1 e o km 315,9 da rodovia BR-101, no Município de Laguna, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Denomina-se Ponte Anita Garibaldi a ponte sobre o Canal das Laranjeiras, localizada entre o km 313,1 e o km 315,9 da rodovia BR-101, no Município de Laguna, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(À Publicação)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a redação final. (*Pausa.*)
Encerrada a discussão.

As Sr's e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida Comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –

Item 4:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2015 (nº 7.664/2014, na Casa de origem), que *altera o art. 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (excetua as entidades de autogestão de constituir pessoas jurídicas para operar planos de saúde).*

Parecer sob nº 83, de 2015, da CAS, Relator: Senador Humberto Costa, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Em discussão o projeto e as emendas, em turno único. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr's e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação, em globo, das emendas nº 1 e nº 2, da CAE, de redação.

As Sr's e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental.

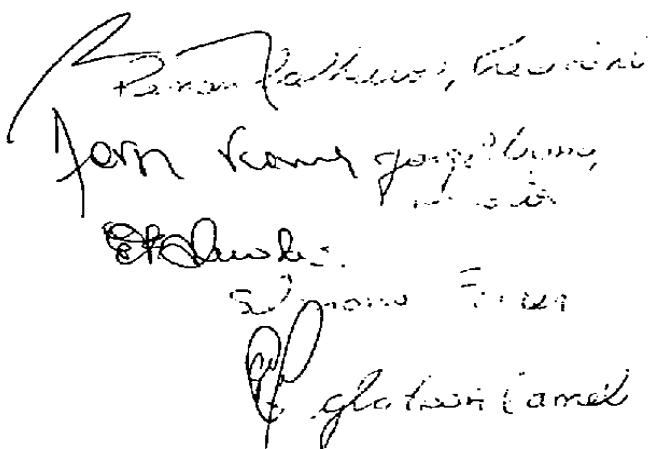
PARECER Nº 116, DE 2015-CDIR

PARECER Nº 116, DE 2015

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2015 (nº 7.664, de 2014, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2015 (nº 7.664, de 2014, na Casa de origem), que *altera o art. 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, consolidando as Emendas nºs 1 e 2 – CAS, de redação, aprovadas pelo Plenário.*

Sala de Reuniões da Comissão, 30 de abril de 2015.



ANEXO AO PARECER Nº 116, DE 2015

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2015 (nº 7.664, de 2014, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para eximir as entidades de autogestão constituídas sob a forma de fundação, de sindicato ou de associação da obrigação de constituir pessoa jurídica independente, especificamente para operar planos privados de assistência à saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

"Art. 34

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica às entidades de autogestão constituídas sob a forma de fundação, de sindicato ou de associação que, na data da publicação desta Lei, já exerciam outras atividades em conjunto com as relacionadas à assistência à saúde, nos termos dos pertinentes estatutos sociais.

§ 2º As entidades de que trata o § 1º poderão, desde que a hipótese de segregação da finalidade estatutária esteja prevista ou seja assegurada pelo órgão interno competente, constituir filial ou departamento com número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sequencial ao da pessoa jurídica principal.

§ 3º As entidades de que trata o § 1º que optarem por proceder de acordo com o previsto no § 2º assegurarão condições para sua adequada segregação patrimonial, administrativa, financeira e contábil." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a redação final. (*Pausa.*)
Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Assim, encerro a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 33, DE 2014

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2014, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, que *altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

Parecer sob nº 954, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Vital do Rêgo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, DE 2013

(Incluído em Ordem do Dia – Recurso nº 11, de 2014)

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013 (nº 7.607/2010, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.* Pareceres favoráveis, sob os nºs 812 e 813, de 2014, respectivamente, da CAS, Relatora: Senadora Ana Amélia; e da CCJ, Relator: Senador Romero Jucá.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 268, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia – Recursos nºs 17 e 18, de 2011)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2011, dos Senadores José Sarney e Francisco Dornelles, que *dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e dá outras providências.*

Parecer sob o nº 1.003, de 2011, da CCJ, Relator do vencido: Senador Renan Calheiros, favorável ao Projeto, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Flexa Ribeiro e Ciro Nogueira; e, em separado, do Senador José Pimentel; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008, que tramitava em conjunto.

6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 601, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia – Recurso nº 21, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 601, de 2011, do Senador Pedro Taques, que *acrescenta o art. 27-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para impor aos candidatos, partidos políticos e coligações o dever de divulgar na internet relatórios periódicos referentes aos recursos arrecadados e aos gastos efetuados na campanha eleitoral.*

Parecer sob nº 1.267, de 2013, da CCJ; Relator do vencido: Senador Sérgio Petecão, pela rejeição do Projeto, com votos vencidos dos Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Humberto Costa e Roberto Requião; e vencido, em separado, do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2012
(Incluído em Ordem do Dia – Recursos nºs 6 e 7, de 2014)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2012, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer vedações a doações para campanhas eleitorais.*

Parecer sob nº 325, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Roberto Requião, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2012
(Incluído em Ordem do Dia – Recurso nº 10, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, do Senador Cyro Miranda, que *altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada.*

Pareceres sob nºs 555, 556 e 1.327, de 2013, das Comissões:

- CDH, Relator: Senador Paulo Paim, favorável;
- CAS, Relatora: Senadora Ana Amélia, favorável; e
- CAE (em audiência, nos termos do Requerimento nº 843, de 2013), Relator: Senador José Pimentel, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Peço a compreensão do Senador Alvaro Dias, se houver entendimento. O Senador Alvaro estava como primeiro inscrito, mas, após a Ordem do Dia, normalmente se chama um Líder. Se não houver problema, o Senador Ricardo Ferraço e, em seguida, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Mas, Presidente, eu estou como Líder, e como tenho compromisso, gostaria de usar a minha prerrogativa de falar em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu peço desculpas, então.

O Senador Alvaro está como Líder, o Senador Reguffe não está (*Pausa.*)

É V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Senador Reguffe, V. Ex^a fica como o primeiro orador.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, representantes do Movimento Acorda Brasil estiveram no Senado Federal nos últimos dias, buscando o apoio de Senadores para as suas propostas de reforma política.

É a tentativa das ruas de conversarem com o Congresso Nacional. Destaco os principais pontos defendidos pelo Acorda Brasil. O movimento defende o voto distrital puro, baseado em três justificativas: transparência do processo eleitoral, representatividade real do eleitorado e menor custo de campanha. Países que utilizam o distrital puro: Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França e Austrália.

No tocante às coligações partidárias, o movimento destaca as distorções em nossa democracia e o enfraquecimento na relação entre eleitor e eleito, provocadas por esse sistema. Defendem o fim das coligações proporcionais que repassam votos.

O desempenho mínimo eleitoral é outro ponto da reforma política abordada pelo Acorda Brasil. É manifesto o interesse de impor um nível mínimo de expressão política para que o partido tenha acesso a benefícios público. O movimento defende o fim do coeficiente eleitoral como forma de impedir que os puxadores de voto carreguem candidatos sem respaldo popular.

O financiamento de campanha defendido é o modelo misto de financiamento no qual o segmento privado e o Governo podem financiar campanhas. O movimento vê a necessidade de impor limites no valor de campanhas eleitorais, bem como criar restrições a quem pode doar e ainda limitar acesso ao Fundo Partidário aos Partidos de maior expressão.

O movimento defende o fim do voto obrigatório, na perspectiva de que o voto facultativo eleva a qualidade do voto.

Um ponto de destaque na proposta de reforma política do Acorda Brasil é o voto com comprovante e monitoramento. O movimento exige que, no momento do voto, este seja impresso para conferência do eleitor e seja depositado em urna, permitindo a recontagem física caso haja dúvidas sobre a idoneidade das urnas.

Igualmente, ressalta a necessidade de monitoramento das eleições por três empresas ou órgãos isentos e internacionalmente reconhecidos para a realização de auditoria.

O movimento coloca em foco a independência do TSE. O Acorda Brasil vocaliza, em sua proposta, que a escolha para os integrantes do Tribunal Superior Eleitoral seja feita por concurso público, qualificando juízes com conhecimentos notórios no processo eleitoral e, posteriormente, por eleição de colegiado, que resultará em listas tríplices para escolha do Executivo.

Segue o movimento defendendo revisão da proporcionalidade, obedecendo "um eleitor, um voto". A representação proporcional à população para determinar o número de candidatos de um Estado deve ser adotada.

Por fim, o movimento Acorda Brasil aponta para a necessidade de prova qualificatória para todo e qualquer cidadão que pretenda se candidatar – esse é um ponto basilar da proposta do Acorda Brasil –, uma avaliação pautada sobre gestão de pessoas, administração pública e legislação brasileira, e, ainda, o fim da distinção entre deputado estadual e federal, redução de deputados redundantes.

A proposta é que o mesmo representante eleito por seu distrito representará a população em seu próprio Estado e no Congresso, em Brasília.

Resumi, apenas, mas eu peço ao Presidente que autorize a publicação, nos *Anais do Senado Federal*, de toda a proposta de reforma política apresentada ao Congresso pelo Acorda Brasil, já que é uma proposta mais extensa do que esse resumo que acabo de fazer.

Eu concedo ao Senador Reguffe, com prazer, o aparte que solicita.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Alvaro Dias, a reforma política é uma questão, na minha opinião, de suma importância para este País. Entra legislatura, acaba legislatura e nós não vemos a reforma política ser, efetivamente, votada pelo Parlamento brasileiro. Eu acho que os temas não devem ser votados apenas quando se tem consenso, deve-se colocar em votação e ouvir a opinião de cada Parlamentar e, como Casa coletiva, a vontade da maioria ser decidida. O que me preocupa é o tempo andar e isso não ser colocado em votação. Por que não pode a população brasileira saber quais Parlamentares são favoráveis ao voto facultativo e quais são contra o voto facultativo? O que decidir decidiu. Por que não pode a população brasileira ver quem defende o voto em lista e quem defende, como eu, o voto distrital e ser colocado em votação? Por que não pode se deliberar sobre a questão de reeleição? Eu apresentei nesta Casa, na minha primeira semana aqui como Senador, sete PECs, sete Propostas de Emenda à Constituição que foram protocoladas nessa Casa e que eu gostaria de ver sendo votadas por este Plenário. Estão aí a questão do voto facultativo, o fim do voto obrigatório; a instituição do voto distrital; a criação de um sistema de revogabilidade de mandatos; a possibilidade de candidaturas avulsas, sem filiação partidária; o limite de uma única reeleição para o Legislativo e o fim da reeleição para o Executivo; a proibição de que alguém se eleja para o Legislativo e vá ocupar um cargo no Executivo, vá ser ministro, vá ser secretário e, depois, possa voltar para o Legislativo, ou seja, confundindo os Poderes. Eu penso que o nosso Parlamento, o nosso Senado Federal precisa debater e precisa votar esses temas. Infelizmente, o que nós temos hoje é que sempre se fala, mas nunca se vota, e o que a sociedade brasileira espera do seu Parlamento é que ele efetivamente vote essas propostas, independente do que for o resultado. O resultado faz parte da democracia. Agora, não serem colocadas em votação, na minha opinião, não é algo saudável para o nosso processo democrático como uma Casa que representa a população brasileira.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Reguffe, que, com muita competência, coloca o que é o entrave para que nós possamos ter um novo modelo político, que é uma exigência da sociedade brasileira. Aliás, eu sempre digo e reitero hoje: nós temos que pedir perdão ao povo brasileiro, porque debatemos reforma política há tanto tempo e ela não se concretiza.

Sempre ressalvo: o Congresso não é o principal responsável, o principal responsável é o Executivo, porque é um presidencialismo forte. E as reformas de amplitude, de profundidade, só ocorrerão quando existirem o interesse, a participação efetiva e a liderança no processo do Poder Executivo, que acaba sendo responsável pela pauta a ser deliberada pelo Congresso Nacional.

O que vem ocorrendo, há muito, é uma queda de braço entre Câmara e Senado. O Senado aprovou, em 1999, a reforma política. Todas essas questões hoje em debate foram discutidas em 1999 e houve deliberação, com aprovação de todos os dispositivos componentes de uma reforma política. A Câmara dos Deputados guardou nas suas gavetas e não deu continuidade ao processo legislativo, iniciando novas propostas, discutindo outras propostas, e, até hoje, não tivemos a reforma.

Nós estamos, novamente, vivendo este impasse: o Senado discutindo, debatendo, aprovando algumas propostas, e a Câmara dos Deputados ignorando as propostas debatidas e aprovadas pelo Senado, porque constituiu uma comissão e pretende apresentar a sua proposta de reforma política em bloco, ao contrário do que vem fazendo o Senado Federal, discutindo de forma fatiada a reforma política.

Eu creio, Senador Reguffe que a solução será esta mesmo: aguardar a proposta da Câmara para que o Senado possa, então, deliberar sobre ela.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Tenho reivindicado dos dois Presidentes o entendimento. Já que são do mesmo partido, do PMDB, o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara, não creio que seja tão difícil um entendimento entre ambos para estabelecer o acordo de procedimento a fim de que nós possamos ter a reforma política aprovada ainda este ano, em consonância com a reivindicação das ruas. Acorda Brasil é um dos movimentos mais entusiastas da reforma política, que leva as suas bandeiras às ruas do País e que exige do Congresso Nacional respostas. Nós que somos da oposição constantemente cobramos respostas do Executivo aos pleitos dos brasileiros nas ruas do País, mas temos que, também, oferecer respostas.

E esta da reforma política é uma das exigências não só do Movimento Acorda Brasil, mas de todos os movimentos que carregam multidões para as ruas deste País, numa manifestação de indignação sem precedentes na história da democracia brasileira.

Quero louvar a atitude, especialmente desses jovens do Acorda Brasil. São jovens idealistas que dispensam seu tempo nessa tarefa de buscar mudanças para um País insatisfatório. E, na presença desses jovens, os que vieram aqui como líderes do movimento e os que ficam nas unidades da Federação ou os que saíram de São Paulo e caminham para Brasília em marcha para, no dia 28 de maio, chegar ao Congresso Nacional, esses significam o surgimento de uma nova Nação...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – ... uma nova Nação, mais consciente e mais politizada.

O nosso desejo é que o Congresso Nacional ouça a voz das ruas deste País.

Ao final, Sr. Presidente, concluindo esse pronunciamento, os nossos aplausos ao Movimento Acorda Brasil, que tenta acordar uma Nação para a sua realidade, para esse momento de complexidade ímpar, mas tenta acordar uma Nação para os seus sonhos e as suas esperanças. E, certamente, o Brasil mudará pela força da juventude, dos brasileiros conscientes, mudará pela força da sociedade viva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o Discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Seguindo a lista de oradores inscritos, convido para fazer uso da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, que disporá do tempo regimental para proferir seu pronunciamento. A palavra é de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, até em respeito ao Regimento, não solicitei o aparte ao Senador Alvaro Dias, mas quero aqui, rapidamente, tecer pouquíssimos comentários e falar, dar minha opinião, que tenho dito com certa frequência desta tribuna, sobre a reforma política.

Senador Alvaro, V. Ex^a aqui disse, ou talvez foi a partir de um aparte do Senador Reguffe, que temos que definir qual é o caminho, questionando se o caminho não seria aguardar o que virá da Câmara para aqui votar.

Eu faria outra pergunta. Não seria o caso de a Câmara aguardar o que já foi daqui para lá ou o que ainda irá para ser votado? Mas o fato é que creio que, nesse aspecto, nós temos que defender – eu, V. Ex^a e muitos Líderes têm defendido isso no Colegiado de Líderes – que nós precisamos de um acordo de procedimentos. Não há dúvida quanto a isso. Precisamos desse acordo de procedimentos; do contrário, não teremos reforma política nenhuma, Sr. Presidente. E quais seriam as bases desse acordo? Porque nós não estamos discutindo questão de menor importância, não.

Eu vou pegar como exemplo a Lei da Biodiversidade, a lei de acesso à biodiversidade, uma lei iniciada na Câmara. A Câmara iniciou a votação, chegou aqui, votamos algumas emendas, promovemos algumas mudanças; quando retornou à Câmara, tudo o que havíamos aprovado aqui a Câmara derrubou, item por item.

Então, veja, eu acredito que, se, de fato, nós temos o interesse em promover alguma reforma política no Brasil, precisamos, em primeiro lugar, ter esse acordo de procedimentos entre Senado e Câmara Federal. Em segundo lugar, esse acordo de procedimentos tem que levar em consideração algumas questões. E não precisa ser um projeto único, como pretende a Câmara, porque a Câmara não só passou por cima daquilo que o Senado votou; a Câmara dos Deputados, a partir de uma decisão, uma iniciativa do Presidente da Casa, o Deputado

Eduardo Cunha, com a aprovação do Plenário – é bom que se diga –, passou por cima de muita matéria por ela já apreciada e votada, porque havia outros projetos de reforma política muito mais debatidos e muito mais avançados. O Presidente escolheu e, com a aprovação do Plenário, aprovou um projeto de emenda constitucional apresentado pelo ex-Deputado Vaccarezza, e é esse o projeto que está sendo debatido na Comissão Especial.

Aqui já foi dito, eu não vou repetir: inúmeras matérias o Senado votou e encaminhou à Câmara. Eu, quando era Deputada, lá participei de inúmeras votações de projetos que estão prontos para serem votados no Plenário. Mas a Câmara optou por outro caminho.

Então, creio que o procedimento só poderá acontecer, primeiro, se definirmos os pontos da reforma política e, segundo, por onde começarão a tramitar esses referidos pontos. Em minha opinião, alguns deles poderiam começar no Senado, outros poderiam começar na Câmara, mesmo porque dá a última palavra quem começa. Se o projeto iniciar aqui no Senado, o Senado dará a última palavra; se o projeto começar na Câmara, a Câmara dará a última palavra.

Agora, vejam: nem o projeto, que não fala diretamente com a Câmara dos Deputados, com qualquer forma de eleição proporcional, que é o projeto que trata da suplência do Senado, aprovado há muito tempo aqui no Senado e enviado para a Câmara dos Deputados, nem esse projeto os Srs. Deputados apreciam, o Presidente da Casa pauta, que é o projeto que reduz o número de suplentes para um e proíbe qualquer grau de parentesco de suplente.

Então, é importante que esse acordo de procedimento ocorra, se, de fato, queremos uma reforma política. V. Ex^a solicita aparte, Senador Reguffe?

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Solicito.

A Sr^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Vanessa Grazziotin, eu considero esse tema da reforma política um dos temas mais importantes de se tratar atualmente neste País, até porque nós temos um sistema político que faz com que as pessoas elejam os seus representantes e, seis meses depois, já não se consideram representadas neles. Críticas selvagens ao sistema, um sistema em que entra na política – claro que há exceções, mas quase sempre – ou quem tem muito dinheiro ou o representante desse; ou quem representa um segmento específico da sociedade, às vezes, uma categoria profissional, agora até uma religião; ou aquele que tem uma fama anterior à política. A entrada na política, o acesso à política para quem quer debater ideias é muito restrito. Então, nós precisamos melhorar o nosso sistema político, e isso passa por uma reforma política. Eu sou muito crítico de várias coisas do Governo da Presidente Dilma. Agora, a Presidente teve uma ideia que as pessoas criticaram, alguns apenas porque era uma ideia dela. Mas era uma ideia que, em minha opinião, poderia ensejar, sim, um processo de mudança, que era a questão do plebiscito para a reforma política. Nós temos que aperfeiçoar e ter mais, neste País, mecanismos de democracia direta. Nós precisamos ter mais mecanismos de democracia direta. Agora, não podem ser só aquelas perguntas. Deveria perguntar para a população se ela acha que pode alguém ser candidato sem filiação partidária, de forma avulsa; se pode um Parlamentar se reeleger mais do que uma única vez; se o voto deve ser facultativo ou obrigatório. Deveria se perguntar tudo para a população, e a população deveria ter o direito de definir diretamente, até porque é muito difícil quem foi eleito por um sistema querer mudá-lo, e nós precisamos melhorar o nosso sistema político. Nossa sistema político está falido. Então, eu considero que a ideia do plebiscito era uma grande ideia; agora, não tendo ido para a frente, cabe ao Poder Legislativo votar, deliberar, decidir, cada um votar e dar sua opinião. Cada Senador aqui tem uma coisa na sua cabeça, não existe sistema político perfeito, mas vamos votar, vamos debater, há muitas propostas para serem debatidas. E aí que se forme a vontade da maioria e que se ofereça à população brasileira a reforma com a vontade da maioria. Se eu for derrotado, fui derrotado, mas vou ter a chance de votar aqui, representando o pensamento dos meus eleitores e daqueles que me escolheram como seu representante aqui.

A Sr^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Concordo com V. Ex^a no aspecto da necessidade de democratizar mais ainda, inclusive, o debate. Infelizmente, uma parcela importante, sobretudo dos parlamentares, não entendeu exatamente a proposta do plebiscito encaminhada pela Presidente. E, na época, aqui no Senado, Senador Reguffe, instalou-se uma grande polêmica: “É plebiscito ou é referendo?”

Acho que, plebiscito ou referendo, o importante é envolver a população nessas mudanças e nessas tomadas de decisões muito importantes para o futuro do Brasil.

Creio que alguns princípios devam nortear a reforma política, e, a partir do momento em que tenhamos claros alguns princípios, a fórmula fica muito mais fácil de buscar.

O princípio número um é o princípio da democracia.

O princípio número dois é o princípio da independência do Parlamento, e isso fala diretamente com o financiamento de campanha, pois muita gente fala em combater a corrupção, mas acha que é normal manter

esta forma de financiar campanha eleitoral no Brasil: que a empresa privada, que mantém negócios milionários com o Poder Público, continue bancando e mantendo campanhas eleitorais.

O terceiro aspecto é o da representatividade do Parlamento brasileiro, porque temos que ser, cada vez mais, um Parlamento que seja a cara do Brasil, e o nosso Parlamento hoje não é a cara do Brasil. No nosso Parlamento, as mulheres não estão presentes – 10% não representa o protagonismo da mulher na sociedade. Enfim, há problemas de barreiras de gênero no Parlamento, barreiras sociais no Parlamento, mas creio que o primeiro grande passo seria a busca desse acordo de procedimento entre Câmara e Senado, e que, como V. Ex^a lembra, envolvesse a população.

Mas, Sr. Presidente, um segundo registro. Eu queria pedir muito a benevolência de V. Ex^a, antes de entrar no assunto que me traz à tribuna, que é o Dia do Trabalhador. Amanhã é feriado, feriado no mundo inteiro, porque é o Dia do Trabalhador, e eu não posso – nós que falamos todos os dias do trabalhador, da trabalhadora, no dia de hoje – deixar de falar desse tema.

Mas faço um segundo registro aqui. Recebi uma mensagem de texto, um *e-mail*, um correio eletrônico, de um companheiro, amigo, colunista da minha cidade do jornal *A Crítica*, e, além de tudo, um querido amigo, o Rogério Pina, que manifesta uma preocupação, que considero procedente, em relação à BR-319.

Ontem, com a presença do Ministro dos Transportes na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, nós debatemos – eu levantei o assunto – a BR-319.

Rogério Pina, inclusive, diz que aguarda que essa comunicação chegue até o meu conhecimento. Chegou ao meu conhecimento – quero aqui publicamente registrar que recebi –, e considero oportunas as observações, porque, no fundamental, ele vincula muito a preocupação ambiental com a BR.

Eu quero dizer que nós, da Bancada do Amazonas, do Estado do Amazonas, que somos a favor da construção da BR, não somos a favor da construção a qualquer custo. Queremos que a BR seja – não é construída porque ela existe – recuperada! Que os 400 quilômetros do meio que faltam sejam reconstruídos, dentro do mais absoluto rigor ambiental. A BR não pode ser um polo de desmatamento. Ela tem que ser um polo da integração entre o Norte, o Centro-Oeste, o Sul e o Sudeste do País, um polo de desenvolvimento, mas jamais deverá se transformar num polo de desmatamento.

Portanto, as medidas que vêm sendo adotadas e que deverão transformá-la numa BR parque, de criação de muitas reservas e de funcionamento e organização dessas reservas ambientais no seu entorno, são fundamentais.

Então, quero agradecer ao companheiro Rogério Pina pela mensagem recebida e dizer que a preocupação dele é a nossa preocupação. E diálogo com o meio ambiente nós temos tido bastante. Aliás, o valor do preço para a recuperação da BR cresceu muito por conta dos investimentos na área da preservação ambiental, que, repito, é muito importante. Afinal de contas, é da riqueza da nossa geração e, principalmente, das futuras gerações que nós temos que cuidar e tomar conta, para que seja utilizada, mas utilizada de forma sustentável.

Sr. Presidente, todos os anos, os trabalhadores, através, principalmente, das suas centrais sindicais... E hoje já foi mencionada aqui a reunião que houve entre o Governo Federal, a Presidenta Dilma, e as centrais sindicais, em que formaram uma comissão quadripartite para debater os caminhos do enfrentamento, não só deste momento de dificuldade, mas de algumas anomalias que começam a aparecer em torno de alguns direitos dos trabalhadores.

Então, creio que, às vésperas do Dia do Trabalhador, esse diálogo entre a Presidente da República e os trabalhadores, representados por suas centrais, é fundamental para o avanço do direito dos trabalhadores. Afinal de contas, a conquista dos direitos básicos, como férias, décimo terceiro, adicionais de periculosidade, horas extras, enfim, todas as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras só foram alcançadas depois de um processo longo de luta e mobilização.

Este ano, o 1º de maio reveste-se de especial importância, tendo em vista o ataque aos direitos de milhões de brasileiros patrocinado pelo Projeto de Lei 4.330, aprovado recentemente na Câmara dos Deputados e que, em breve, terá o seu debate iniciado aqui no Senado Federal. Entretanto, repito, um projeto que tramitou por 11 anos, quase 12 anos na Câmara dos Deputados, não pode, em poucas semanas, ser debatido e votado no Senado Federal.

Esse projeto, Sr. Presidente, que já era crivado de críticas pelos seus flagrantes defeitos e incorreções, tornou-se uma peça jurídica muito mais nefasta a partir da aprovação dos destaques.

Eu, que já ocupei a tribuna para levantar os efeitos perversos que considero essa medida trará sobre o conjunto dos trabalhadores brasileiros, sobretudo as mulheres, que são a maioria dos terceirizados no País, entendo que a proposta enviada pela Câmara dos Deputados rasga direitos, onera os cofres públicos e desequilibra, de forma permanente, as relações entre capital e trabalho.

Não há justificativa, Sr. Presidente, para a aprovação de uma medida de precarização e rebaixamento da força de trabalho, em um período histórico de avanços trabalhistas, representado pelo baixo índice de desemprego e pela constante valorização real e crescimento real do salário mínimo.

A regulamentação da terceirização, da forma como foi proposta, não busca o aumento da produtividade ou da competitividade; busca tão somente um aumento nas taxas de lucro através do estrangulamento do trabalho.

E aqui quero fazer das palavras do Presidente Renan – tivemos com ele uma reunião no dia de ontem – as minhas palavras. O projeto, não há dúvida, não visa regulamentar o direito de quem já é, no Brasil, trabalhador terceirizado; o objetivo maior desse projeto é ampliar o número de trabalhadores terceirizados no Brasil, o que é lamentável, repito, extremamente lamentável!

Em relação ao projeto anterior, os destaques aprovados, na última sessão em que se votou a matéria na Câmara dos Deputados, prejudicam fortemente o trabalhador.

Na versão anterior projeto, que já não era boa, para demitir um funcionário e ter o direito a contratá-lo através de uma empresa terceirizada era preciso um prazo de 24 meses, dois anos; com a mudança, foi para 12 meses.

Na versão anterior, a empresa contratante era solidária em relação aos direitos trabalhistas do funcionário terceirizado. Na última versão remetida para o Senado Federal, a empresa contratante só terá de pagar os direitos se os bens da empresa de aluguel de mão de obra não forem suficientes para tal. Ou seja, assim se poderá criar um processo infinito, que fará com que os trabalhadores esperem anos e anos, possivelmente, na Justiça do Trabalho, para receberem fundo de garantia, férias, décimo terceiro, enfim, todos os seus direitos básicos.

Também foi retirado do projeto o texto que garantia aos funcionários terceirizados os mesmos direitos dos funcionários da empresa principal, como plano de saúde e muitos outros direitos. Ou seja, o que já era muito ruim foi transformado em verdadeiro pesadelo para os trabalhadores brasileiros.

E eu valho-me da expressão do presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Adilson Araújo, acerca da decisão da Câmara dos Deputados. Disse ele o seguinte: "O projeto e a votação foi um atentado à democracia, ao direito do trabalho e à própria CLT". Ou seja, o Projeto 4.330, Sr. Presidente, da forma como foi aprovado, representa um retrocesso de mais de 60 anos da legislação trabalhista.

O futuro apontado com a aprovação de um projeto com essas propostas é de demissões de trabalhadores com carteira em número recorde, e depois esses trabalhadores só conseguirão empregos em firmas terceirizadas, com salários aviltantes e sem garantias reais, repito, sem garantias reais dos seus direitos.

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese (2014), os trabalhadores terceirizados receberam, em média, em 2014 quase um quarto a menos no valor dos seus salários em relação aos funcionários contratados diretamente pela empresa fim, ou seja, 25% a menos!

O Senado tem ouvido inúmeras manifestações contrárias ao PL, porque aqui não há nenhum açodamento para a apreciação da matéria, o Presidente do Senado já garantiu isso, e o debate já começou.

Várias pessoas vieram aqui se manifestar sobre o projeto, como o procurador do Ministério Público do Trabalho Dr. Helder Santos Amorim. Ele foi enfático ao afirmar que "terceirizar a atividade finalística é constitucional".

Na visão do Ministério Público, "a Constituição de 1988 foi a primeira que inseriu os direitos dos trabalhadores no rol dos direitos fundamentais; um arcabouço que tem a missão de melhorar a condição social do trabalhador". E o Projeto nº 4.330 colide, portanto, com a Constituição Federal, pois permite que norma constitucional fique submetida à vontade do empregador.

Por fim, também quero registrar a opinião da Ordem dos Advogados do Brasil, que lembra que o projeto permite que a terceirizada terceirize. É a "quarteirização" do trabalho. Ou seja, permite que a terceirizada também terceirize, ou seja, é a "quarteirização" do trabalho.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E é por essas razões, Sr. Presidente, que, nesta véspera do dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, eu faço a homenagem aos trabalhadores dizendo da nossa vigilância permanente para não permitir que um projeto danoso ao conjunto dos trabalhadores, como esse, seja aprovado aqui no Senado Federal.

E, por fim, Sr. Presidente, contando já com a sua grandiosa benevolência demonstrada, quero apenas registrar o fato de que a Câmara aprovou ontem um projeto de lei que desobriga os produtos a conterem a marca de produtos que contêm transgênico. Isso é muito grave.

Eu, no meu telefone, no meu correio eletrônico, Senador, tenho recebido muitas mensagens. Nunca recebi tantas mensagens quanto essas. Mensagens simples, que dizem o seguinte: "para que tirar?" Dê-se o direito

de opção ao consumidor. O consumidor tem que ter esse direito, principalmente numa matéria tão delicada como são os produtos transgênicos.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ou seja, um retrocesso que certamente também não passará no Senado Federal.

Muito obrigada, Senador, e desculpe-me por ter passado bastante do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Cumprimento V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin, pela manifestação, sobretudo em razão de celebrarmos amanhã, 1º de maio, o Dia do Trabalhador.

Seguindo a ordem dos oradores inscritos, convido, para fazer uso da palavra, na condição de Líder do Partido dos Trabalhadores, o Senador Humberto Costa, que dispõe do tempo regimental para fazer o seu pronunciamento.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, boa tarde.

Sr. Presidente, eu muito raramente trago a esta tribuna assuntos que digam respeito à conjuntura de algum Estado ou de algum Município. Sempre priorizo nas minhas falas os temas nacionais, os temas que dizem respeito mais diretamente a uma Casa como este Congresso Nacional. Mas, sinceramente, no dia de hoje, até porque esse tema tomou uma dimensão nacional, eu não posso deixar de fazer aqui um registro pesaroso sobre o que assistimos ontem na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná. Cenas de violência revoltantes contra os professores da rede estadual de ensino do Paraná, e são imagens lamentáveis e chocantes, que já rodam o mundo e chamam a atenção, inclusive, da imprensa internacional.

Gostaria aqui de expressar o meu mais profundo repúdio e o do meu Partido, da nossa Bancada, ao excesso de força protagonizada pela Polícia Militar do Estado do Paraná, governado pelo Sr. Beto Richa, do PSDB. Mais de 200 pessoas ficaram feridas em mais de duas horas, não de confronto, como a imprensa nacional tentou caracterizar. Confronto e conflito é quando as duas partes têm condições mínimas de equilíbrio para um confrontamento. O que houve foi um massacre, apesar de um massacre sem vítimas fatais, mas o que aconteceu foi um massacre.

O uso de bombas e tiros de balas de borracha. Até cachorros da polícia atacaram pessoas. Um cinegrafista da Rede Bandeirantes foi mordido por um Pitch Bull, seguro por um policial que nada fazia para tentar interromper aquela violência contra o jornalista, e essa truculência contra os professores ocorre justamente às vésperas do 1º de maio, quando se comemora o Dia do Trabalhador, data de celebração das conquistas da classe trabalhadora e que é reafirmada a legitimidade da sua luta.

E o que houve ontem no Centro Cívico do Paraná? Como se sabe, os professores da rede estadual de ensino do Estado, governado pelo PSDB desde 2011, estão em greve e protestam contra o projeto do Governo estadual que modifica as regras do fundo de previdência dos funcionários públicos. Esperava-se, diante da intensidade dos movimentos de ontem – segundo o Sindicato dos Professores, mais de 25 mil pessoas estavam no local –, que o Governador determinasse a suspensão do uso da força por parte da Polícia Militar e que abrisse canais de diálogo com os manifestantes para evitar o que vimos ontem.

A pedido da Senadora Gleisi Hoffmann, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, tentou dialogar com o Governador para que negociasse com os manifestantes ou que suspendesse a pesada repressão. Porém, o Governador informou ao Ministro que não cessaria e que a ação policial continuaria. Apesar dos protestos da categoria de que serão mais uma vez prejudicados pela proposta, a Assembleia Legislativa do Paraná, em que a maioria apoia o Governador Beto Richa, aprovou o texto final do projeto ontem, que segue agora para a sanção.

O Estado do Paraná vive uma grave crise financeira e, desde o primeiro ano da gestão tucana, em 2011, o Governo gasta mais do que arrecada. O Estado começou 2015 devendo R\$1,2 bilhão por obras e serviços já realizados. Logo eles, que tanto ecoam pelos quatro cantos que são grandes gestores da Administração Pública e sagrados protetores da eficiência do Estado.

Enquanto seus principais líderes no Congresso Nacional dizem defender os direitos sagrados dos trabalhadores, o que observamos na administração tucana no Paraná é um verdadeiro contrassenso. O atraso no pagamento dos professores da rede estadual e a alteração do regime previdenciário da categoria caem como uma bomba sobre o novo discurso tucano de proteção dos trabalhadores. Como nunca foram reconhecidos por defender os direitos dos trabalhadores, e, sim, de grandes empresários e patrões, a contradição atual é interessante.

Pasmem os senhores que a situação financeira no Paraná é tão grave que faltou dinheiro até para pagar as diárias dos policiais que estiveram de serviço ontem durante os protestos. A denúncia foi feita pela Associação de Praças do Estado do Paraná, que afirmou que policiais militares de Maringá que foram a Curitiba reforçar o policiamento ao redor da Assembleia Legislativa precisaram sair do hotel onde estavam hospedados porque a Secretaria Estadual de Segurança Pública não pagou as diárias até terça-feira. É realmente estardeador! Os guardiões dos cofres públicos e, agora, defensores dos trabalhadores, deixam à míngua os servidores do Estado que trabalham em áreas extremamente sensíveis para melhorar a vida do cidadão. Além disso, os tucanos do Paraná estão com dificuldades para explicar as denúncias feitas por Deputados Estaduais da base do Governo de que, se não votarem com o Governo estadual a favor da reforma da previdência, a liberação de recursos para obras e projetos de interesse deles será cortada e quem diz isso é a própria base de sustentação do Governo do Estado.

Como defender, de um lado, garantias para os trabalhadores e, do outro, atacar uma das categorias mais importantes do nosso País, incluindo o atraso no pagamento dos salários? Como defender uma gestão austera do Governo Federal, se, num Estado administrado por eles, a situação está à beira de um colapso? Como defender as manifestações de rua pelo impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente nas urnas, e quando são alvos de protestos agir de forma absurdamente truculenta?

Como defender a prática de uma suposta boa política, se as informações que chegam do Paraná dão conta de que os Deputados Estaduais da base têm de votar pelos projetos de interesse do Governo, se não perdem a liberação de verbas? Como defender o diálogo por parte da Presidenta Dilma, se o Governador do Paraná está passando o rolo compressor sobre os professores?

Aliás, causa-me espécie o fato de que o novo paladino da luta dos trabalhadores, de que o defensor dos direitos da população trabalhadora brasileira, de que o defensor-mor da democracia no Brasil, o candidato derrotado Aécio Neves, não veio hoje a esta tribuna, sequer ao Parlamento, para explicar o *modus operandi* do PSDB no que aconteceu ontem no Estado do Paraná. Quantas vezes esteve aqui para dizer que a Presidente era antidemocrática? Quantas vezes esteve aqui para dizer que aqui se trabalhava na base do é dando que se recebe? Quantas vezes esteve aqui para criticar as medidas provisórias que o Governo mandou para cá muito mais com o objetivo de corrigir distorções e que ele aqui afirmava que eram para arrochar o trabalhador e tirar direitos dos trabalhadores?

Imaginem o Governador dele no Paraná, que lhe deu maioria de votos na eleição passada, arrancar recursos do fundo de pensão da previdência dos trabalhadores para poder pagar a previdência de outros trabalhadores. Onde está o Senador Aécio Neves? Onde está o democrata, o defensor da boa gestão? Onde está o PSDB para aqui defender o indefensável, defender uma gestão temerária e, acima de tudo, a violência cometida contra os trabalhadores?

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Estou aqui, Sr. Presidente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Ouço, com atenção, uma voz que acredito vai tentar justificar o injustificável.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP. Com revisão do aparteante.) – Eu gostaria, em primeiro lugar, que o senhor justificasse a tentativa de invasão da Assembleia Legislativa do Paraná, para impedir a votação de um projeto de lei, porque a ideia de que vinham acompanhar a votação é conversa mole. Iam impedir a votação, ocupar os lugares na assembleia, os lugares dos representantes do povo, para impedir que a sessão se realizasse. Aliás, essa prática é comum nos ditos movimentos sociais que são correias de transmissão do seu Partido, o PT. Veja o que aconteceu em Brasília, o MST, que recebeu, através de seu líder uma homenagem, a medalha da Inconfidência de Minas Gerais. Tentaram invadir o Palácio do Planalto! Houve 30 policiais militares feridos. Em São Paulo, o tal MTST do Sr. Guilherme Boulos, foi estimulado pelo prefeito do PT a ocupar a Câmara Municipal de São Paulo para, na marra, impedir a votação de um projeto de lei de zoneamento. A tal Via Campesina, que é também outra das queridinhas do PT, invadiu a sede da CTNBio, para impedir a deliberação de um órgão técnico, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a respeito de transgênicos, destruindo anos de pesquisa. Então, veja, não há inocentes neste caso. V. Ex^a quer apresentar as pessoas que confrontaram a polícia militar, como sendo vítimas. É possível que sejam e, quando há delitos, eles têm que ser apurados. Se o uso da força, que é legítimo para garantir o funcionamento de um órgão do Estado, que é a Assembleia Legislativa, se o uso da força transbordou dos limites legais, dos limites da prudência, evidentemente os responsáveis têm que ser punidos, e não tenho dúvida nenhuma de que o Governador Beto Richa, que não precisa das suas lições de democracia, para cumprir os seus deveres, ele o fará. Agora, eu penso, meu caríssimo Líder do PT, que o seu Partido é o menos autorizado para, entre todas as agremiações políticas, preconizar a prudência e a moderação, porque, quando se trata de promover os interesses políticos do seu Partido, por via dos chamados movimentos sociais, não há moderação, o que há é a tentativa de impor na marra os

seus pontos de vista. Como, aliás, tentaram fazer os seus amigos na Apeoesp, em São Paulo, que, com barras de ferro, tentaram forçar as portas da Secretaria de Educação, no meu Estado. E foram repelidos, sim, pela polícia militar, como é do seu dever. De modo confio na ponderação, no espírito democrático, na tradição democrática do Governador Beto Richa, para que ele mande proceder às apurações, com rigor, para que, se houve indícios de excessos que possam ser atribuídos a membros das forças de segurança, eles sejam punidos. Penso que os episódios são lamentáveis, são chocantes, quem assistiu à televisão seguramente ficou consternado com o que viu, mas é preciso ponderação, é preciso prudência antes do decreto condenatório que V. Ex^a, com tanta veemência, está pronunciando. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Agradeço a V. Ex^a e constato, como eu disse, que V. Ex^a tentaria defender o indefensável. E o fez, não pela via da defesa da atitude do Governador, mas por uma tentativa de comparar a maneira com que o nosso Partido se comporta diante de episódios como esse e a postura do Governador do Paraná. Mas ouço, mais uma vez, V. Ex^a.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu apenas apontei alguns episódios recentes, meu caro Líder, em que o seu partido estimula, o seu partido passa a mão na cabeça de pessoas que usam da violência para promover seus interesses políticos. Citei vários casos, agora, recentes. V. Ex^a é incapaz de dizer que não tenho razão. Agora, quanto ao episódio de ontem, é preciso que fique claro que houve uma tentativa de invasão da Assembleia Legislativa para impedir que o órgão legislativo do Estado do Paraná realizasse uma sessão para votar um projeto de lei. Por mais que os professores ou quem quer que seja tenham objeções ao projeto, o que ninguém tem o direito de fazer é impedir o funcionamento de um órgão composto por representantes eleitos pelo povo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Mas eu inclusive aproveito o fato de V. Ex^a ter citado vários exemplos de situações em que governos do PT é que eram os sitiados... A diferença que se coloca é exatamente como agiu o governante diante da situação conflitiva, que é algo inerente à ação de governar. Por exemplo: como agiu o Prefeito de São Paulo, como agiu a Presidenta Dilma nessas situações em que o alvo dos protestos e das manifestações era o próprio Governo nosso?

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu posso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Jamais...

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Posso até lhe dizer.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Jamais, jamais utilizamos a violência desmedida, como aconteceu ontem no Estado do Paraná.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite mais uma vez?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pois não.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Ex^a me faz uma pergunta: como a Presidente Dilma reagiu diante da tentativa de invasão por amigos seus do MST no Palácio do Planalto? Uma tentativa de invasão em que mais de 30 policiais militares ficaram feridos. Como é que ela reagiu? Reagiu mandando receber esses senhores, Stédile e companhia, como se fossem estadistas. Foram recebidos com honras de chefe de Estado por um Governo que acabava de receber uma afronta – uma afronta ilegal – por parte desse movimento. É assim que agiu o governo do PT. Em outras ocasiões, foram enérgicos. Há muitas cenas, por exemplo, de pancadaria do Governador da Bahia, Jaques Wagner, contra manifestantes, inclusive professores e pessoas reivindicando salários. Eu não o condono *a priori*, porque é preciso que se saiba se a polícia agiu ou não dentro dos limites da lei no cumprimento do seu dever. Agradeço mais uma vez a tolerância, meu caro Líder, por ter me permitido voltar ao aparte com tanta frequência, mas ouço a sequência do seu discurso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu agradeço o aparte de V Ex^a.

Mas, como eu dizia, a diferença é que, nas situações que vivenciamos, não estiveram lá 200 pessoas desarmadas, feridas, entre elas mais de 30 em estado grave. A utilização descabida e exagerada dos mecanismos de repressão contra um grupo de trabalhadores que, certamente, poderiam querer ocupar a Assembleia Legislativa. Nós não somos favoráveis a isso, mas entendemos que não é da maneira como o Governo do Paraná enfrentou os grevistas que se deve construir o entendimento e construir a ação democrática do governo. Ao contrário, o Governo Federal procurou, inclusive, intermediar, ajudar, dar apoio. E aí é que a questão se agrava, Excelência, porque não somente o Governador mandou que se fizesse como eu vi – eu vi! –, em sua entrevista à noite, ele defendendo a forma como foi feito.

Portanto, me parece absolutamente razoável cobrar das lideranças tucanas que façam uma condenação ampla.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – No mesmo nível em que procuram condenar, pelas mais diferentes razões, o Governo do PT, que o façam em relação ao Governo do Estado do Paraná, aos tucanos que lá estão desde 2011.

O PT tem um compromisso que sempre foi pautado pelo diálogo, pela valorização dos trabalhadores, pelo respeito às minorias e por um Brasil mais justo. Não nos movemos por interesses temporários e por discursos que não se sustentam. Os nossos ideais estão aí há muito tempo, e seguiremos com eles até o fim.

Por isso, tenho certeza de que amanhã, 1º de maio, Dia Mundial dos Trabalhadores, sem dúvida, dois pontos haverão de permear as manifestações dos trabalhadores. O primeiro deles é a defesa dos interesses e da preservação dos direitos sociais e que hoje se personifica ou se consolida no enfrentamento à proposta de terceirização do trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – E o outro é, sem dúvida, o da defesa da liberdade sindical, da liberdade de organização, de manifestação e de expressão, que é o repúdio à ação tucana no Estado do Paraná, no dia de ontem.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Ricardo Ferraço deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Convido, agora, para fazer uso da palavra, o Senador Ricardo Ferraço, por 20 minutos, como Líder inscrito.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Antes de o Senador começar, pela ordem, Presidente Reguffe.

A minha inscrição está na relação de oradores inscritos. Quantos ainda estão inscritos? Porque aí vou atender a uma demanda.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – V. Ex^a é a décima terceira.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com muita alegria, estamos recebendo aqui um conjunto daqueles que serão o futuro desta Nação, e V. Ex^a naturalmente estará saudando os alunos que estão aqui nos honrando com suas presenças.

Sejam todos vocês muito bem-vindos ao Senado da República.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha estimada e querida colega de Bancada, Senadora Rose de Freitas, está preciso e correto, cirurgicamente correto, o editorial do jornal *A Gazeta*, do meu Estado, desta quinta-feira. É um editorial que reflete a opinião do jornal, mas que está em linha – tenho certeza – com a opinião pública capixaba, em linha, evidentemente, com a minha opinião e com a opinião da Senadora Rose de Freitas, como consequência e desdobramento de uma audiência pública que realizamos nesta semana na Comissão de Assuntos Econômicos.

No requerimento, tivemos a oportunidade de debater com o novo presidente da Petrobras o balanço da Petrobras, os números que estão consagrados nesse balanço, a conjuntura e os desafios não apenas da Petrobras, mas do arranjo econômico do petróleo e do gás.

O editorial do jornal *A Gazeta* chama de descaso da Petrobras a manifestação do presidente Bendini, que afirmou à Comissão de Assuntos Econômicos que a fábrica de fertilizantes, compromisso assumido pela Petrobras desde 1997, que, durante anos seguidos, fez parte de pelo menos dois planos de negócios da Petrobras: fez parte do plano de negócios da Petrobras quando a empresa foi presidida por Sérgio Gabrielli, e fez parte do plano de negócios quando a Petrobras foi dirigida pela Dr^a Maria das Graças Foster.

Quando um plano de negócios de uma companhia expressa seu compromisso, esse compromisso não é do presidente de plantão ou do conselho de administração de plantão que aprovou aquele investimento. É um compromisso institucional da Petrobras, até por conta, quero crer, de que, para assumir um tipo de compromisso ou de meta como essa, é necessário que a companhia faça estudos, pesquisas, contrate projetos – e foi o caso – para que se chegue à conclusão da viabilidade do desenvolvimento desse projeto.

Ora, o Espírito Santo é o segundo produtor de petróleo e gás no Brasil. Junto com o Estado do Rio de Janeiro, Sr. Presidente, nós respondemos por aproximadamente 85% da produção do petróleo e do gás. Isso é bom, isso é ótimo! Mas a produção de petróleo traz as suas consequências, gera demandas no campo da infraestrutura, gera construção de políticas públicas, porque a produção está no mar, mas as consequências estão em terra. Portanto, ao longo desse período, temos feito um esforço grande em nosso Estado para que, além de produzirmos petróleo e gás, nós possamos gerar valor agregado à produção de petróleo e gás, porque

a geração desse valor agregado representa atividade econômica, representa geração de emprego e oportunidades para brasileiros e capixabas que compartilham conosco dos desafios lá no Estado do Espírito Santo.

Ocorre, Sr. Presidente, que, ao longo desses anos todos, a Petrobras sistematicamente reafirmou o seu compromisso com o Espírito Santo; o compromisso de nós construirmos, em nosso Estado, uma fábrica de fertilizantes a partir da amônia, que é subproduto do gás. Essa fábrica de fertilizantes uniu mentes, corações, esforços, energias, providências, investimentos que o Espírito Santo fez, expectativas que foram geradas. Até mesmo, Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, uma desapropriação foi feita.

O Governo do Estado empreendeu e despendeu recursos ali para a aquisição desses terrenos, dessa área onde essa fábrica de fertilizantes seria implantada. Mas não apenas isso: o Estado do Espírito Santo colocou de pé um conjunto de incentivos e atrativos fiscais, como foi determinado pela própria Petrobras, para gerar condição de viabilidade, condição de competitividade.

Ora, foram muitos os esforços, energias gastas em torno desse projeto. Investimentos feitos por parte do Governo do Estado, investimentos feitos por parte da Petrobras, e em um momento como esse, em que estamos enfrentando desafios extraordinários. O Presidente Bendini – é preciso que eu faça justiça – chegou à Petrobras recentemente; portanto, esses são compromissos que antecederam a sua chegada à Petrobras.

Mas esse não pode ser um compromisso do presidente de plantão; tem que ser um compromisso institucional. E assim foi, tanto que, quando esteve aqui pela última vez, a ex-presidente Graça Foster, textualmente, reafirmou o compromisso da Petrobras e listou, Senadora Ana Amélia, um conjunto de providências e iniciativas que a Petrobras já tinha adotado para colocar de pé essa fábrica de fertilizantes no Estado do Espírito Santo, ao norte do Rio Doce, lá no Município de Linhares, na região de Regência, onde termos um extraordinário empreendimento, que é o Polo de Cacimbas.

Ou seja, os problemas enfrentados pela Petrobras, o mergulho que deu a Petrobras na delinquência, na corrupção, nos desvios... E eu quero naturalmente aqui fazer uma observação: isso não tem a ver com o conjunto, com a grande maioria dos trabalhadores e dos funcionários da Petrobras, do mais modesto até o mais graduado trabalhador da Petrobras. O trabalhador, o engenheiro da Petrobras tem não apenas reputação em nosso País, mas em todo o mundo!

Mas a forma com que a Petrobras foi apropriada nesses últimos anos pela política do aparelhamento, de péssima qualidade, produziu aquilo a que nós assistimos: prejuízos da ordem de R\$22 bilhões no exercício de 2014, o único prejuízo da Petrobras nos últimos 25 anos.

Estão sendo investigados pela Operação Lava Jato R\$6 bilhões de reais, mas não apenas isso. É importante que ratifiquemos o que está consagrado no balanço da Petrobras: R\$44 bilhões de subtração patrimonial, fruto, produto e resultado dos equívocos de gestão, das iniciativas e decisões que adotou a Petrobras ao longo desses anos, sem planejamento, de forma populista, como se construir refinarias fosse uma coisa qualquer. Foi ao Maranhão, iniciou a construção da Refinaria Premium e investiu R\$2 bilhões. Fez outros investimentos, como a Refinaria Abreu e Lima, o Comperj, no Rio de Janeiro, e tantos outros.

Ora, a Petrobras, agora, está mergulhada em todos esses problemas e quem paga o pato somos nós capixabas! Isso não é possível! Isso é intolerável! Não há como aceitar uma decisão como essa, como se fosse uma decisão qualquer, como se falasse: "Esqueçam tudo com o que eu me comprometi, esqueçam os compromissos que eu assumi com o Estado". Não! As coisas não podem ser assim! Nas relações pessoais, nas relações profissionais, é preciso que se tenha cuidado com aquilo que nós precisamos ter como mais sagrado que é a credibilidade.

Nós solicitamos audiência ao Presidente Bendine, que assumiu a empresa recentemente, para que possamos fazer a ele, Senadora Rose de Freitas, V. Ex^a que preside a sessão neste momento, toda uma construção de cada capítulo desses que todos nós acompanhamos aqui, em Brasília – há quatro anos, como Senado, e V. Ex^a, agora, como Senadora, mas, antes, como Deputada Federal, firme na luta, com o pé na estrada, como diz V. Ex^a –, lutando a todo momento para que a Petrobras pudesse manter, no seu plano de negócio, esse investimento. Agora, a Petrobras, sem mais nem menos, fala que esse investimento não é mais prioridade para a Petrobras e que, portanto, a Petrobras, irá concentrar os seus esforços em outros investimentos.

Ouço, com prazer, a Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Senador Ricardo Ferraço, para um país que é um dos maiores exportadores de produtos agrícolas – só o complexo de soja já é o primeiro item da pauta de exportações brasileiras, sem falar nos demais que também precisam da produção de grãos para fazer ração para a criação de suínos e aves, além de outras culturas que são da pauta de exportações brasileira, como o tabaco, que, para o Rio Grande do Sul, é muito importante na agricultura familiar, o açúcar ou outros produtos, como suco de laranja e assim por diante –, já estava, há muito tempo, na hora de ser autossuficiente pelo menos na produção de um dos insumos mais importantes para a agricultura, que são os fertilizantes. Então, V. Ex^a tem

sobradas razões para fazer essa exortação, essa cobrança e essa crítica. Ontem, nessa mesma linha de V. Ex^a, a Senadora Simone Tebet também lembrou que esteve na Petrobras, em nome do Estado do Mato Grosso do Sul – e o Senador Moka, igualmente, e o Senador Delcídio, imagino, também ligado a esse setor –, trabalhando para que também o Mato Grosso do Sul tivesse, consideradas as suas reservas minerais, a condição de dispor de uma fábrica de fertilizantes tendo a Petrobras como acionista majoritário. Então, o caso do Espírito Santo se soma ao de outros Estados que poderiam muito bem tornar o Brasil autossuficiente em fertilizantes. Mas não é só esse o impacto grave da atuação da Petrobras, como disse muito bem também V. Ex^a. Nós temos que separar o joio do trigo – já que estamos falando em agricultura. Os bons servidores, aqueles comprometidos com a história da Petrobras, que nos orgulha ainda, apesar de tudo que aconteceu com a Operação Lava Jato, devem ser separados. E, na cidade de Rio Grande, no meu Estado, o maior porto marítimo do Rio Grande do Sul, essa cidade que ganhou polo naval, o Prefeito Alexandre Lindenmeyer, do Partido dos Trabalhadores, nessa semana, numa reunião da Bancada gaúcha, mostrou a gravidade do que aconteceu com a Petrobras: 20 mil empregos perdidos pela paralisação de projetos importantes no polo naval. Esse é um resultado dramático, com impacto no emprego. E, amanhã, é o Dia do Trabalho. Portanto, Senador Ricardo Ferraço, o pronunciamento de V. Ex^a vem numa hora extremamente relevante. E eu queria me associar, trazendo essa revelação de uma administração municipal que amarga a preocupação da perda de 20 mil vagas no Município de Rio Grande.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a, na condição de Presidente da Comissão de Agricultura do Senado da República e na condição de Senadora do Estado do Rio Grande do Sul, que, entre outras coisas, tem uma atividade agrícola extremamente produtiva e competente, sabe da necessidade de o nosso País deixar de ser importador de fertilizantes. Aproximadamente 60% dos fertilizantes de que a nossa moderna e eficiente agricultura necessita são produtos importados. São divisas e dólares que deveríamos estar gerando aqui e não além-mar. Portanto, há viabilidade de um projeto como a fábrica de fertilizantes lá no Estado do Espírito Santo, que está no plano de negócios da Petrobras há mais de quatro anos. São recursos que foram investidos, projetos que foram encomendados, tratativas que foram feitas com o Governo do Estado do Espírito Santo.

Não é possível que, de uma hora para a outra, em função da crise por que a Petrobras está passando, o Espírito Santo pague o pato. Não! Nós estamos aqui levantando a nossa voz com veemência, com muita veemência, protestando contra a forma com que a Petrobras, pelo menos neste momento, está encaminhando esse assunto.

É evidente que o Presidente Bendine não descartou esse investimento. Não. Ele não descartou de plano esse investimento, mas ele jogou evidentemente um balde de água fria, muito fria, na perspectiva de que esse investimento pudesse se consolidar. Naturalmente, eu não posso concordar com isso por todas essas premissas que nós estamos aqui a manifestar e aceitar que, de uma hora para outra, esse investimento não se consolide no Estado do Espírito Santo.

Vou pessoalmente à Petrobras dialogar com o Presidente Bendine. Já fiz solicitação de audiência, já obtive do Presidente Bendine sinalização de que nós estaremos dialogando na próxima semana em torno desse assunto. Eu não vou na condição de cidadão, vou na condição de representante do Estado do Espírito Santo que aqui me colocou, Senador Lindbergh, como colocou V. Ex^a para representar o Rio de Janeiro, para que nós lutássemos pelos nossos Estados. Para defender o Espírito Santo, eu vou às últimas consequências, evidentemente com moderação e cautela, mas com muita firmeza e com muito destemor. Nós não vamos aceitar o descaso que a Petrobras quer impor ao Espírito Santo. Nós vamos levantar a nossa voz, porque isso não tem sentido. E não há como aceitarmos esse tipo de tratamento por parte da Petrobras.

É minha manifestação, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Rose de Freitas.

A SR^a PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias. Desculpe-me, o Senador Reguffe tem a palavra. Alguns Senadores faltaram à inscrição.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, eu quero falar aqui sobre os planos de saúde neste País.

É claro que o que nós temos que focar é, principalmente, melhorar a saúde pública deste País, que não anda bem, mas, agora, também é função do Poder Público a regulação dos planos de saúde, e a Agência Nacional de Saúde Suplementar existe para isso, para funcionar como uma agência reguladora. Os planos de saúde simplesmente usam e abusam dos consumidores neste País. Quando uma pessoa precisa de um tratamento, ela tem que pedir uma autorização, e tudo que pode ser feito para não autorizar esse tratamento é feito. Os

consumidores ficam de cócoras para os planos de saúde, estando o tempo todo como se estivessem pedindo um favor. E cabe à ANS agir com relação a isso.

Eu quero aqui, Sras e Srs. Senadores, voltar a fazer uma denúncia que fiz na Câmara dos Deputados, quando era Deputado Federal, quando fui membro da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara. E agora, aqui, no Senado, eu quero que a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, da qual sou membro, se debruce sobre essa denúncia, porque é algo extremamente importante. É importante a ANS ver a questão de que os planos de saúde se negam a vender planos individuais, obrigando os consumidores a adquirirem planos coletivos. Se alguém hoje liga para as operadoras de plano de saúde, não consegue comprar um plano individual. Por quê? Porque a operadora não pode rescindir o plano individual, porque o plano individual tem o seu reajuste controlado pelo Poder Público, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, tem um reajuste máximo, que não pode ultrapassar; já, no plano coletivo, não, pois, na hora em que a operadora quiser rescindir, ela rescinde, não renovando o contrato, e dá o reajuste que ela quiser, porque é considerado um plano de livre negociação entre as partes.

Assim, Srª Presidente, os planos de saúde não vendem planos individuais mais, vendem apenas planos coletivos, negando-se a vender planos individuais. Mais: eles começam a criar planos coletivos de cinco, de seis, de sete vidas: "Faz aí parecendo uma pequena empresa, associe-se a uma categoria, qual é a sua categoria profissional?" Ou seja, eles ficam criando subterfúgios para ludibriar a boa-fé, para enganar a boa-fé, para se utilizar da boa-fé do pobre do consumidor, que, muitas vezes, não tem informação. Isso é um absurdo, e cabe à ANS ver isso.

Eu apresentei aqui, nesta Casa, o PLS nº 133, de 2015, que concede tratamento de plano individual a todos os planos coletivos com menos de cem vidas. É importante o Poder Legislativo legislar sobre isso, coibindo abusos. Então, eu gostaria que houvesse também, nesta Casa, o tratamento a todos os consumidores de planos de saúde, no sentido de tratar essa questão com a atenção que ela merece.

Queria pedir à ANS – quando fui Deputado Federal, cobrei muito, e, a partir de então, começou a punir os planos, impondo multas, proibindo a venda de planos – que ela aja, nesse momento, no sentido de coibir essa prática, porque os planos simplesmente não vendem mais planos individuais, obrigando os consumidores a adquirirem planos coletivos. Na ANS, os seus conselheiros, os seus funcionários são pagos com dinheiro dos cofres públicos; eles são funcionários públicos. É muito importante que cumpram a sua função. Eles não podem defender ali interesses comerciais dos planos de saúde e têm que defender ali o interesse da população brasileira e regular esse sistema, levando em consideração os interesses dos consumidores de planos de saúde deste País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, trabalhadores, trabalhadoras, hoje subo a esta tribuna para prestar homenagem aos trabalhadores na véspera do Dia 1º de maio. Mas, antes de iniciar o meu discurso, quero demonstrar, Srª Presidente, minha profunda indignação e sincera solidariedade aos professores e professoras e demais servidores do Paraná, que, ontem, foram alvos de uma ação altamente desproporcional e covarde, para não dizer bárbara, por parte da Polícia Militar paranaense, sob responsabilidade do Governador Beto Richa.

A Senadora Gleisi Hoffmann, que estava presente no local da manifestação, contou. Disse ela: "Estava na porta da Assembleia, com o Senador Roberto Requião, conversando com os Deputados, quando começamos a ouvir as bombas estourarem sem que ninguém tentasse entrar no local. Também andei no meio do povo, ninguém estava fazendo resistência, e as bombas continuavam". Isso não faz parte da nossa história, não faz parte da democracia e do respeito que temos que ter com os movimentos. Como bem sabem, esse não foi um movimento que começou agora. Já em fevereiro, milhares de professores e servidores públicos ocuparam a Assembleia Legislativa do Paraná em resposta ao pacotão de austeridade de Richa, que pretende alterar direitos trabalhistas e previdenciários.

Segundo a imprensa e relatos de Parlamentares e amigos que estavam em Curitiba ontem, a ação da Polícia Militar foi extremamente desproporcional: utilizaram caminhão de jatos de água, cães, balas de borracha, spray de pimenta e bombas de gás lacrimogêneo, inclusive lançadas de helicóptero. Enquanto isso, as galerias da Assembleia Legislativa do Paraná, onde ocorria a votação do pacote de mudanças previdenciárias, estavam vazias.

Ao todo, estima-se que mais de 215 pessoas ficaram feridas na tarde de ontem, sendo duas em situação extremamente grave. Li relatos de que o gás lacrimogêneo utilizado pela polícia acabou entrando em um dos centros municipais de educação infantil, pondo em risco a segurança de inúmeras crianças.

Segundo o prefeito da capital paranaense, o prédio da Prefeitura de Curitiba foi transformado em uma espécie de ambulatório e carros da guarda municipal foram utilizados para socorrer feridos, já que o sistema de emergência ficou extremamente sobrecarregado.

Diante do cenário do massacre, que, francamente, confunde-se com cenas de um Brasil do passado, comprehendo as palavras do Senador Requião, que afirmou: "Embora Richa tenha conseguido aprovar o pacote, ele perdeu as condições morais de permanecer no cargo."

Sr. Presidente, não tenho a menor dúvida de que os tais ajustes de austeridade no Paraná têm sido acompanhados com atenção por diversos governos, pelo Brasil afora, que querem fazer exatamente o mesmo: cortar direitos trabalhistas para cobrir o rombo das suas administrações. Para eles, se der certo no Paraná, por que não dará em seus Estados e Municípios?

No entanto, a resistência dos servidores do Paraná reforça o que já sabíamos. Os trabalhadores não irão se curvar às tentativas conservadoras que visam correr direitos trabalhistas historicamente conquistados e mantidos com tanto suor e, como ficou, evidentemente, ontem provado, também com sangue.

É simbólico lembrar que os eventos de ontem antecederam o Dia do Trabalho, data essa também produto de uma manifestação de trabalhadores que lutavam por direitos trabalhistas em Chicago, no dia 1º de maio de 1886.

No Brasil, a data foi oficializada em 1925 e, desde então, serviu como plataforma para a promoção das causas trabalhistas.

Foi nesse dia, em 1940, que o então Presidente, Getúlio Vargas, instituiu o salário mínimo. No ano seguinte, também no dia 1º de maio, foi criada a Justiça do Trabalho.

E é diante da importância histórica e do simbolismo que essa data associa aos milhões de trabalhadores e trabalhadoras no dia de amanhã que subo, mais uma vez, a esta tribuna para falar do projeto de lei da terceirização, que, sob um falso discurso de modernidade nas relações do trabalho, precariza ainda mais a situação do trabalhador terceirizado.

A redução dos custos de produção, o aumento da produtividade e da lucratividade, a ampliação de mercado e a aceleração do giro de capital são os mantras dos novos tempos.

Fazendo uso das palavras do ilustre amigo Marcio Pochmann, essa realidade faz com que países deixem de ter empresas e empresas passem a ter países.

Ou seja, por conta dessa mudança na correlação de poder entre o público e o privado, muitas vezes o interesse privado se sobressai sobre o interesse público. E é neste contexto, que o falso discurso de modernidade das relações de trabalho tenta restringir conquistas históricas dos trabalhadores.

Que ninguém se engane: as emendas ao texto base, aprovadas pelo plenário da Câmara dos Deputados, precarizam ainda mais a situação do trabalhador. E esta é a consolidação do que chamei aqui de mercantilização do trabalhador!

Ora, a quem interessa a aprovação desse projeto? Única e tão somente às empresas que buscam a todo custo – nesse caso, às custas do trabalhador – reduzir gastos, aumentar seus lucros, se livrar da responsabilidade de remunerar seus funcionários e garantir seus direitos e se tomar isentas de qualquer investimento na melhoria das condições de trabalho.

Estamos falando aqui de salários menores, jornadas maiores, alta rotatividade, redução de postos de trabalho, insegurança no ambiente de trabalho e vulnerabilidade social.

Mais uma vez, recorro aos números trazidos por pesquisa da CUT em parceira com o Dieese: os terceirizados têm remuneração 24,7% menor do que os contratados para executar o mesmo serviço, um trabalhador de uma empresa terceirizada recebe 24,7% menos de salário; os trabalhadores terceirizados realizam uma jornada de três horas a mais semanalmente do que os demais funcionários, sem que sejam consideradas horas extras; os terceirizados permanecem 2,6 anos a menos no emprego;

E, agora, um número que é chocante! De cada dez acidentes de trabalho fatais, oito ocorrem entre trabalhadores terceirizados, devido à falta de treinamento e investimentos em qualificação;

Em geral, a terceirização abrange setores mais vulneráveis de trabalhadores como jovens, negros e mulheres.

Nessa mesma linha a terceirização traz a ameaça perene do desemprego, substituindo então a ideia de trabalho fixo, pela ideia de trabalho descartável. Pois, nesta lógica, se os serviços prestados, em seu conjunto, não são satisfatórios, a empresa contratante simplesmente rescinde o contrato e busca uma nova prestadora.

Afinal, como bem lembra Ricardo Antunes: "pior que o emprego selvagem, ainda mais nefasto é o desemprego".

E esta é a infeliz materialização da primazia, sempre incrementada, do velho bordão: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo".

Nunca é demais lembrar as críticas da Justiça do Trabalho ao projeto da terceirização: Para os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, o projeto de terceirização da área fim "provocará gravíssima lesão social de direitos sociais trabalhistas e previdenciários".

Sr. Presidente, tudo isso posto, podemos afirmar que estamos vivendo sob o signo do aumento intensivo da exploração do trabalho. Aqui, se aprofunda a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital-trabalho, onde todos os esforços são direcionados no sentido de se aumentar a produtividade do trabalho e do capital, desconsiderando o bem-estar e a qualidade de vida do trabalhador. Promovido como uma proposta para modernizar a economia, na verdade, o projeto de terceirização nada mais é que uma fachada perversa na busca do obscurecimento de quem, efetivamente, explora o trabalho alheio. Há, portanto, uma diluição da figura do explorador, sem que se dissipe o caráter opressor da exploração.

Para concluir, gostaria de registrar que presenciamos aqui, no Parlamento, tentativas contínuas de deteriorar as promessas constitucionais de uma carta política da qual, cada vez mais, só se extrai força normativa em desfavor dos trabalhadores. Como falar em dignidade humana, se 80% das mortes em acidentes do trabalho ocorre no universo de trabalhadores terceirizados? Como falar em valorização do trabalho humano e da busca do pleno emprego, se a terceirização acelera a rotatividade da mão de obra e a regulamentação da proteção contra a dispensa imotivada? Como falar em assegurar a todos existência digna conforme os ditames da justiça social se, em média o trabalhador terceirizado ganha 24,7 a menos por mês, em comparação ao seu equivalente contratado diretamente?

Portanto, Srª Presidente, eu encerro aqui a minha fala dizendo que, nesses últimos 12 anos, nós tivemos grandes conquistas no campo dos direitos dos trabalhadores, em uma clara opção no Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, passando principalmente pela valorização do salário mínimo, pelo incentivo a criação formal de empregos, que bateu recordes, inclusive, neste período de difícil crise econômica internacional. Nós não aceitaremos retrocesso, nenhum direito a menos será admitido nesta Casa.

Eu encerro, Srª Presidente, dizendo que eu falei sobre terceirização e sobre os fatos gravíssimos que aconteceram ontem no Estado do Paraná contra trabalhadores da área da educação que protestavam em frente à Assembleia Legislativa.

Eu acho que este 1º de maio será marcado por esses dois fatos. Esse fato do Paraná não é um fato estadual, é um fato nacional, gravíssimo. Nós vamos ter a comemoração do Dia 1º de maio, que tem que servir para repudiar o que aconteceu ali no Estado do Paraná.

Não dá para aceitar, Senador Reguffe, que professores sejam tratados daquela forma. Eu vi várias cenas – era um campo de guerra. Não dá para dizer que era guerra, porque só um lado estava armado – que constrengem o Brasil, na véspera do Dia 1º de maio.

Eu concedo aparte ao Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Lindberg, eu me somo aqui a V. Exª na contestação desse projeto, desse PL 4330, sobre as terceirizações. Na minha concepção, isso é uma agressão ao trabalhador, fere garantias trabalhistas, vai fragilizar muito o lado do trabalhador deste País. Além disso, no setor público, se for implementado, isso vai aumentar o número de cargos comissionados camuflados em terceirizados. Vai haver mais gente sem concurso público sendo indicado com indicações políticas no setor público. No setor privado, isso não só permite terceirizações, como também quarteirizações. Isso libera geral e, na minha concepção, não é positivo para este País. Nós não podemos criar uma economia de terceirizações. Não é isso que vai incentivar a geração de empregos, não é isso que vai incentivar a dinamização das relações de trabalho. Se queremos gerar emprego neste País, vamos reduzir a carga tributária, vamos incentivar a geração de emprego e renda. Agora, não é com esse projeto, criando uma economia de terceirizações, que nós vamos fazer isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu agradeço o aparte, Senador Reguffe, e o parabenizo pela posição. Já conheço, não tenho dúvida de que sua posição seria de ficar ao lado dos trabalhadores.

Eu acho que o Senado Federal, o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, cometeu grande acerto na política ao parar aquela tramitação, que vinha com velocidade, e colocar para as comissões.

Nós vamos agora ter discussão na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Direitos Humanos. Vamos ter tempo para discutir esse assunto com a calma, fazendo audiências públicas. É assim que o Senado deve apreciar essa matéria.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana. Concedo-lhe o aparte.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só queria também, como o fez o Senador Reguffe, cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento. Eu, daqui um pouco, espero também fazer uso da tribuna. Nós estamos às vésperas do 1º de maio, chegando ao 1º de maio, e a agenda do País, do Congresso Nacional, está diretamente ligada aos trabalhadores e às trabalhadoras. Não é possível que se dê um tratamento como, com todo o respeito, a Câmara dos Deputados deu a um tema. Há quantos anos estava sendo trabalhado esse assunto na Câmara dos Deputados? Doze anos. E agora querem que, a toque de caixa, se vote, fazendo modificações importantes na relação de trabalho, nos direitos dos trabalhadores, sem que se leve em conta as entidades que representam os trabalhadores, sem que se leve em conta o risco a que está se expondo os trabalhadores. Não tenho dúvida de que, neste 1º de maio, nós temos que reafirmar o nosso compromisso, sem nenhum receio de ter que fazer atualização de legislação, de modernizar a legislação. Eu acho que a terceirização precisa ser regulamentada, nós precisamos fazer, sim – o mundo é outro, o Brasil é outro –, mas não pode ser feita em prejuízo dos trabalhadores, pondo em risco os direitos dos trabalhadores ao ponto de eles serem mais e mais ainda explorados. O nosso Governo trabalhou, durante as longas crises que o mundo vem enfrentando, com uma prioridade – vem desde o governo do Presidente Lula: gerar emprego. Nunca nenhum governo deste País gerou tanto emprego com carteira assinada como o governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. E exatamente agora que o Brasil enfrenta uma dificuldade econômica, que precisa fazer alguns ajustes, nós não podemos esquecer que o compromisso maior nosso é com geração de emprego, e não com demissão. Então, eu parabenizo-o. Hoje, a Presidenta Dilma fez um importante encontro com as centrais de trabalhadores do Brasil, reuniu os representantes da classe trabalhadora, assumiu compromissos por conta do 1º de maio, está criando o grupo para trabalhar o aperfeiçoamento dessas relações de trabalho, mas garantindo aquilo que são direitos fundamentais. Na década de 30, o Brasil deu grandes avanços, estabelecendo regras com as leis trabalhistas. Não é possível que, num século novo, façamos uma política velha, uma política medieval, porque agora está bem, essa palavra que o Ministro Teori trouxe é uma ação medieval que querem que voltemos ao tempo da Idade da Pedra. Eu acredito que se precisa ter, no Senado Federal, a Casa da Federação, a busca de equilibrar essas relações, dar o tratamento que esse tema merece ter, como o Presidente da Casa hoje também se pronunciou. Eu acredito que é possível, sim, fazer a regulamentação da terceirização, mas preservando os direitos dos trabalhadores, e não permitindo uma legislação que venha a dar brecha para a exploração ainda maior daqueles que trabalham. Muito obrigado pelo aparte e parabenizo V. Ex^a, querido colega Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu agradeço muito, Senador Jorge Viana, o aparte. Eu fiz o meu discurso aqui dizendo que o 1º de maio ia ser marcado por aquele fato do Paraná e por esse debate da terceirização, mas acho que surge um terceiro.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sim, eu até ouvi atentamente o discurso da Senadora Gleisi Hoffmann. A imprensa nacional, importantes opiniões estão se levantando para esse absurdo que ocorreu e segue ocorrendo no Paraná. Então, é um governo do PSDB. O jornalista Noblat mesmo estava chamando com adjetivos que a gente precisa refletir, a maneira brutal, a maneira inadmissível, medieval como o PSDB, o Governo do Paraná está tratando trabalhadores da educação numa afronta. Esses métodos provincianos, medievais não podem fazer parte dos tempos atuais. Nossa Governo enfrentou as maiores mobilizações que este País já viu em junho de 2013 e não tivemos nada parecido, como estamos tendo agora no Paraná, no Governo do PSDB. Isso, às vésperas do Dia do Trabalho. Isso é muito grave. Parabenizo V. Ex^a por ter levantado esse aspecto também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Esse, na verdade, não é um fato do Estado do Paraná, é um fato nacional hoje. Mas eu falava desses dois temas que vão marcar o 1º de maio, mas espero que surja um terceiro, porque hoje a Presidente Dilma com as centrais sindicais, na verdade, criou dois fóruns: um para discutir questões previdenciárias, até a discussão do fator previdenciário, e o outro falando sobre o programa de proteção ao emprego.

Também o Presidente do Senado, Renan Calheiros, no dia de hoje, falou num pacto sobre o emprego, propostas que vai apresentar aqui semana que vem. Eu, ao longo dos últimos meses, tenho subido nesta tribuna para dizer que nós não podemos ficar com a agenda só de ajustes, de cortes. Nós temos que pensar na estratégia de retomada do crescimento econômico.

Então, eu espero que este 1º de maio também, pela iniciativa da Presidente com as centrais e pela iniciativa do Presidente do Senado, a gente procure colocar essa questão do emprego como o centro das nossas discussões no próximo período aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, eu fico satisfeito de assistir o seu discurso primeiro lembrando do dia 1º de maio. Porque muita gente tem esquecido isso. O trabalho e o tra-

lhador têm ficado tão descartáveis que as pessoas estão esquecendo do Dia do Trabalho. O senhor lembrou e, além disso, trouxe problemas que eu considero muito oportunos. Falemos primeiro da terceirização. Está na hora de fazermos um aprimoramento das leis trabalhistas e não um retrocesso nas leis trabalhistas. Essa proposta aprimora alguns aspectos, mas tira direitos. Isso é retrocesso. Nós temos que aprimorar, trazendo avanço, para que a economia funcione melhor, acabando com alguns custos do Brasil, por conta da modernização tecnológica, que não está em passo com as leis – é verdade –, mas aumentando o direito do trabalhador, direito, por exemplo, a que ele se aprimore na sua especialidade; direito a que ele se recicle para mudar de profissão – que é uma coisa fundamental hoje em dia. Não se pode tolerar retrocesso em matéria de direitos trabalhistas. Também não se pode continuar querendo ficar preso a um conjunto de leis que já tem 80 anos num mundo que mudou tanto. Então, o desafio é como aprimorar as leis trabalhistas. E a gente está discutindo isso às vésperas do Dia do Trabalhador. Segundo, é o que está acontecendo com os professores no Paraná. Realmente, a capa, hoje, do Correio Brasiliense, Senadora, é "Triste Pátria Educadora". É triste a Pátria que é chamada de educadora. É uma vergonha o que aconteceu lá, pôr cachorro contra o professor, ainda com o argumento que eu vi...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pitbull.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pitbull. Ainda quando eu vi o argumento do governador, dizendo que se tratava de infiltrados. Que infiltrados são esses? Como é que ele sabe? E cadê a competência de ir diretamente aos infiltrados? Então, é absurdo isso. Mas, ao mesmo tempo, como categoria de trabalhadores, os professores estão sendo maltratados todos os dias – não é só em uma tarde em Curitiba – em todo o Território nacional. A violência dos cachorros, que a gente viu ali, é algo que choca. Mas o salário deve chocar; as salas de aula, da maneira depredada como são – não precisa nem de cachorro ali dentro para depredar fisicamente; os equipamentos vergonhosos, antiquados – o mundo inteiro já está usando lousa inteligente, e a gente não tem giz para usar no dia a dia! A violência, o desconforto, o desrespeito ao professor. Ali foi o máximo de desrespeito, o desrespeito da violência física. Mas a gente vive um dia a dia de desrespeito ao professor, e desrespeitar o professor é desrespeitar o futuro do País. Nós temos que despertar para a atualização das leis trabalhistas aprimorando-as, sob a ótica da economia e do trabalhador, e também quebrar todas as violências contra os professores, aquelas óbvias, vergonhosas que aconteceram ontem em Curitiba, mas também todas as outras formas de violência que os nossos professores sofrem no Brasil.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cristovam, encerro dizendo que não há ninguém com maior autoridade para falar em defesa da educação e dos professores do que V. Ex^a. Quando eu era líder estudantil, V. Ex^a era reitor da UnB; depois acompanhei-o como Ministro da Educação.

Acompanhei o aparte que V. Ex^a fez à Senadora Gleisi Hoffmann. Sua fala aqui, neste Senado Federal, protestando abertamente contra o que aconteceu com os professores do Paraná é muito importante. Volto a afirmar: não é um caso isolado, estadual. Não acontece violência só no Estado do Paraná, mas o fato do dia de ontem tem de ser duramente repudiado aqui no Senado Federal.

Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Desculpe, Senadora Rose. Peço desculpas à Senadora Rose porque ela está com passagem marcada, mas fizeram apartes e eu não tinha como não dar os apartes. Desculpe, Senadora.

Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, a Sr^a Rose de Freitas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES. Sem revisão da oradora.) – Eu não me incomodo. Seu discurso é absolutamente brilhante.

Permita-me, Presidente, quero fazer aqui uma saudação ao Dia do Trabalho. Não há muito, neste País, a se comemorar hoje nessas relações do trabalho com os poderes constituídos, qualquer um que seja: a morosidade do Judiciário, a morosidade do Parlamento, a certa indiferença com que os assuntos da classe trabalhadora hoje são tratados no conjunto de obras que são executadas para a classe trabalhadora.

Mas amanhã é o Dia do Trabalho. Eu queria dizer a V. Ex^a que me preparei para fazer um histórico das lutas das classes trabalhadoras.

Quero dizer a todos os trabalhadores do meu País que temos que manter viva a nossa atenção, viva a nossa pressão, vivo o nosso debate, viva a nossa coerência de que através do diálogo, da posição firme, a classe trabalhadora não há de perder os seus direitos já tão aquinhoados ao longo desta trajetória dentro do Parlamento, Poder Judiciário e Executivo.

Todos sabem que, sem essa relação respeitosa, sem essa relação de permanência, atenção e debate, a classe trabalhadora sempre acaba perdendo alguma coisa, quando se trata do Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo. É uma luta renhida, mas sobre a qual não deporemos arma nenhuma. E podem contar com nosso trabalho também de vigilância, de cooperação e de construção.

No Dia Nacional do Trabalho, é hora de reunir as forças, estar dentro do nosso lar com nossa família. Mas, aqueles que não a tiverem, tenham a convicção e a certeza de que viver é lutar. Meu pai dizia que viver não é só lutar, porque a vida é um combate permanente e só abate os fracos, e a classe trabalhadora deste País é forte e, agora, está mais unida do que nunca e atenta. Não foi a classe trabalhadora que levou o País a essa crise que aí está, mas pode ser a classe trabalhadora, unida, e o povo brasileiro, atento, que podem ajudar o Brasil a sair deste momento dramático em que se encontra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senadora Rose, ainda bem que deu tempo de V. Ex^a, que ajudou na condução dos trabalhos, fazer um pronunciamento. Sei que vai pegar um avião para voltar para o seu Estado, mas é da maior importância a posição de V. Ex^a, saudando os trabalhadores e se posicionando às vésperas do 1º de maio.

Chamo, então, para fazer uso da tribuna, a Senadora Ana Amélia. Logo em seguida, estou inscrito como orador, e, com a colaboração da colega que sempre está aqui nos ajudando, vou poder também falar por conta do Dia do Trabalho. Mas quero também apresentar algumas palavras sobre essa história que envolve a Petrobras. Tivemos, aqui, o Presidente da Companhia fazendo uma exposição brilhante e transparente sobre a verdadeira situação da Petrobras, e quero falar desta companhia que é tão importante para o Brasil daqui a pouco.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

A SR. ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Jorge Viana, caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, nossos, imagino, conterrâneos – porque recebi um abano, devem ser visitantes do Rio Grande do Sul – ou de outros Estados que estejam aqui nos brindando. De qualquer Região do Brasil, são sempre bem-vindos ao Senado Federal todos que vêm aqui, nesta tarde, véspera do feriado de 1º de maio.

Nós aqui temos, como diz aquele programa, que nos virar nos trinta, Senador Jorge Viana. Vim correndo para chegar aqui, o fôlego ainda não foi totalmente recuperado, porque me informaram que seria o último orador da tarde. Felizmente será V. Ex^a, e terei o prazer de falar.

Na Comissão de Relações Exteriores, neste momento, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é o Presidente da Comissão, está recebendo uma delegação, composta por 11 integrantes, dos Estados Unidos da América, com o Subsecretário-Adjunto de Defesa dos Estados Unidos para assuntos do Hemisfério Ocidental e também assessorias militares norte-americanas. E todos estão muito animados com a ampliação das relações bilaterais no campo da defesa e em outros campos. E alguns acordos que foram feitos pelo Brasil em 2010, nós estamos em 2015, imaginamos que sejam ratificados para que a visita da Presidente Dilma Rousseff, dentro de dois meses, aos Estados Unidos, seja coroada de êxito nesses acordos bilaterais.

Já estão superadas as, digamos, divergências em relação à questão da espionagem. E agora é hora, dadas as necessidades que todos os países estão enfrentando nos aspectos econômicos, de buscarmos a ampliação das relações. Afinal o mercado americano é um grande importador de bens manufaturados do Brasil, e isso é relevante para a economia brasileira.

Também, a propósito, registro o trabalho que a AMCHAM, a chamada Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos, vem realizando nessa aproximação no campo econômico. Já foram três missões de Parlamentares de vários partidos aos Estados Unidos, a Washington, com encontros bilaterais em todas as áreas, seja do Departamento de Estado, seja na área do comércio, da agricultura e do próprio Capitólio, que é o Congresso americano, todas com grande resultado e também com uma agenda comum de interesses bilaterais. Penso que a visita da Presidente da República vai consagrar exatamente esses objetivos maiores de uma relação que tem que ser vista e analisada, Senador Cristovam, sem preconceitos, uma relação com os Estados Unidos.

O Senador Cristovam, que é o nosso mestre em educação, sabe o quanto os brasileiros escolheram as instituições de ensino superior norte-americanas entre as mais importantes do mundo, no Ciência Sem Fronteiras, que é também citado pelas autoridades americanas como um grande ponto de convergência e uma grande inflexão, eu diria até, nessa relação, porque esses estudantes trarão para o Brasil esses conhecimentos e essa formação de nível superior, que é extraordinária.

E porque fiz referência à questão da educação e dessa convergência com os Estados Unidos, ressaltada pelo então Embaixador do Brasil em Washington, Mauro Vieira, agora nosso Chanceler, eu imagino que é sobre isso que o Senador Cristovam Buarque tenha levantado o microfone para um aparte, para fazer alguma referência a esses aspectos, a esse grande programa que o Brasil criou e que temos que destacar, que é o Ciência Sem Fronteira.

Com muita alegria, concedo o aparte ao nosso querido Senador e mestre Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora, muito obrigado pelas palavras gentis. Eu aproveito sua fala, porque nesse sábado passado eu tive a oportunidade de conviver com 230 jovens,

a maior parte deles do programa Ciência Sem Fronteiras. Eles têm uma organização dos alunos que estudam nos Estados Unidos e organizaram um dia de debate. Eu fui um dos convidados, estive lá durante todo o sábado. Fiquei surpreso, e não só com a qualidade deles, mas também com o compromisso deles em relação ao Brasil. Durante todo o dia, a discussão foi sobre o Brasil, sobre a ciência no Brasil, sobre a tecnologia no Brasil, sobre o que é que eles podem fazer ao voltar para o Brasil. Eu quero dizer que fiquei satisfeito. Estou orgulhoso de ver como o programa Ciência Sem Fronteiras tem estudantes como esses. E, aqui, sinceramente, coloco algumas contribuições que eu acho que poderiam melhorar este programa. Eu creio que ainda falta colocar estudantes que fiquem mais tempo. Eu acho que é necessário dar ainda mais ênfase àqueles que voltarão para ser professores – no Fies, já tem um benefício para quem vai ser professor na volta; no Ciência Sem Fronteiras, não tem. Eu acho que a gente precisa aumentar o número de cientistas do exterior trazidos para cá, porque, se é Ciência Sem Fronteiras, não é só na direção de mandar brasileiros para lá, é também na direção de trazer cientistas para cá. Eu creio que a gente precisa cuidar mais do idioma dos alunos que saem daqui. Mas, de qualquer maneira, é um programa que traz grandes vantagens. E, ontem, nós tivemos uma audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, em que diversas pessoas falaram, mas, especialmente, o presidente do CNPq, que fez uma apresentação sobre o Ciência sem Fronteiras que nos deixa com a certeza de que é um grande programa, e eu, também, com a certeza de que precisamos melhorar ainda mais esse programa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque. De fato, esse programa tem e merece aperfeiçoamento, porque, como disse V. Ex^a, V. Ex^a ficou encantado de ver o aproveitamento que esses jovens brasileiros estão tendo, e um aperfeiçoamento do Ciência sem Fronteiras seria benéfico. O próprio CNPq trabalha certamente com isso. O Prof. Jorge Guimarães tem sido um entusiasta e um grande estimulador desse processo. A propósito, até lembro que, no sábado, o Senador José Serra esteve na Universidade de Harvard fazendo uma palestra para duzentas pessoas, no auditório da Universidade, com uma afluência e um interesse muito grande pelo Brasil. Então, apesar dos nossos problemas, o Brasil continua sendo um país muito admirado e desperta muita curiosidade.

Mas, falando sobre educação, Senador Cristovam e meu caro Presidente Jorge Viana, hoje está terminando o prazo para as inscrições dos contratos do financiamento estudantil, o Fies. Os estudantes podem concluir a renovação semestral até o dia 29 de maio. A prorrogação não vale, porém, para pedidos de novos contratos.

Dificuldades para obter ou renovar o Fies causam uma enxurrada de ações na Justiça. Mesmo alunos que superaram dificuldades de inscrição estão enfrentando hoje problemas. Enquanto faculdades e MEC não se entenderem, universitários recorrem à Justiça pelo direito de estudar.

Muitos alunos que não estão conseguindo renovar o cadastro no Fies estão inclusive sendo vítimas de golpes. No desespero para continuar no programa, alguns estudantes pagaram as mensalidades de seus cursos em faculdades particulares, para não perderem as vagas. Uma jovem chegou a pagar para um desconhecido, que dizia conseguir fazer as inscrições, e levou um golpe de R\$400,00. Até isso aconteceu.

A má fase no Fies, que é um grande programa – eu sempre tratei disso quando era jornalista, porque sou bolsista e sei do valor desse financiamento e também do ProUni –, e a demora de mais de cinco meses para repasses dos recursos federais ao programa e ao ProUni, por parte do Governo Federal, estão entre uma das maiores preocupações de toda a Bancada do meu Estado, do Rio Grande do Sul, que são 31 Deputados Federais de vários partidos e três Senadores.

Nesta terça-feira desta semana, o tema foi discutido pelo coordenador da Bancada, Deputado Giovani Cherini, com o Presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, Deputado Saraiva Felipe, o representante da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC), que é também o reitor da Unijuí, Martinho Luís Kelm.

A Bancada gaúcha está preocupada também com o elevado nível de problemas que essa situação do não pagamento, do não repasse dos recursos às universidades comunitárias vai prejudicar o próprio funcionamento. São 15 instituições comunitárias, que faço questão, hoje, de me referir a todas elas, que têm uma grande colaboração no processo do ensino superior em nosso Estado: a Feevale; o Centro Universitário Franciscano; o Centro Universitário Metodista – IPA; a Univates; a PUC do Rio Grande do Sul – eu sou filha da Pontifícia Universidade Católica; a Unilasalle; a Católica de Pelotas; a Urcamp – a Urcamp é de Bagé; a UCS, de Caxias do Sul; a Unicruz, de Cruz Alta; a URI, de Erechim; a Unisc, que é de Santa Cruz do Sul; a UPF, de Passo Fundo; a Unisinos, em São Leopoldo; a Unijuí, como eu já disse, e Ijuí; a UCS, de Caxias do Sul; a Católica, de Pelotas; a PUC de Porto Alegre; o Centro Metodista, o IPA, de Porto Alegre; e também a Univates e a Feevale, Nova Hamburgo, Lajeado, e o Centro Universitário Franciscano, em Santa Maria.

Então, são 15 instituições comunitárias gaúchas que estão enfrentando sérias dificuldades, e a Bancada assumiu essa causa pela relevância que teve e que tem a educação superior em nosso Estado.

Eu queria dizer, para encerrar esta manifestação aqui na tribuna, Presidente Jorge Viana, que, amanhã, será o Dia do Trabalho. Nós estamos aqui diante de vários desafios.

Tenho a honra de ser a Relatadora de uma iniciativa parlamentar relevante que trata da regulamentação do trabalho doméstico em nosso País. São milhares de homens e mulheres que trabalham em nossas casas, fazendo um trabalho, eu diria, indispensável, extraordinário, mas cuja relação não se dá na natureza de capital e trabalho, mas de uma natureza diferente, de uma prestação de serviços em uma residência que não tem como objetivo o lucro. Não é uma atividade comercial, é uma residência onde moram e vivem pessoas.

Então, eu quero dizer que esse tema me é muito caro, até em homenagem à minha secretária do lar, Regina Maria dos Santos Veras, que está só há 32 anos ao meu lado — eu não digo trabalhando, mas está ao meu lado. Ela chegou com 20 anos, hoje está com 52 anos e continua uma menina, com a mesma disposição, com a mesma responsabilidade.

Então, em homenagem à Regina e às tantas outras Reginas — a Regina do meu querido Jorge Viana, a Regina do Senador Cristovam, a Regina do Telmário Mota, a Regina de todas as pessoas. São muitas Reginas, Marias e tantos outros nomes dessas pessoas que são verdadeiros anjos da guarda.

Então, teremos o cuidado de fazer a conclusão da regulamentação da profissão do emprego doméstico de maneira muito responsável, muito judiciosa e também muito cuidadosa com os direitos das trabalhadoras, sem descuidar também dos direitos e deveres dos empregadores.

Temos de fazer uma lei justa, e a lei justa é a lei que fica no centro.

Com prazer, concedo um aparte ao Senador Telmário Mota.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senadora, quero parabenizar V. Ex^a. V. Ex^a é uma das Parlamentares deste Senado que aprendemos a respeitar por tudo que representa. V. Ex^a é uma pessoa centrada, comprometida com as causas sociais, com este País, com seu Rio Grande do Sul. É uma assídua trabalhadora, uma Senadora trabalhadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada. Operária.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – É uma operária que está aqui todos os dias, fazendo um trabalho nas comissões e, aqui, no plenário, nos debates regionais, do seu Estado, mas também nacionais. E não tenho nenhuma dúvida de que V. Ex^a vai conduzir dentro daquilo que for possível. Todos os trabalhos disponibilizados para V. Ex^a relatar ou fazer qualquer parecer, V. Ex^a faz com muita responsabilidade, com muito amor. Essa é uma causa que toca muito o meu coração, porque minha mãe era empregada doméstica. Então, sei o quanto essas mulheres trabalham, trabalham muito. Elas acabam trabalhando nos lares com muito amor, com muita dedicação, e o lar do patrão acaba sendo o seu lar. Eu lembro que, às vezes, eu ia visitá-la e ela dizia: “Tire a sandália, meu filho. O patrão não gosta que bote areia aqui dentro.” Então, é um zelo enorme. Ela passa a ter uma disciplina imensurável nesse sentido. V. Ex^a falou agora da Regina, sua secretária do lar. A minha é a Nina. Agora mesmo, nós estávamos almoçando. Eu sempre almocei na minha casa, e quero que os meus empregados sentem à minha mesa, comigo. Eu trabalhei na casa dos outros, e a coisa que mais me deixava revoltado era eu ir para uma segunda mesa, onde o patrão tirava o açúcar, tirava um bocado de coisas, aquelas coisas que às vezes faziam. Isso me deixava extremamente magoado. Eu não gosto, qualquer que seja a minha mesa, que os meus empregados não se sentem comigo. Acho que é uma hora em que a gente fica ali, frente a frente, se encontrando, se alimentando. Muitos não têm esse prazer de se alimentar, não têm essa oportunidade. Eu parabenizo V. Ex^a, e tenho certeza de que V. Ex^a fará um belíssimo trabalho em prol dessas pessoas que tanto merecem. Parabéns a V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, meu caro Senador. Para facilitar, a minha Regina prepara, com muito carinho, a minha alimentação. Eu trago uma marmita para o Senado, esquento essa marmita e como na minha mesa, no meu trabalho, porque a alimentação mais saudável que a gente pode ter é aquela que é preparada em casa. Então, quero compartilhar com V. Ex^a e agradecer muito as referências.

Estou concluindo, meu caro Presidente.

Amanhã é o Dia do Trabalho. Eu estava falando da regulamentação do trabalho doméstico. Lamentavelmente, não temos aquelas boas notícias que gostaríamos de dizer, que a economia está muito bem. Nossa economia está fragilizada. Claro, não é um caso específico do Brasil, mas o nosso particularmente nos preocupa, porque isso pesa no bolso e na vida dos brasileiros, que têm até a data de hoje para pagar à Receita Federal o Imposto de Renda devido. Então, tem que declarar hoje. Dia 30 de abril é o último prazo para declaração do Imposto de Renda.

Nós pagamos uma carga tributária. Eu acho que o imposto é uma questão de justiça. Entreguei, paguei o meu imposto, mas eu penso que a sociedade e o contribuinte merecem serviços de melhor qualidade. Pagamos muito e recebemos pouco. Essa é a voz corrente, não só minha, mas de qualquer cidadão que vai em

busca de um serviço público, seja na saúde, seja na educação, seja na rodovia em que nós transitamos, na segurança de modo especial, e tantos outros.

Há também um noticiário que nos preocupa: as contas do setor público têm o pior desempenho no primeiro trimestre em seis anos. De janeiro até março, houve um superávit primário de R\$19 bilhões, segundo dados do Banco Central. Somente em março, o resultado positivo somou R\$239 milhões. Eram bilhões, agora são milhões.

Os juros voltaram a subir e atingem a maior taxa desde 2008. A Selic vai a 13,25%, é a quinta alta seguida, e o BC, o Banco Central, está sinalizando com novos aumentos. Depois de um estímulo, eu diria, bem intenso ao consumo, nós estamos agora puxando o freio do consumo.

Até a Mega-Sena teve um reajuste de 40% no seu preço.

O Brasil vive uma desaceleração econômica muito aguda, conforme avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI), a pior desaceleração em 20 anos.

E o crédito para a casa própria está caindo pela primeira vez também em 13 anos.

Então, há esse cenário de preocupação.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Lá em Porto Alegre, conversei com a hotelaria, e há um índice de ocupação de apenas 20% ou 25% dos hotéis. Há também uma queda nos serviços de dentistas e médicos bastante acentuada.

Então, penso que, nas vésperas do Dia do Trabalho, temos de fazer um esforço maior aqui, primeiro, de não permitir, de modo algum, que seja fragilizado qualquer um dos direitos dos trabalhadores adquiridos a partir da Constituição de 1988 – como adicional de férias de um terço, décimo terceiro salário, abono, horas extras. Todos os direitos que os trabalhadores têm, tudo aquilo que está assegurado na legislação não pode ser, de maneira alguma, fragilizado. Vamos votar matérias relacionadas à terceirização de mão de obra, mas temos de ter em mente o cuidado em relação à preservação desses direitos.

Da mesma forma é em relação à regulamentação do trabalho doméstico.

Então, no Dia do Trabalho amanhã, nós queremos desejar muita esperança, muito empenho de todos, porque é só com o trabalho que vencemos as nossas dificuldades.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a e, como havia lhe solicitado, vou fazer uso da tribuna como orador inscrito; depois, o Senador Telmário Mota.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana, do PT do Acre, Vice-Presidente desta Casa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, Senadora Ana Amélia; cumprimento V. Ex^a pela fala.

Eu queria cumprimentar a todos os que nos acompanham pela Rádio e TV Senado e dizer que faço uso da tribuna para registrar a chegada de mais um Primeiro de Maio, o dia conhecido internacionalmente como o dia em que se celebra, em que se registram homenagens a todos os que trabalham.

Eu queria começar cumprimentando todos daqui do Senado, as funcionárias, os funcionários, que nos ajudam, esses que, todos os dias, trabalham aqui no plenário ou em toda essa instituição que é o Senado Federal, a mais antiga instituição brasileira e que, com o esforço de muitos colegas e desses funcionários dedicados, procura dar a sua contribuição ao País.

Eu queria cumprimentar todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e, de maneira especial, todos do meu Estado e todas do meu Estado.

Tenho mantido, ao longo da minha vida, uma relação muito próxima com os movimentos sociais que representam a classe trabalhadora neste País e estou certo de que, graças à ação do Presidente Lula, em seu governo, e da Presidenta Dilma, nós estamos passando mais um Primeiro de Maio com dificuldades, com alguns desafios, mas certamente muito melhor do que vários países que celebram o Primeiro de Maio mundo afora.

Falo isso por conta das conquistas que tivemos, especialmente nos últimos anos. A geração de mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada é algo que tem que ser lembrado, sim, como um legado de um Governo que segue tendo esse compromisso.

O Presidente Lula, se não tivesse mudado a educação, se não tivesse feito o Luz para Todos, se não tivesse feito o PAC, se não tivesse buscado deixar o Brasil mais igual, melhorando o desenvolvimento do Nordeste e do Norte, como fez, mas tivesse apenas gerado empregos, já teria um legado importante.

Mas o Presidente Lula, nos seus oito anos, talvez seja o símbolo que se soma a Getúlio Vargas lá atrás: o símbolo de alguém que veio como retirante do Nordeste, passando extrema e grave necessidade com sua família – família liderada por sua mãe, já que ele não contava com o apoio do pai –, que conseguiu vencer na vida pelo trabalho, como operário, como líder sindical, e chegou à Presidência da República. E, chegando à Presidência da República, ajudou a mudar o Brasil.

Quando Lula assumiu este País, o PIB brasileiro, ou seja, a atividade econômica no País, somava US\$500 bilhões. Oito anos depois, passado aí o início da sua sucessora, a Presidenta Dilma, dez anos depois, esse PIB passou para trilhões de dólares – são US\$2,3 trilhões o PIB brasileiro. E quem deu essa virada no Brasil, quem fez o Brasil ser um país do emprego, um país da oportunidade de trabalho – sem falsa modéstia, não podemos deixar de registrar às vésperas do Dia do Trabalho – foi, sim, o Governo do Presidente Lula e o Governo da Presidenta Dilma.

Estamos agora diante de desafios importantes. Vários colegas têm se pronunciado sobre os desafios que temos. É óbvio que, quando foi instituído o Dia do Trabalho, há quase dois séculos, as relações de trabalho começaram a ser estabelecidas no mundo. E o mundo tem vivido mudanças importantes nas últimas décadas.

É claro que um tema como a terceirização cabe e deve ser debatido pelo Congresso, tem que ser regulamentado. Mas não pode ser feito da maneira como querem alguns, sem que a gente analise, nas Comissões do Senado, os direitos dos trabalhadores. Aqui, eu acho que está se dando...

Com todo o respeito à Câmara dos Deputados, a Câmara passou 12 anos com essa matéria e resolveu votá-la agora. De fato, está colocada por importantes setores da sociedade, mas as centrais sindicais de trabalhadores colocam um posicionamento contra uma série de aspectos dessa regulamentação. E a Câmara fez um “rolo compressor”, votou sem ouvir a classe trabalhadora. E essa matéria chegou aqui no Senado. E agora querem que, a toque de caixa, delibere-se sobre ela.

Eu penso que nós temos que votar, decidir sobre essa matéria. É importante, nesta hora em que o Brasil precisa ter instrumentos de competitividade. E não tem como ter instrumentos para o Brasil disputar o mundo se não melhorarmos a relação de trabalho, se não diminuirmos o custo da mão de obra. Mas não é tirando direito de trabalhadores que nós vamos diminuir o custo da mão de obra; não é manipulando os momentos de dificuldades econômicas, não é explorando os trabalhadores que nós vamos melhorar este País.

Então, eu penso que aqui nós vamos dar celeridade, sim, à apreciação dessa matéria, mas ela tem que passar nas Comissões, ela tem que ser debatida, e é preciso levar em conta pelo menos alguns aspectos que estão sendo questionados.

A própria Presidenta Dilma hoje, num encontro com as centrais sindicais, deixou claro que tem preocupação com, por exemplo, uma terceirização irrestrita das atividades fim. Não é possível que não se tenha um regramento adequado a isso.

Eu fui prefeito quatro anos, Presidente Ana Amélia, fui governador por oito anos e sei que nós temos que ter a regulamentação da terceirização, do trabalho terceirizado. Isso é fato.

Eu estava no debate anteontem com o Presidente da Petrobras e o Dr. Ivo, diretor financeiro, e foi extraordinária a transparência, a maneira equilibrada, a maneira objetiva com que ele respondeu a dezenas de Senadores. E respondeu também sobre questionamentos que vêm através do noticiário diariamente sobre a Petrobras.

Ele dizia que a Petrobras tem 85 mil trabalhadores – 85 mil trabalhadores! E logo alguns colegas já queriam saber: “E terceirizados quantos são?” Não é uma coisa simples. A Petrobras é responsável, a cadeia produtiva que envolve a Petrobras é responsável por 13% desse PIB de R\$2,3 trilhões a que me referi. Já perguntaram: “Mas quantos empregos estão no entorno da Petrobras?” Ele disse: “450 mil”. “Ah, então, tem 450 mil terceirizados e 85 mil funcionários efetivos?” Claro que não! A Petrobras trabalha com empresas privadas, contrata empresas, contrata serviços.

Aliás, nós temos agora um desafio que é fazer um ajuste forte, importante de governança na Petrobras para garantir o direito dos trabalhadores. E é preciso deixar muito claro que essas contratações bilionárias não podem ser usadas para desvio, para malfeitos, para a corrupção, como a própria Lava Jato tem comprovado.

Mas fica parecendo que esse problema vivido pela Petrobras hoje é responsabilidade do nosso Governo. A responsabilidade, eu diria, é irresponsabilidade de diretores, de funcionários que assumiram cargos e usaram para corrupção esses cargos, a partir de relação promíscua com partidos políticos e com políticos.

Eu vou me prender aqui exclusivamente ao Dia do Trabalho, mas faço esta ressalva com toda a tranquilidade.

Em 1995, um dos jornalistas mais famosos do Brasil, Paulo Francis, fez uma denúncia de que havia diretores da Petrobras com conta na Suíça e que a corrupção grassava na Petrobras, que a corrupção está colocada, institucionalizada na Petrobras. Contrataram os melhores advogados dos Estados Unidos, entraram com ação contra Paulo Francis. E a informação que existe é que ele entrou num processo depressivo, porque queriam

indenizações milionárias, por conta dos seus comentários, por conta da sua denúncia, e a Operação Lava Jato comprova que diretores tinham contas no exterior, em paraísos fiscais.

E, quanto a essa situação, estou me referindo a 1995. Era o governo do PSDB. Aliás, há tanta coisa, eu não quero tratar disso, mas há tanta coisa neste País a que o tratamento dado é vexatório.

Como pode? Com todo respeito, trata-se de uma pessoa que já nos deixou, foi colega de Senador, mas há um fato concreto, agora. O Sr. Paulo Roberto, delator, que agora já está em casa, porque, no Brasil, é assim: rouba, vai lá, dedura, entrega não sei quem e está solto, vai para casa, e vai levar muito dinheiro no bolso, autorizado pela Justiça. E ele voltou agora esta semana e disse: o Presidente Nacional do PSDB recebeu R\$10 milhões em várias reuniões que foram feitas no Rio de Janeiro. Esses R\$10 milhões foram para dentro do PSDB? Foram distribuídos nas campanhas do PSDB?

Isso não é assunto. A imprensa parece que não está interessada. Está interessada em querer diminuir o PT, em manchar e carimbar o PT como o Partido que deu origem à corrupção no Brasil, o Partido que deu origem à corrupção no Governo.

Eu não acho que seja essa maneira a mais apropriada para tratarmos isso. Eu não sou de passar a mão na cabeça de ninguém. Quem do PT se envolveu nesses esquemas tem que pagar a sua conta, mas não dá para ver uma ação dirigida, conduzida para, primeiro, danificar e, se possível, privatizar a mais importante empresa do Brasil, e a outra para impedir que a Presidenta Dilma possa iniciar o seu segundo mandato.

Eu acho que aí existe uma situação em que alguns parecem não querer aceitar o fim do ano de 2014 e não querem permitir que 2015 comece, porque não aceitam o resultado da eleição. Eu acho que, se o Brasil der o devido tratamento a essas questões. E a História fará isso, nós vamos ter nós vamos ter sempre registrado que, no governo do Presidente Lula, no Governo da Presidenta Dilma, tivemos graves problemas, sim, mas nós tivemos, como legado desses governos, o pleno emprego.

Sabe o que são mais de 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil com carteira assinada? Isso não tínhamos neste País. O emprego não registrado foi substituído pela carteira assinada. Nesse mês passado, mesmo num momento de crise, tivemos uma retomada da geração de emprego importante.

Eu queria dizer, Presidenta Ana Amélia, que a Presidenta Dilma acertou quando, hoje, fez um encontro, já aí às vésperas do Dia do Trabalho, com essa motivação, ela fez uma reunião com as centrais sindicais e afirmou ser necessário e urgente regulamentar a terceirização no Brasil – da mesma maneira que nós temos falado, V. Exª, eu, o próprio Presidente Renan tem falado, ainda falou hoje –, mas estabelecendo também que isso não implique, não seja um instrumento de uso para que haja exploração de quem trabalha, porque, quando há essa exploração, é sempre com quem ganha menos, é com aquele que é assalariado.

Que a gente também tenha um objetivo! É claro que nós queremos geração de empregos. Quem gera emprego? Os empreendimentos, os empreendedores, a iniciativa privada, os governos, mas são os investimentos que geram emprego.

Nós precisamos, sim, modernizar as relações de trabalho no Brasil, desonerar a geração de emprego. Estou de acordo com os representantes da indústria, da agricultura e do comércio. Estou de acordo com os representantes dos empresários, dos empreendedores, estamos de acordo.

Eu vou estar aqui trabalhando nesse sentido – foi assim que fiz na prefeitura e no governo –, mas sinceramente não faz sentido nós trazermos para a legislação algo que vai inviabilizar a relação de trabalho a tal ponto que os trabalhadores vão virar um joguete, para lá e para cá, a partir dos interesses. Então, os empresários contratariam, os governos contratariam, as prefeituras contratariam, demitiriam essas pessoas a partir de um tempo, contratariam depois com salário menor. Essas condições estão postas na proposta de lei que veio para cá, e é isso que nós temos que reparar.

E a Presidenta Dilma, então, hoje, acertou quando fez esse encontro, essa reunião, e propôs que se crie um fórum multissetorial. São dois fóruns multissetoriais para tratar da modernização, da regulamentação, da terceirização – do serviço terceirizado –, e, também, daquilo que acho que é fundamental de desonerarmos, de tirarmos a carga tributária, no que puder, para quem gera emprego.

O Presidente Renan hoje propôs uma espécie de pacto pela manutenção e geração de emprego, adotando-se algumas medidas de incentivo para que as empresas possam gerar emprego. Se modernizarmos a legislação, preservando o direito dos trabalhadores, criarmos mecanismos de políticas públicas que estimulem a geração de emprego, o Brasil vai seguir sendo um diferencial no mundo, porque, se há algo que fez o Brasil ser diferente, ao longo desses últimos anos, foi o fato de o mundo está desempregando. Estou falando de quase 200 milhões de desempregados no mundo, essa é uma cifra assustadora, mas é fato. Há países ainda na Europa que têm mais de 20% da população desempregada e, no Brasil, o desemprego chega a 6% – que se considera, estatisticamente, ainda pleno emprego.

Entendo que essa providência que a Presidenta Dilma trabalha, criando esse fórum multissetorial, para discutir as políticas de emprego, trabalho e previdência, é o caminho. Entendo que, aí, sim, o Congresso tem um papel importante, mas não fazendo como a Câmara fez, dividindo-se, passando o rolo compressor e, na hora decisiva, desprezando essa situação que é fundamental, que implica garantia de direitos fundamentais que foram trazidos para o nosso País na década de 30, com Getúlio Vargas. E, independentemente do regime na época, é algo que passou para a história.

Li os três livros desse conterrâneo seu, escrito pelo Lira Neto. São livros que dão a base da cultura política brasileira, da governança, dos conflitos que até hoje temos, mas também de muitas conquistas. E aquela obsessão que tinha Getúlio Vargas por criar o regramento para as relações de trabalho precisa ser levantada neste momento, Senadora Ana Amélia. Não é possível que se faça uma legislação hoje pior do que a legislação de 1930, do século passado.

Já se vai quase um século. E nós não estamos indo para o século XXI com as propostas que eu vejo apresentadas. Nós estamos indo para o século XIX; estamos indo para trás da década de 30.

Em respeito à memória de Getúlio Vargas, em respeito a essa histórica conquista que foi a Consolidação das Leis do Trabalho, dos direitos dos trabalhadores, é que nós temos que nos debruçar e fazer algo melhor do que o que tínhamos na década de 30, e não pior. Esse é o desafio que nós temos.

Eu queria também fazer um registro, na véspera do Dia do Trabalho, porque estou concluindo. Essa situação que se vive no Estado do Paraná é inaceitável. Não é possível.

Sou do Acre e vi este País assustado com as manifestações de junho de 2013. Houve tentativas de invasões de prédios públicos. Havia os Black Blocs e outros grupos, mas a violência policial do Estado do Paraná contra os trabalhadores da educação que nós vimos ontem... Isso não é coisa do PT falando do PSDB: algumas pessoas do PSDB estão se posicionando já contra aquele absurdo, e outros estão calando – é o silêncio mais barulhento que a gente ouve é o de que líderes do PSDB se calaram diante daquela brutal violência.

Jornalistas, articulistas de todas as correntes e pensamentos. O Noblat, mesmo, chama de líder estúpido o Governador do Paraná. Parece-me que o Ministro da Justiça foi tentar mediar, José Eduardo Cardozo, e ele falou: "Não, vamos seguir!" Pessoas que aqui criticavam, Parlamentares, os secretários do Governo do Paraná, hoje defendem o uso não só da força, mas da força bruta contra crianças. A situação foi descrita aqui, hoje, pela colega Gleisi Hoffmann.

Estamos, então, na véspera de celebrarmos o dia 1º de Maio, essa data histórica que o mundo vem construindo em cima de situações muito graves. O Dia do Trabalho foi instituído lá atrás, muito lá atrás, estou me referindo a quase 200 anos. Em 1886, havia eventos que deram origem a essa celebração; depois passou para o começo do século passado também; e, aqui no Brasil, foi Artur Bernardes, que decretou feriado oficial, em 1924, para o Dia do Trabalho.

Além de ser o dia de descanso, o 1º de Maio é uma data com ações voltadas para os trabalhadores. Não por acaso, a Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil foi anunciada no dia 1º de maio de 1943. Por muito tempo, o reajuste anual do salário mínimo também acontecia no Dia do Trabalhador.

O Presidente Lula instituiu, em seu Governo, eu acho que, depois da criação do salário mínimo, talvez a atitude mais ousada de apoio a quem trabalha, à melhoria das relações de trabalho no Brasil, que foi uma política de salário mínimo vinculada ao crescimento do País, que hoje nos faz recuperar uma situação. Lembro bem, antes do Presidente Lula, o salário mínimo não chegava a US\$100. E essa situação, com a ousadia e com um posicionamento firme, o Presidente Lula conseguiu mudar.

Então, Srª Presidenta, eu queria, aqui, homenagear a todos. Aqui o Dia do Trabalho é celebrado em 1º de maio no Brasil, há vários países do mundo que celebram. E queria, aqui, uma vez que amanhã não vou estar presente aqui no Senado, trabalho no final de semana no meu Estado e, amanhã, tenho uma agenda no Acre, deixar a minha homenagem a todas as trabalhadoras e aos trabalhadores, pedir ao Governo do Paraná, somando-me a essa denúncia, que mande cessar a violência contra as trabalhadoras e trabalhadores da educação. A livre manifestação é uma conquista deste País.

Quero cumprimentar a Presidenta Dilma pela criação dos fóruns para trabalhar a questão das políticas de segurança e de direitos trabalhistas. Quero também cumprimentar o Presidente do Senado por estar dando o tratamento adequado com a responsabilidade que temos na questão do projeto da terceirização. E gostaria de agradecer a todo o povo do Acre que me ajudou a governar tanto o Estado, como a Prefeitura de Rio Branco, que me ajudou a ter esse mandato – e devo esse mandato a todos os trabalhadores e trabalhadoras da minha boa terra, que é o Estado do Acre.

Então, parabéns a todos os brasileiros que ajudam a construir este País. E que este País consiga encontrar mecanismos de ampliar a geração de emprego, de garantir o direito de quem trabalha e, obviamente, estimu-

lar com políticas inteligentes, e não desinteligentes, a geração de emprego e a industrialização, o comércio, as atividades produtivas.

Era isso, Sra Presidente.

Agradeço muito o tempo que tive para fazer esse pronunciamento.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Jorge Viana, talvez um dos líderes políticos brasileiros mais biografados seja, exatamente, Getúlio Vargas. E Lindolfo Collor também iniciou Ministro do Trabalho com a CLT, uma lei consagrada como direito. E São Borja tem lá, na sua praça central, exatamente a estátua de Getúlio e João Goulart, que tiveram grandes compromissos.

E nessas biografias, além de Lira Neto, que talvez tenha feito uma triologia sobre Getúlio, brilhante e primorosa, porque não é uma biografia convencional, ele conta uma história, e conta muito bem. E também um escritor...

(Soa a campainha.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... gaúcho, Juremir Machado da Silva, fez uma ótima biografia sobre Getúlio Vargas.

Então, à véspera do Dia do Trabalho, eu acho que foi muito justa a citação desse gaúcho, que continua nos orgulhando muito e cuja lei, cujo cuidado com os trabalhadores é exatamente a CLT, que ainda está viva e precisa ser preservada; os direitos dos trabalhadores, preservados.

Meus cumprimentos, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu convido para fazer uso da palavra o Senador Telmário Mota e, com a honra, passo a Presidência ao Senador Valdir Raupp.

A Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – V. Ex^a, Senador Telmário, dispõe do tempo necessário para fazer o seu pronunciamento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Valdir Raupp, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Senadora Ana Amélia, senhor telespectador da TV Senado, ouvinte da Rádio Senado, hoje eu quero, antes de entrar no assunto principal que me traz a esta tribuna, conversar com os amigos do meu Estado de Roraima.

Em Roraima, no início deste ano, alguns Municípios entraram em estado de emergência, dada a grande seca que ali tem acontecido. E muito fogo, muita seca, animais morrendo, falta de água potável; enfim, uma crise que, de certa forma, assustou os Municípios, principalmente Iracema, Mucajá, Alto Alegre, Amajari, Normandia, Bonfim, Cantá. Enfim, todos aqueles Municípios do nosso Estado, uma grande parte, uns oito Municípios, foram atingidos por essa grande seca.

Isso, Sr. Presidente, levou a Governadora a decretar estado de emergência, o que obrigou o Governo a entrar com um aparato de serviços e amparo a esses Municípios, principalmente abrindo poços, abrindo algumas frentes de trabalho, de ordem que isso culminou em gastos.

O Governo do Estado encaminhou toda a documentação ao Governo Federal, nós fizemos uma gestão junto ao setor de defesa nacional, e ali nós conseguimos o reconhecimento desse estado de emergência.

Em seguida, vieram as solicitações de recursos para ajudar nessas despesas. De certa forma, esse recurso estava meio travado por falta de alguns esclarecimentos ou incompatibilidade de ações. Mas nós sensibilizamos os órgãos federais e, com isso, conseguimos a liberação desse recurso, na ordem de R\$4,6 milhões, para atender essa demanda. Então, eu fico muito feliz em termos conseguido mais essa vitória, em um momento desses, de tamanha crise.

Quero agradecer ao Ministro da Integração, agradecer a todos os membros da defesa civil, agradecer à Presidente Dilma, ao Governo Dilma por mais essa atenção, esse apoio ao povo do Estado de Roraima.

Sr. Presidente, o principal assunto que me traz a esta tribuna é, sem nenhuma dúvida, a comemoração do Dia do Trabalhador amanhã. Nós já ouvimos alguns pares nossos – inclusive Jorge Viana, que acabou de sair desta tribuna e fez algumas ponderações com relação a esses avanços – e vamos aqui relembrar esse dia.

O Dia do Trabalhador é uma data comemorativa, sem nenhuma dúvida, usada para celebrar as conquistas dos trabalhadores ao longo da história brasileira. No entanto, hoje vivemos um momento, de certa ordem, preocupante, Sr. Presidente.

Nós sabemos que a taxa de desemprego calculada pelo IBGE, nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil, registrou a terceira alta seguida. Isso agrada, isso agrada. O índice atingiu o maior patamar dos últimos quatro anos, e isso logo num momento em que toda a oposição e uma parte da mídia vêm colocando como

se o Brasil estivesse entrando em um caminho sem saída, mas nós logo vemos o resultado das pesquisas, que já mostra que os índices de geração de emprego estão realmente – graças a Deus – crescendo.

Ao mesmo tempo, o direito dos trabalhadores está ameaçado pelo projeto de lei da Câmara que trata da terceirização. E é aí que o trabalhador perde o seu sono; é aí que o trabalhador dorme na sua grande preocupação. É lamentável como a Câmara vem conduzindo o tema, num momento desses, em que nós precisamos passar para a sociedade uma paz, uma tranquilidade. A Câmara, a meu ver... Eu não quero aqui dizer o que serve ou o que não serve à Câmara, mas quero dizer o que serve ao Brasil, como brasileiro.

O Brasil nas ruas... Hoje mesmo eu vi aqui, na entrada do Senado, as pessoas clamando por uma reforma política, clamando por uma reforma, por uma transformação ética. Eu não vi o povo ali com bandeira na rua pedindo que se avance nos direitos humanos. Eu não vi as pessoas na rua gritando que se avance sobre o direito do trabalhador. Eu não vi as pessoas na rua gritando que querem mais armas nas mãos das pessoas. Eu não vi as pessoas gritando na rua que elas querem que tirem mais direitos humanos do Estatuto da Família. Eu vejo as pessoas querendo que o País saia dessa crise em que se encontra: crise política, crise moral, crise ética, instabilidade econômica, financeira. É isso o que o povo grita na rua.

Eu não sei qual é o foco dessas atitudes que estão sendo tomadas na Câmara Federal, e com essas votações de tamanho afogadilho, tirando a paz e a tranquilidade do trabalhador que já vive, de certa forma, tenso, porque, embora mostremos aqui os índices bons de crescimento na geração de emprego e renda, sabemos que ainda há uma grande camada da sociedade brasileira que precisa da garantia do emprego.

Ao mesmo tempo, os direitos dos trabalhadores estão ameaçados, como falei, por esse projeto. Esse projeto de lei, sem nenhuma dúvida, é um retrocesso em relação à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A CLT já sobreviveu a duas grandes ditaduras, viveu uma experiência democrática e foi abrigada, em definitivo, no atual texto da Constituição de 1988. A CLT foi acalentada, a CLT foi protegida pela nossa Constituição de 1988. A nossa Constituição consagra direitos como o direito à proteção na relação de emprego, à estabilidade no emprego, à pessoalidade na relação do trabalho.

A lógica de tudo terceirizável no âmbito das relações do trabalho legitimará o funcionamento das grandes empresas e dos aglomerados econômicos praticamente sem empregos formais em seus respectivos quadros de pessoal. Hoje os trabalhadores terceirizados ganham, em média, 24% a menos, Sr. Presidente, que um trabalhador comum. Por exemplo: no meu Estado, digamos que um trabalhador, se fosse estatutário, ganharia R\$3 mil, R\$4 mil; se fosse terceirizado, ele ganharia mil contos – mas o Governo paga esse valor de três, quatro mil contos para aquele trabalhador –, e aí ele não tem nenhum direito. Muitas dessas empresas logo, logo somem. Eles trocam de empresa como trocam de camisa.

O Presidente Renan, que está chegando aqui, hoje fez uma fala fantástica – aqui estamos destacando, Presidente Renan, o que V. Ex^a falou à mídia em defesa do trabalhador.

Então, o modelo, com certeza, não interessa aos trabalhadores, que passam a negociar exclusivamente com intermediários. O ideal seria que os trabalhadores terceirizados fossem representados pelos sindicatos que já negociam com as empresas contratantes. O projeto, Srs. Senadores, permite isso apenas quando a empresa contratada possui a mesma atividade econômica do contratante.

É lógico que regulamentar terceirização de mão de obra traz segurança jurídica. O que não é justo é que o Estado aumente juros e impostos, e as empresas e o sistema financeiro achem que é possível resolver o problema da produtividade transferindo a conta para o trabalhador.

Ajustes econômicos não podem ser feitos à custa do benefício social. Precisamos regulamentar, mas sem perder de vista a garantia do direito dos trabalhadores, a criação de novas vagas. Também não é justo que disputas políticas, vaidades pessoais pautem as discussões sobre os direitos trabalhistas.

Hoje, o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, propôs um pacto nacional pela defesa do empregado em face da situação econômica enfrentada pelo País. O objetivo é impulsionar medidas legislativas para que as empresas, sobretudo as pequenas, mantenham e criem novos postos de trabalho.

Parabenizamos, sim, o Presidente do Senado, que também quer conceder a desoneração da folha para as empresas e aumentar o crédito da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), para que elas não fechem os seus postos de trabalho e mantenham, com isso, o pleno emprego do nosso povo.

Esse é o caminho. Precisamos sentir mais a dor dos trabalhadores. Foi isso que o Senador Renan fez, e é isso que hoje nos traz a esta tribuna. Mais do que máquina, precisamos da humanidade, da inteligência, da afeição. Sem essas virtudes, a vida é de violência. Tudo se perde. Precisamos valorizar, cada vez mais, os trabalhadores brasileiros, porque este é, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, telespectador, ouvindo da Rádio Senado, o maior patrimônio do Brasil: o povo brasileiro, o trabalhador.

Amanhã, celebraremos o Dia Internacional dos Trabalhadores. O Dia do Trabalhador é uma data comemorativa que, sem nenhuma dúvida, não podemos deixar passar em branco, Sr. Presidente. É importante que esta Casa seja vanguarda e é importante que esta Casa tenha equilíbrio, para que não seja pautada por interesses, principalmente da grande fortuna, dos grandes empresários, das grandes instituições financeiras, que querem, a todo custo, atropelar direitos dos trabalhadores, que levaram anos e anos para serem construídos.

Os pequenos avanços, a CLT, os direitos garantidos na Constituição de 1988 não foram conquistados a toque de caixa – foram conquistados à custa de muito suor, de muita luta, de muita vida –, para que hoje se reúnam na madrugada, na calada da noite, e façam a votação para arrancar do seio da sociedade, para tirar do código que disciplina as leis brasileiras direitos que estão ali conquistados com o suor do povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu acredito nesta Casa. Acredito, sobretudo, nos homens e nas mulheres de boa-fé. Acredito que aqui seremos os protetores, seremos a vanguarda, seremos o porto seguro dos direitos sociais, dos direitos trabalhistas do povo brasileiro.

Neste dia que antecede o Dia do Trabalhador, eu fico, de certa forma, também aflito, também tenso, também preocupado com essas medidas da Câmara dos Deputados, quebrando, de certa forma, o bom entendimento e o trabalho coeso entre o Senado e a Câmara. Mas esta Casa, que sempre foi conservadora, hoje se coloca até progressista, no sentido de garantir aquilo que é conquista social dos trabalhadores e da sociedade.

Hoje, quero encerrar esta fala neste dia, lembrando os grandes homens que tiveram coragem de abraçar a causa em momentos muito mais difíceis.

Sempre essa direita, na primeira oportunidade, no primeiro momento em que se está fragilizado, em que se cria um pequeno vácuo, Presidente Valdir Raupp, os pequenos vácuos que há no poder, avança querendo cercear ou retirar os direitos já conquistados.

É claro que nós queremos um País moderno, nós queremos nossas empresas trabalhando na sua produção máxima, nós queremos nossas empresas em nível de competição internacional, nós não queremos um País que seja amarrado só no produto primário, só na matéria-prima, nós queremos é ser competitivos, mas isso não significa que nós temos que sacrificar o povo brasileiro, especialmente, o trabalhador. É importante que haja esse progresso, que haja esse avanço, que chegue a tecnologia, mas a matéria humana, o ser humano, tem que ser preservada. Eu acabei de dizer que esse é o maior patrimônio brasileiro.

Esta Casa, o Parlamento, tem três funções básicas: primeiro, representar o povo; segundo, melhorar as leis, modificando, alterando os códigos, desburocratizando, para facilitar a vida da população; e, terceiro, fiscalizar o Executivo nas suas ações, principalmente naquilo que o Parlamento aprova para o Executivo realizar nas principais três leis orçamentárias, o PPA, a LDO e a LOA. Sem nenhuma dúvida, eu acho que é esse o grande caminho.

Agora, você fazer alterações, você fazer modificações, você arrancar direitos das pessoas sem fazer um grande fórum de debates, sem ouvir, sem buscar, pelo menos, o consenso, isso aí, sem nenhuma dúvida, não interessa a grande maioria, mas, sim, uma minoria que quer dar ordem de comando onde não deve dar. Por isso, nós temos que fazer a reforma política. Por isso, nós temos que tirar essas grandes empresas como patrocinadoras, porque vemos Parlamentares de joelho ao poder econômico. Isso é lamentável. Isso é deplorável. Isso é triste. O político vir para cá representar o povo e não ter autonomia de enfrentar A ou B! Não se pode perder isso como referência. Há que se chegar a esta Casa com a cabeça erguida. Há que se chegar a esta Casa e votar com a sua consciência e não tocado, como se fosse um animal, pelo capitalismo, pelo poder econômico. Então, nós não podemos fazer dos direitos trabalhistas pano de fundo para encobrir qualquer coisa errada que esse ou aquele político fez.

Sr. Presidente, Valdir Raupp, do PMDB do Estado de Rondônia, meu vizinho na Região Amazônica, eu agradeço a paciência de V. Ex^a, que tem nos dado esta oportunidade de hoje vir aqui a esta tribuna falar e desabafar sobre aquilo que temos ouvido aí diariamente nas ruas. É nos postos de saúde, é nos supermercados, é lá nos táxis, é ali no restaurante, onde quer que se esteja – e é bom: eu chego ali caladinho e ali eu fico ouvindo o clamor, o sentimento das pessoas –, é nas redes sociais, que, hoje, sem nenhuma dúvida, são um parâmetro.

Vemos hoje a sociedade brasileira extremamente nervosa com esse projeto da terceirização, que vem aí como uma avalanche em cima dos direitos do trabalhador. Eu não sou radicalmente contra a terceirização, não, porque eu acho que, para aqueles serviços que não são essenciais e que são necessários para dar agilidade, para dar até tranquilidade para um administrador – por exemplo, um diretor de hospital, se ele for preocupar com vigia, com serviço de limpeza, com o transporte da maca ou qualquer outra coisa, vai deixar de preocupar com a medicação que está faltando, com as cirurgias normais, cirurgias eletivas, enfim –, então, é preciso. Numa universidade, se você for terceirizar, imagina terceirizar os professores...

Sr. Presidente, acho que o meu som sumiu aqui. (Pausa.)

Isso é conspiração, Sr. Presidente. Claro que não é sua, porque V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – O tempo estava livre, mas o mecanismo eletrônico aqui calcula o tempo de cada um, mesmo sem marcar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Está certo. Então...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – V. Ex^a tem o tempo de que precisar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eu já estou concluindo.

Quero deixar aqui este registro, que acho da maior importância para fazermos uma reflexão. Nem tudo é dinheiro, nem tudo é poder. O que vale a pena na vida é a qualidade de vida das pessoas. As pessoas, às vezes, se debruçam nos livros, fazem um esforço, sacrificam, às vezes, a família e o seu próprio lazer, para fazer um concurso, para avançar, para ter um cargo de Estado, e, de repente, passageiros que às vezes não são nem da agonia... O Parlamentar é passageiro. Aqui, quem faz o Senado acontecer são os servidores concursados, quem faz a Câmara acontecer são os servidores daquela Casa – e fazem com muito profissionalismo, fazem com muito amor. No meu gabinete, acho que a metade ou mais da metade é de servidores da Casa. E tenho orgulho deles todos, porque trabalham com muito amor, com muita dedicação, com muito afinco, com muita responsabilidade, com muito compromisso. Se o Senado anda bem, anda bem o trabalho deles. Os Senadores aqui, como diz aquela música, são nuvens passageiras. Há alguns que querem ficar aqui pela eternidade. Também deveria acabar este negócio de o cara ter quatro, cinco mandatos de Senador. Acho que, com dois mandatos, está na hora de ir para casa, porque ficar muito tempo aí não é bom.

A política não foi feita para alguém se servir dela; a política foi feita para servir às pessoas. Quando se vê alguém querendo se servir da política, esse, com certeza, está usando a política para um lado maligno e teria de usar a política para o bem. Servir à política do bem é ser instrumento para ajudar as pessoas com políticas públicas de qualidade. Acho que esse, sim, é o verdadeiro sentido da política. O que fica de um político, o que fica do gestor – e V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, que foi Governador, sabe disso – é o legado, é o que ele fez, é o que melhorou, é o que valeu a pena.

É esse o nosso sentimento, o nosso posicionamento.

Sr. Presidente, muito obrigado pela paciência, pela tolerância do horário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a.

Ao mesmo tempo em que o parabenizo pelo pronunciamento, convido V. Ex^a para presidir a sessão, para que eu possa fazer também um breve pronunciamento.

V. Ex^a abordou, Senador Telmário, temas importantíssimos da tribuna, entre eles, a geração de emprego e a geração de renda para o povo trabalhador. E o objetivo do Congresso Nacional, sem dúvida nenhuma, é fazer de tudo para que possamos retomar o crescimento econômico do País, para que possamos retomar a geração de emprego da nossa população.

V. Ex^a falou também da terceirização. Eu concordo com V. Ex^a. O projeto ainda está no Senado Federal para ser apreciado, para ser votado. A terceirização tem de ser um mecanismo que possa gerar mais emprego e que não tire os direitos dos trabalhadores. O meu Partido, o PMDB, tem discutido isso na Câmara dos Deputados e vai discutir isso aqui, no Senado Federal. Os trabalhadores podem ficar tranquilos. Nossa Presidente, Renan Calheiros, já passou por aqui hoje e tem assegurado que esse projeto será amadurecido e discutido nas comissões temáticas do Senado Federal. Está aqui o Senador Randolfe Rodrigues, também um ferrenho lutador em defesa dos trabalhadores. Esse projeto, se aprovado no Senado, será para beneficiar o País, para gerar mais emprego, para garantir o emprego dos trabalhadores e também, é claro, o direito dos trabalhadores.

Passo a Presidência a V. Ex^a, para que eu possa fazer um pronunciamento.

O Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Na tribuna, vamos ouvir o Senador de Rondônia Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de agradecer a presença de dois ilustres Vereadores da cidade de Ji-Paraná, do coração do meu Estado de Rondônia. Em nome deles, também, eu gostaria de cumprimentar todas as vereadoras e todos os vereadores, cargo que já ocupei, há 32 anos, na Câmara de Vereadores de Cacoal, pois comecei minha vida pública na cidade de Cacoal como Vereador, com muito orgulho, com muita honra. Então, cumprimento o Vereador Afonso Cândido, o Vereador Josiel de Brito e, em nome deles, todos os vereadores do Brasil.

O PMDB tem mais de 8 mil vereadores no Brasil. E são mais de 50 mil, de todos os partidos, os vereadores que trabalham, no dia a dia, para levar as reivindicações, os anseios da população até a prefeitura, até os órgãos municipais. De vez em quando, eles estão aqui em Brasília pedindo ao Congresso Nacional, ao Gover-

no Federal, aos Ministérios, com a interveniência dos Senadores e Deputados Federais, para levar mais investimentos para os seus Municípios.

Cumprimento meu Prefeito, mesmo na ausência, Prefeito Jesualdo Pires, da cidade de Ji-Paraná, que tem também passado por aqui – ele que já foi Deputado –, por Brasília de vez em quando, buscando também investimentos para o Município.

O nosso lema aqui, no Senado Federal, assim como os Deputados, na Câmara – a minha esposa é a Deputada Marinha Raupp –, é levar investimentos para o Estado e para os Municípios para que possam, em conjunto com os recursos do Estado e dos Municípios, gerar mais qualidade de vida para a população das cidades do nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu gostaria de falar sobre uma área que também gera muito emprego e, sem ela, não há desenvolvimento, que é a energia elétrica. O Brasil precisa urgentemente de novas plantas de geração de energia elétrica, sob pena de frear o desenvolvimento e o progresso do País. Sem energia elétrica, não há desenvolvimento. Um dos principais pilares do desenvolvimento de uma nação é a energia elétrica, assim como é o transporte – outro pilar –, como é a comunicação, como é a educação, a saúde, enfim a infraestrutura das nossas cidades, mas, sem energia elétrica, nada, absolutamente nada, seria possível no nosso País.

Então, as dificuldades atuais de abastecimento de energia elétrica, decorrentes da grave crise hídrica pela qual temos passado, têm representado um desafio tremendo para as autoridades do setor. Com os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste e do Centro-Oeste, que representam 70% da capacidade nacional, encerrando o fim do período úmido, o período das chuvas, com cerca de apenas 30% do seu volume, tem sido tarefa complexa assegurar que a energia elétrica continue chegando aos lares e às empresas brasileiras nos últimos tempos.

Temos conversado com frequência. Ontem mesmo, tivemos uma reunião dos Senadores da Amazônia com o Ministro Eduardo Braga, que é colega nosso do Senado. Ele é engenheiro elétrico, conhece profundamente o setor elétrico nacional e essa área e tem-nos assegurado, Senador Randolfe Rodrigues e Senador Telmário, que não faltará energia no Brasil, que todas as providências já foram tomadas, que as chuvas não foram muitas neste ano, mas o suficiente para fazer a travessia até chegar o próximo inverno chuvoso, as próximas chuvas, e também com as energias alternativas.

As soluções convencionais estão mais ou menos esgotadas e novas alternativas precisam ser encontradas; é justamente o que anuncia o jornal *O Estado de S. Paulo*, do último dia 26 de março.

O Ministério de Minas e Energia trabalha em um plano inédito para transformar os maiores reservatórios das hidrelétricas brasileiras em grandes parques para a geração solar de energia elétrica. A ideia é espalhar milhares de metros quadrados de boias dotadas de painéis solares sobre o espelho d'água sobre os reservatórios das usinas. Serão feitas, inicialmente, experiências nos lagos de usinas de Balbina – no Amazonas – e de Sobradinho – no Rio São Francisco. Esses parques solares não ocupariam, Senador José Agripino, terras às vezes até produtivas ou que poderiam produzir. São painéis espalhados pelos espelhos d'água das nossas hidrelétricas. E essas duas usinas vão servir de projeto piloto, de modelo, a usina de Balbina e de Sobradinho, no Rio São Francisco.

Mas, cálculos feitos por técnicos do ministério, indicam que o uso desses painéis solares sobre flutuadores nos reservatórios das usinas pode acrescentar até 15 mil megawatts de potência ao parque gerador nacional. Isso representa mais que a potência conjunta das usinas de Belo Monte e Jirau, atualmente em construção na Amazônia. Jirau e Santo Antônio no Estado de Rondônia e Belo Monte no Estado do Pará.

E, aproveitando ainda estar falando nessas usinas, no segundo semestre deste ano, será leiloada a usina de Tabajara, também no Estado de Rondônia. Uma usina em que venho trabalhando com a comunidade, com a população e as autoridades de Machadinho D'Oeste, da região de Jaru, de Ariquemes, do Vale do Anari, de Cujubim. Essa usina é de 350 megawatts. Não é uma usina grande, como Belo Monte, como Jirau, como Santo Antônio, mas é maior do que a primeira usina que nós construímos em Rondônia há quase 30 anos, Sr. Presidente, que é a de Samuel que, por muito tempo, forneceu energia para Rondônia e para o Estado do Acre, e tem apenas 220 megawatts. Perto de Santo Antônio, de Jirau, de Belo Monte, é uma usina pequena, mas é uma usina de porte médio para nós lá do Norte. Uma usina de porte médio – 350 megawatts – que vai gerar milhares de empregos e que vai, também, tirar do isolamento as cidades de Machadinho D'Oeste e outras cidades daquela região.

Então, no segundo semestre deste ano, será lançado – segundo palavras do nosso Ministro Eduardo Braga, no dia de ontem – o leilão desta usina, a usina Tabajara em Machadinho D'Oeste.

Uma clara vantagem na criação desses parques – falo agora de energia solar – de geração solar nos reservatórios das usinas é a possibilidade do aproveitamento da interligação já existente das hidrelétricas, ao

Sistema Interligado Nacional, para a transmissão da energia elétrica gerada dessa forma. Isso simplifica a operação e reduz seus custos, segundo a matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Os reservatórios de Balbina e de Sobradinho foram escolhidos, não apenas por sua grande área, mas também pelo fato de serem essas usinas pertencentes a empresas estatais – no caso, Eletronorte e Chesf. Eletronorte que gera energia no Norte do Brasil e a Chesf que gera energia no Nordeste, por isso escolhido o espelho d'água da usina de Sobradinho, no Nordeste, e o espelho d'água da usina de Balbina, no Estado do Pará, no Amazonas.

Segundo o Ministro Eduardo Braga, – repito – citado pelo jornal, o projeto deve estar em operação até setembro. Caso a experiência tenha sucesso, o Ministro de Minas e Energia pretende expandi-la para outras hidrelétricas, inclusive para aquelas concedidas à iniciativa privada.

Eu tenho certeza de que, se esse projeto do Poder Público der certo, é claro que a iniciativa privada vai querer espalhar parques solares nos espelhos d'água, também, dos reservatórios dessas outras usinas privadas.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Ministro Eduardo Braga, de Minas e Energia, até bem pouco tempo nosso colega nesta Casa, pelo arrojo e pela presteza da iniciativa, que se afigura como uma interessante alternativa diante da escassez de chuvas dos últimos anos.

A energia de fonte solar deve ser, aliás, incorporada à nossa matriz energética, a exemplo do que ocorreu com a energia de fonte eólica. Embora ambas sejam apenas complementares à geração hidrotérmica, não podendo substituí-la, dada a sua intermitência, servem para economizar água nos reservatórios, protegendo-nos da escassez de energia. E, a exemplo do ocorrido com a fonte eólica, a fonte solar pode ganhar viabilidade econômica rapidamente.

O primeiro passo está dado, desde o final do ano passado, quando um leilão de energia realizado pelo Governo ensejou a contratação de 31 usinas solares, num total de 1.048MW de capacidade. Novos leilões deverão ser realizados este ano e, com isso, o ganho de escala deverá começar a baratear a energia de fonte solar.

Por que até o momento era difícil instalar um parque solar? O custo das placas era muito caro. O custo das placas fotovoltaicas era muito caro. O custo já diminuiu. Isso aconteceu também com a energia eólica, com os grandes ventiladores – como são chamados os ventiladores gigantes que geram energia no Sul do País, que geram energia no Nordeste e em outras regiões –, que era cara também. Aos poucos, foi diminuindo o custo dessa geração até que se tornou viável. Assim está acontecendo também com a energia solar.

Assim, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero reiterar o meu aplauso às iniciativas do Ministro Eduardo Braga, tanto de buscar alternativa original para a escassez de água nos reservatórios das usinas, quanto de manter a disposição de realizar novos leilões de energia que incluam a fonte solar na matriz energética brasileira.

Sr. Presidente, ao encerrar este meu pronunciamento, eu gostaria de, mais uma vez – já fiz isso aqui durante a semana –, parabenizar os nossos trabalhadores brasileiros, os trabalhadores lá do meu querido Estado de Rondônia, que lutam no dia a dia, muitas vezes dia e noite, para sustentar as suas famílias e, muitas vezes, com dificuldade.

Eu lembro que o meu pai criou 14 filhos, no Estado de Santa Catarina, trabalhando na roça, na área rural. Há 40, 50 anos, ele já falava de crises, falava de dificuldades, de dívidas do Banco do Brasil, de financiamentos da safra. Ele sempre teve problema, sempre teve dificuldade, mas as crises são passageiras, as crises passam, as crises são sazonais.

Por isso, eu acredito muito que essa crise, como o Brasil já enfrentou inúmeras crises e passou por todas elas... O Brasil hoje é a sétima economia do mundo. Nós temos que levar em conta, o povo brasileiro tem que levar em conta que o Brasil não é, com todo o respeito às demais economias mundo afora, uma nação qualquer, não é uma economia qualquer. Nós somos a sétima potência. Nós somos a sétima economia do mundo, brigando com a Inglaterra pela sexta posição. Já tivemos, por um período curto, na sexta posição mundial, sendo a sexta economia do mundo.

Então, um país desse porte, um país desse tamanho, um país com uma população de mais de 200 milhões de brasileiros, um país que tem 200 milhões de cabeças de gado, um país que produz 200 milhões de toneladas de grãos, esse país não tem como não dar certo. Este País passa por crises momentâneas, mas, aos poucos, ele vai saindo das crises, vai se recuperando. Nós vamos sair dessa crise até o final deste ano. E, agora, a surpresa: no mês de março, houve um pico de geração de emprego.

Então, o que falta agora? É agenda positiva, agenda positiva para dar segurança aos nossos trabalhadores, aqueles que já estão empregados, agenda positiva para assegurar mais empregos para o nosso povo que está precisando de emprego, uma agenda positiva para dar alento, para aumentar o astral. A população brasileira, neste momento, está de farol baixo, como diz o nosso Governador Confúcio Moura lá de Rondônia, que é um batalhador, que foi reeleito pelo trabalho que fez. Agora estão lá complicando um pouco a situação dele, querendo um terceiro turno, querendo ganhar na Justiça, porque serviu comida, serviu alimentação numa

convenção. Querem tirar o Governador, mas não vão conseguir. O Governador já conseguiu liminar aqui em Brasília, está firme no cargo e vai continuar, vai cumprir os outros quatro anos deste segundo mandato, não tenho dúvida disso, e, junto com ele, nós vamos estar ao lado dele para continuar o progresso e o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

E, aqui, nós já estamos ouvindo que, nos próximos dias, a Presidente Dilma vai lançar um pacote de concessões, um pacote de obras da iniciativa privada, e é isso que venho cobrando desde o início do ano, desde quando se instalou essa crise, um pouco psicológica, um pouco real no nosso País. Precisamos combater os malfeitos, a corrupção? Sim, precisamos combater com mão de ferro, mas não podemos ficar a vida inteira falando de crises. Vamos lançar agendas positivas para gerar emprego, e nesse 1.º de Maio que vamos comemorar amanhã, Dia do Trabalho, Dia do Trabalhador, vamos levantar a cabeça, vamos cobrar o que precisa ser cobrado, vamos reivindicar a reforma política, a reforma tributária, todas as reformas para melhorar o nosso País, mas vamos lançar as agendas positivas para gerar mais emprego, para gerar mais renda para a nossa população.

Então, parabéns a todos os trabalhadores do Brasil e a todos os trabalhadores do meu Estado, o Estado de Rondônia!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Valdir Raupp, parabéns.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir para me inscrever pela Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – V. Exª está inscrito, mas agora quem ocupará a tribuna será o brilhante Senador do Amapá Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caríssimo Presidente do nosso Estado irmão, de Roraima, Senador Telmário, Srs. Senadores, aqueles que nos assistem pela TV e pela Rádio Senado.

Sr. Presidente, venho à tribuna para tratar do tema que já passou a ser corriqueiro, porque é um drama que vive o meu Estado do Amapá. Como todos sabem, Sr. Presidente, o Amapá, a sua capital, Macapá, é a única capital do País que não tem ligação rodoviária com o restante do País. A nossa fronteira de integração rodoviária é com o Norte, deverá ser com o Norte, com a Guiana Francesa. Nós não temos ligação rodoviária. Temos uma imensa e admirada barreira natural, que é o Rio Amazonas, e, em decorrência disso, nós temos duas pontes de acesso ao Amapá: a via fluvial, com barcos que podem fazer de 12 até 24 horas de Belém até Macapá, e que é cada vez mais precária, pela ausência de incentivos para o modal fluvial na Amazônia, como todos sabemos, e a via aérea.

Então, Sr. Presidente, o nosso aeroporto, o Aeroporto Internacional de Macapá não é um luxo. O meio de comunicação através do avião, o meio de transporte e de comunicação através do avião, em meu Estado, não é um luxo, é uma necessidade. E é lamentável o que tem ocorrido com a obra do Aeroporto Internacional de Macapá.

Veja, Sr. Presidente, o nosso aeroporto foi fundado como campo de pouso nos idos da década de 30, onde hoje é a via principal da cidade, que é a Avenida Fab, inclusive tem a denominação de Avenida Fab porque, originalmente, era o Aeroporto Internacional de Macapá. E, ao que pese essa importância fundamental, estratégica do aeroporto e o fluxo de movimentação do aeroporto, de uma comunidade de quase meio milhão de pessoas – são 703 mil amapaenses; a capital Macapá tem 480 mil –, nós estamos padecendo por quase sete anos de paralisação da obra do Aeroporto Internacional de Macapá.

As obras de ampliação do aeroporto iniciaram em 2003 e deveriam ter sido concluídas em 2006.

Estamos em 2015, então, nós padecemos de oito anos de paralisação das obras do aeroporto. As obras foram paralisadas, a construção foi interrompida porque, no ano de 2006, ocorreu a chamada Operação Navalha, deflagrada pela Polícia Federal. Essa operação resultou na prisão de mais de 70 pessoas, entre empresários, políticos e agentes públicos. Essa operação ocorreu com obras públicas que estavam em curso, nos Estados da Bahia, Maranhão, Sergipe, Mato Grosso e Amapá. Estavam envolvidos em um esquema de desvios de verbas públicas, por meio de fraudes em licitações em programas do PAC e licitações fraudulentas, no Programa Luz para Todos. No epicentro, no coração da chamada Operação Navalha, estava a empreiteira Gautama, de propriedade do Sr. Zuleido Veras, que era a empreiteira responsável pela obra do Aeroporto de Macapá, e que, segundo apuração da Polícia Federal, teria desviado metade dos R\$113 milhões já investidos na obra do Aeroporto Internacional de Macapá.

O problema, Sr. Presidente, é que quem desembarca, quem chega a Macapá se assusta ao ver a carcaça, o esqueleto de uma obra pública ao lado. Oito anos depois, nós não temos informação ou satisfação da apuração dos responsáveis por esses graves desvios, pela corrupção ocorrida no Aeroporto Internacional de Macapá e em outras obras públicas. Até hoje, não temos notícia da responsabilização e da punição daqueles que

foram presos. Aliás, a Polícia Federal investiga, há um indício de que metade dos R\$113 milhões foi roubada dos cofres públicos, a carcaça de um prédio nos é legada, o aeroporto não é concluído e quem é penalizado com tudo isso é o povo do Amapá.

O aeroporto já tinha sua capacidade superada havia muito tempo. Foi necessária a pressão nossa aqui, junto com Deputados e Senadores do Amapá, para que fossem construídos, pelos menos, dois módulos operacionais de embarque e desembarque de passageiros, cada um com mil metros quadrados.

Mas, Sr. Presidente, não é isso de que Macapá precisa, necessita e que merece. O que Macapá quer é o aeroporto que foi projetado com amplas áreas de embarque e desembarque, com espaço para novas companhias aéreas poderem se estabelecer, que hoje não é possível com as insuficientes estruturas do Aeroporto Internacional de Macapá.

Do que Macapá necessita, do que Amapá necessita e merece é a obra que deveria ter sido iniciada em 2003 e concluída há quase uma década, há nove anos, em 2006. Estamos há nove anos. Ano que vem teremos uma década da paralisação do Aeroporto Internacional de Macapá, e nenhum encaminhamento. Não são punidos quem roubou o dinheiro da construção do aeroporto, não é investigado a fundo quais os políticos que estavam por traz do roubo do dinheiro da construção do Aeroporto Internacional de Macapá. E a sociedade, o povo do Amapá é “presenteado”, aspeio presenteado, com a carcaça de uma obra pública que não se termina, que não se conclui.

No início deste ano, a esperança voltou a nos animar, eu e o Senador Davi Alcolumbre, que tem procurado também a retomada da obra do aeroporto. Estive na Infraero, tive conhecimento da licitação para uma nova empresa assumir as obras do aeroporto. Depois estive com S. Ex^a, o Ministro Eliseu Padilha, da Aviação Civil. Houve um compromisso, o Ministro nos disse que gostaria de, no dia 9 de março, assinar a ordem de serviço de retomada das obras do Aeroporto Internacional de Macapá.

E eu acredito na boa vontade do Ministro para isso. Só que agora nós vivemos os tempos de ajuste fiscal. E eu tenho a notícia não confirmada, notícia extraoficial, de que nas obras de aeroportos que devem ser retomadas está o Aeroporto Internacional de Vitória e, meu querido Senador Elmano, se não me engano, o aeroporto de Teresina, se não me engano, e o Aeroporto Internacional de Macapá. E tenho a notícia de que deverá haver cortes em algumas dessas obras e que, dentre eles, estaria mais uma vez o Aeroporto Internacional de Macapá.

É inaceitável, Presidente. Não há como admitir esta situação, penalizar o povo do Estado do Amapá pela corrupção que alguns políticos e empresários fizeram há uma década. Ora, paralisou a obra? Houve a paralisação da obra? Retoma em seguida, retoma a obra, e parte para a punição dos culpados, dos responsáveis pela corrupção, mas não penaliza o povo.

Eu estou utilizando a tribuna, Sr. Presidente, para trazer essa informação e dizer em alto e bom tom que nós não aceitaremos, não é possível permitir que se passe mais alguns anos sem o Aeroporto Internacional de Macapá ter a sua obra retomada. Nós faremos questão de ir ao Ministro do Planejamento, a quem quer que seja. Mas não pode agora, depois de ter ocorrido a licitação para a obra do Aeroporto Internacional de Macapá, a obra, mais uma vez, ter sido suspensa. Repito, o povo do Amapá não merece pagar pela corrupção de uma meia dúzia. Está sendo penalizado o povo amapaense pelo crime cometido por uma meia dúzia uma década atrás.

Por isso, Sr. Presidente, nós protocolizamos um requerimento, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para ouvirmos aqui o Ministro da Aviação Civil, e ouvirmos também o Ministro do Planejamento, porque não pode a nossa Região Amazônica ser penalizada por todos os cortes de investimentos públicos na região. Um dos objetivos da República Federativa do Brasil – está lá na Constituição – é diminuir as desigualdades regionais. Agora resolvem fazer cortes de investimentos em todo o Brasil e principalmente cortes de investimentos necessários à Região Amazônica, à Região Norte e à Região Nordeste.

Reitero, é inaceitável, não admitiremos esse tema calados. Vamos ao Ministro do Planejamento, se assim for necessário. Vamos convidar, convocar o Ministro do Planejamento, o Ministro da Aviação Civil para virem ao Senado, para que possamos ter explicações em relação a esse tema. Não é possível e não é aceito que um aeroporto como o Aeroporto Internacional de Macapá, que já tem uma movimentação de quase quinze voos diários, que já tem uma demanda de movimento de mais de meio milhão de passageiros por ano, não é aceitável que a obra do aeroporto seja suspensa, em definitivo, e o povo continue a amargar mais tempo sem a conclusão desta obra, ficando uma carcaça.

Todo cidadão que desembarca em Macapá, que desembarca na pista principal do Aeroporto International de Macapá – Alberto Alcolumbre, olha para a esquerda do aeroporto e vê lá um monumento à corrupção. É isto que é a carcaça da obra inacabada do Aeroporto International de Macapá: um monumento à corrupção. Não é possível que nós tenhamos um monumento à corrupção como cartão de visita do meu Estado Para que isso não ocorra, inclusive, para que nós não continuemos a passar vergonha com os nossos vizinhos franceses...

Nós temos, no Amapá, duas obras, dois cartões de visita. Agora em agosto haveremos de inaugurar um voo para Caiena; e de Caiena é voo doméstico até Paris. E veja: nós teremos dois cartões de visita, no Brasil, que envergonharão a nós, brasileiros: é a ponte sobre o Rio Oiapoque, que ainda não foi inaugurada; e o aeroporto de Macapá, que não foi acabado, porque o que está lá é uma carcaça, pois não foi concluído.

Diante disso, eu queria fazer um apelo aqui ao Ministro da Aviação Civil, ao Ministro do Planejamento, ao Governo da Presidente Dilma. Isso não é possível! Não é somente uma questão do Amapá, é uma questão de boas-vindas a brasileiros, a estrangeiros e ao turismo que o nosso Estado oferece. E o cartão de boas-vindas não pode ser, na via terrestre, uma ponte que não foi inaugurada; e, na via aérea, uma obra em que o dinheiro foi detonado pela corrupção.

Essa situação não será admitida. E nós vamos buscar todos os meios necessários para a retomada, ainda neste ano, ainda neste semestre, das obras do aeroporto de Macapá.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Randolfe, V. Ex^a tem toda razão. Uma obra que não é concluída tem naturalmente, Senador Agripino, dois grandes prejuízos. Primeiro, o dinheiro da corrupção do que não é concluído, não chega; e, segundo, o benefício que a obra ia fazer à sociedade também deixa de existir.

E isso parece que não é só, infelizmente, no Estado de V. Ex^a. Em Roraima, foram mexer em um estádio de futebol, prometendo que ia ser uma subsede, coisa para enganar o povo de Roraima mesmo. Resultado: até hoje, nem subsede, nem o estádio que existia antes, nem o que está agora. Está lá um elefante que nem branco é, Senador Agripino, que agora vai à tribuna falar com o nosso povo brasileiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente e os Srs. Senadores.

Senador Randolfe, V. Ex^a é um homem feliz porque tem a graça de poder vir nesta quinta-feira fazer um pronunciamento em defesa de interesses do seu Estado do Amapá, reivindicando avanço, reivindicando caminhar para frente.

Venho aqui fazer algumas constatações em face de uma reunião que fiz com Parlamentares do meu Estado do Rio Grande do Norte, com o Diretor Geral do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas), ontem, e o seu Diretor de Infraestrutura, diga-se de passagem, dois homens decentes, todos os dois. Os dois dirigentes do DNOCS são homens decentes, um deles, por coincidência, hoje Diretor Geral do DNOCS, quando eu fui governador pela segunda vez, ele foi Presidente da Companhia de Águas do meu Estado. Eu sei que é um homem bem-intencionado e decente. A reunião que nós fizemos ontem foi organizada pelo coordenador da Bancada, Deputado Felipe Maia, que levou os três Senadores pelo Rio Grande do Norte e mais quatro ou cinco dos oito Deputados Federais, além do Ministro Henrique Alves, que é potiguar, para conversar com o Diretor Geral do DNOCS. Esse fato é que me faz, pela segunda vez, tratar de um assunto que, dentro de 15 dias, vai ser uma tragédia no meu Estado.

V. Ex^a fala sobre a necessidade de concluir o Aeroporto de Macapá. Eu venho falar de uma conjuntura que está levando o Nordeste, particularmente o meu Estado, em especial uma cidade chamada Currais Novos, a viver sobressaltada porque a cidade, Senador Telmário, tem 55 mil habitantes. Não é pequena. É a capital do Seridó Ocidental do meu Estado. O abastecimento d'água da cidade provém de um açude chamado Gargalheiras, que abastece Acari e Currais Novos. A água praticamente acabou; a água dá para 15 dias mais. E foi prometida uma adutora, parte de engate rápido, parte permanente, para trazer água do açude ou da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que é a maior barragem do nosso Estado, para a cidade de Currais Novos para resolver definitivamente a questão da falta d'água. Não choveu em Gargalheiras, nem a adutora foi ao menos iniciada.

Não foi por incúria do DNOCS, não foi por desinteresse do Dr. Walter, Presidente e Diretor Geral do DNOCS. Foi por conta de uma conjuntura nacional de quebradeira geral. Nós estamos pagando preço de um país quebrado.

Senador Randolfe Rodrigues, V. Ex^a assistiu, como eu, no dia de ontem, à repetição da mesma cantilena. Para combater a inflação, aumenta-se a taxa de juros, porque o Governo não se dispõe a cortar na carne, a diminuir o gasto público, a anunciar, de verdade, racionalização na qualidade do gasto público, então, é obrigado a fazer as mesmas coisas, Senador Elmano Férrer, que vem fazendo há meses, há anos, sem conseguir atingir resultados.

Aumentar a taxa de juros para segurar a inflação. Ontem, aumentou de 12,75% para 13,25%, para segurar a inflação. Qual é o efeito colateral desse único remédio de que o Governo dispõe? Só usa esse para tentar combater a inflação e está perdendo, lamentavelmente, a guerra contra o aumento de inflação. Só tem usado essa taxa de juros para combater a inflação, que não debela – 4,5%, 5%, 5,5%, 6%, 6,5%, 7%, 7,5%, 8%, e está subindo para 8,5%! Fugiu completamente do centro da meta de 4,5%.

Qual é a consequência dessa inflação? O que o Governo mais teme é o que está acontecendo. É a perda da renda do brasileiro. Entre março de 2014 e março de 2015, a renda do brasileiro, que vem assistindo à inflação, de 8%, crescer para 9%, 10%, caiu 3%! Para combater a inflação, que é o pior dos cupins na renda do brasileiro... E o modelo de crescimento do Brasil está baseado em consumo interno, no consumo das famílias. E é preciso que as famílias tenham renda para consumir e tenham taxa de juros razoável para comprar o liquidificador, a geladeira e poder pagar a prestação.

De uma "paetada" só, para combater o que o Governo não vem conseguindo combater, aumenta-se a taxa de juros e impede-se que o trabalhador que tem a renda diminuída possa pagar a prestação, porque, agora, a taxa de juros cresceu mais 0,5%.

Agora é que não vai mais comprar o automóvel, nem a geladeira, nem o liquidificador, muito menos o ar condicionado, porque já não pode pagar tarifa de energia elétrica, que subiu, depois de prometerem a ele que iria cair 20%.

Como via de consequência, essa taxa de juros que é aumentada para combater a inflação, que corrói a renda dos brasileiros e que vai na contramão do modelo que o Governo do PT implantou, que é o de fazer o PIB crescer na base do consumo das famílias, você tem a depressão da atividade privada, você tem a consequência do desemprego, que é real, lamentavelmente.

Lamentavelmente, Senador Telmário, o desemprego no Brasil voltou. Voltou a inflação, lamentavelmente as maquininhas de remarcação de preço começam a ensaiar o seu movimento perverso, e a atividade privada, deprimida, começa a exibir os primeiros sinais de desemprego. Em dezembro de 2014 o desemprego era 4,3% da população economicamente ativa. Três meses depois, Senador Randolfe, janeiro, fevereiro, março, saiu de 4,3% para 6,2%. É terrível!

Está crescendo o desemprego a uma faixa de 0,7% da população por mês. Isso leva à convulsão social. Você está gerando centenas de milhares de pessoas iradas, aflitas pela incapacidade de o Governo de gerir a economia e a atividade que gera emprego no País.

O movimento das ruas, que tem várias razões, seguramente vai ser engordado por uma horda de pessoas iradas pelo desemprego, de um Governo que não está sabendo, não está tendo talento, não está tendo condições de combater a inflação que não seja pelo aumento da taxa de juros, que gera depressão na atividade privada, e a depressão da atividade privada tem como consequência a perda de renda e o desemprego.

Eu dizia, agora há pouco, que iria abordar uma questão, que é o contraponto ao que o Senador Randolfe falou, Senador Elmano, V. Ex^a que é do Piauí, meu vizinho de região: a atividade pública, que poderia ser um contraponto à depressão da atividade privada, onde o Governo não está encontrando os caminhos da normatização para retomada, essa é que está mesmo pendurada no pincel, porque a meta do Governo é gerar um superávit primário de 1,2 pontos percentuais do PIB, ou seja, sair de uma diminuição, uma perda, porque não teve superávit primário nenhum no ano passado, então, sair de um número negativo para 1,2. Só há um caminho: fechar as torneiras totais, razão pela qual o Ministro dos Transportes, nosso ex-colega, Antonio Carlos Rodrigues, veio a esta Casa ontem. E vi as cenas hoje no Bom Dia Brasil, as cenas em que ele está se desculpando, porque ele não se conteve na audiência pública e disse que as obras de rodovias no Brasil estavam todas paradas ou parando, porque ele não tinha dinheiro, não tinha como operar o milagre de tocar obra sem dinheiro e não ia ser o caloteiro da República!

Quem disse isso foi o Ministro de Estado. Por falta de quê? Por falta de dinheiro, porque o Governo está sendo obrigado... E precisa fazer – precisa, não tem para onde correr –, tem que fazer o superávit primário de 1,2 ponto percentual para pagar juros da dívida, que é de R\$2,3 trilhões, é monstruosa. Então, o Governo tem que fechar as torneiras.

Senador Randolfe, V. Ex^a sabe onde parou a torneira fechada? Vi hoje de manhã. Parou lá no meu Estado também. As obras dos conjuntos que, no Amapá, no Piauí, no meu Rio Grande do Norte, estavam em construção, do Minha Casa, Minha Vida, estão parando. Até o Minha Casa, Minha Vida! Até a construção de programas que são o emblema do Governo! É a quebradeira geral! É onde vou chegar agora com a quebradeira geral.

V. Ex^a é um felizardo. Está pleiteando o prosseguimento ou a conclusão do Aeroporto de Macapá com toda a razão, e V. Ex^a tem o direito de fazê-lo. E eu vou falar sobre a conversa do DNOCS, vou voltar a Currais Novos; eu derivei, mas vou voltar, estou voltando, porque esse é o ponto central.

Tudo isso se refere ao que ocorreu ontem, à elevação da taxa de juros, à dificuldade que o Governo encontra e à impotência do Governo em furar o balão, encontrar o caminho de saída.

Resultado... Já fui governador duas vezes, enfrentei crises monumentais. Fui governador quando a inflação era de 20% ao mês! Quase corri doido! Já passei por muita dificuldade administrativa na minha vida. Tenho 35 anos de vida pública e fui prefeito, duas vezes governador, e esse é o meu quarto mandato de Senador.

Aqui dentro já vi muita crise. Já vi muita crise no meu Estado, já vi muita dificuldade. E uma das dificuldades de que eu me lembro – me lembro bem – que eu mais sofri ao enfrentar foi a falta d'água em Santa Cruz quando eu era governador. Santa Cruz é um Município-polo da região do Trairi do meu Estado. Não tinha fonte d'água nenhuma. Acabou a água, e eu era governador. Não esperei pelo Governo Federal, por ninguém. Não esperei por Brasília, por ninguém. Eu meisquei dentro de Santa Cruz, transferi o governo para lá. O dinheiro de que o Estado dispunha, eu transformei em máquinas operatrizes e perfuração de poços. E consegui botar água em Santa Cruz, que era e é um Município-polo e que não sofreu enquanto eu fui governador, diferentemente de agora.

Agora, está Currais Novos na iminência de ter colapso d'água. E daí a reunião com a Bancada Federal, com o Ministro Henrique Alves e com os diretores do DNOCS aqui em Brasília. Sabe o que nós ouvimos do Diretor Geral do DNOCS? Em dezembro, o DNOCS devia R\$85 milhões das suas obras em construção. Janeiro, fevereiro e março, receberam um dinheirinho, e hoje devem R\$97 milhões. Deviam R\$85 milhões, devem R\$97 milhões. Ou seja, só fez crescer a dívida.

Todas as obras do DNOCS estão paradas. Todas. Além da dívida, estão todas paradas. A adutora cuja construção foi prometida em dezembro do ano passado para abastecer Currais Novos, cidade de 55 mil de habitantes, está paradinha, paradinha da silva. Não tem perspectiva de liberação. Há dinheiro no orçamento, mas não tem perspectiva de liberação. E o DNOCS disse que precisava de R\$5 milhões por mês para, em outubro, entregar a adutora pronta. Em outubro, já morreu todo mundo de sede, porque a água vai se acabar. É inevitável. Não tem para onde correr. Não tem mais água. Gargalheiras está no fundo do poço.

Era preciso que, em maio, junho, julho, agosto e setembro, se tivesse uma ação emergencial de perfuração de poços, de carro-pipa, e eu não estou vendo providência nenhuma nem do Governo Federal nem do Governo do Estado para que aquilo que eu fiz em Santa Cruz no passado seja feito agora em Currais Novos.

Daí a minha aflição, a minha angústia é estar correndo atrás de um prejuízo letal, porque a falta d'água vai gerar perda de vidas, saneamento básico inexistente, todo tipo de ofensa com porta aberta, ofensa à integridade das pessoas.

Infelizmente, a realidade do Brasil é esta: uma prioridade – uma prioridade! –, que seria abastecer a aflição da aflição da aflição, termina dando margem a que você trabalhe para que o pouco dinheiro que você poderia ter você destine a socorrer uma aflição que é dar água de beber para uma cidade de 55 mil habitantes e uma outra de 13 mil habitantes, que é Acari.

Não há perspectiva. Não há dinheiro nem perspectiva de recursos. E aí como é que fica, com o aumento da taxa de juros, com a inflação renitente, com a perda de atividade privada, sem nenhuma perspectiva de atividade do setor público? Se o Minha Casa, Minha Vida está parando, o que se dirá do resto? Agora, o que não pode é parar o abastecimento de água de Currais Novos.

Daí minha presença nesta tribuna, para, pela segunda vez, tratar desse assunto e fazer um alerta às autoridades da República antes que seja tarde. Os discursos que proferi estão todos gravados aqui. O exemplo do que fiz quando fui Governador é fácil de conferir. O que quero é que se faça, neste momento, o que eu fiz modestamente há 20 anos, há muito tempo.

Venho aqui trazer esta minha palavra de protesto antes que seja tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Agripino, sua experiência nesta Casa passa de 30 anos. V. Ex^a foi Governador, Deputado, Senador. A voz de V. Ex^a tem de ser ouvida. V. Ex^a fala como estadista, V. Ex^a fala como um Senador comprometido com o País. As suas críticas são construtivas. Espero que, neste momento, o ouvido do Governo esteja bem aberto para incorporar o discurso de V. Ex^a. Parabéns!

Agora, falará um Senador do Piauí, um Estado maravilhoso, pelo qual tenho o maior carinho.

Senador Agripino, meu bisavô é do Rio Grande do Norte, da família Cabral. Ele veio de lá. Então, tenho esse sangue.

O nosso Senador do Piauí Elmano está com a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de pronunciar meu discurso, eu queria tomar a liberdade de me reportar ao que os Senadores Randolfe Rodrigues e José Agripino Maia trataram neste instante nesta Casa.

Meu querido Randolfe, o aeroporto de Teresina foi inaugurado em 1967, há exatamente 48 anos, com capacidade para abrigar 250 mil passageiros por ano.

Hoje, estamos com mais de 1,1 milhão de passageiros. O aeroporto cresceu. Aliás, a cidade cresceu. O aeroporto não atende mais à demanda dos nossos Municípios, das nossas cidades, do nosso Estado. Foi feito,

em caráter emergencial, um MOP (Módulo Operacional Provisório) que melhorou a área de embarque e de desembarque, mas não resolveu o problema.

Ontem, participávamos e coordenávamos uma reunião da nossa Bancada Federal aqui, no Congresso, quando foi levantada uma questão idêntica a essa que V. Ex^a levantou com relação ao Amapá, especificamente à cidade de Macapá. Realmente, estamos numa situação em que se diz que não há recursos, mas a demanda por novos investimentos cresce cada vez mais neste País.

V. Ex^a se referiu ao Estado do Piauí, ao aeroporto de Teresina, que realmente é um problema. Estamos tentando buscar uma saída. Inclusive, já fui incumbido pela Bancada de marcar uma audiência com nosso Ministro Eliseu Padilha com vistas a buscar uma saída para esse grave problema, embora já sintamos dificuldades profundas com relação aos recursos necessários.

Com relação ao que o nosso nobre...

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Pois não, com muito prazer.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Ainda em relação à questão dos nossos aeroportos, o que não pode ocorrer, meu caríssimo Senador Elmano, nas nossas cidades, nas nossas capitais – Macapá, Teresina e Vitória –, pela culpa dos outros, é o povo pagar e a obra ficar paralisada. O Governo, em que pese o ajuste, a contenção de gastos, seja o que for, tem de dar uma resposta. A forma de privatização dos aeroportos, de concessões, é uma forma que, hoje, considero duvidosa, porque uma empresa pega um filé-mignon, como o aeroporto de Brasília, e não pega aeroportos menos rentáveis, como os nossos. Então, seja qual for a alternativa, tem de ser dada alternativa para a conclusão das obras, seja em parceria com quem vai lucrar depois, já que há um processo de concessão em curso por parte da Infraero, ou seja, de fato, concluindo os processos. O que não pode é também ficar no dilema de escolher algumas obras que vão continuar e outras que ficarão paradas. Urge que o Governo dê uma resposta sobre as obras dos nossos aeroportos.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Concordo com V. Ex^a.

Então, nobre Senador José Agripino Maia, que conheci como grande Governador do Rio Grande do Norte no período de 1991 a 1994, questões dessa natureza, com relação aos problemas cíclicos de seca do Nordeste, àquela época, há quase 25 anos, eram levantadas não só pelo Governador do Rio Grande do Norte, mas também pelos Governadores da Paraíba, do Piauí, do Ceará e de outros Estados do Nordeste.

A realidade é que nós não fizemos os planejamentos e os investimentos necessários. Veja o caso da transposição das águas do São Francisco, inclusive, para o Rio Grande do Norte, para a Paraíba, para Pernambuco, para o Ceará! Ontem, houve uma reunião da Comissão Provisória, da Comissão Especial, que vai tratar do acompanhamento dessa transposição durante este exercício.

É um problema grave o da água. Sei que vamos ter, dentro de 60 dias, problemas gravíssimos não só, Senador José Agripino, no Rio Grande do Norte. Nós já estamos com problemas sérios também no Piauí e no Ceará.

Então, essa é uma questão fundamental que temos de trazer para esta Casa, para começarmos a tomar as medidas emergenciais necessárias, sob pena de nós, mais uma vez, castigarmos o povo nordestino com a falta de água.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM – RN) – Senador Elmano, permita-me um aparte rapidamente. O principal, Senador Elmano, é o não cumprimento dos compromissos, porque a transposição do São Francisco é uma obra muito importante, é uma megaobra. Ela é questionada por alguns Estados, mas desejada por outros. No meu Estado, ela é uma obra ultradesejada. É caríssima, muito mais cara do que poderia ser ou deveria ser, por falta de planejamento. Essa obra foi licitada sem projeto básico, sem projeto final de engenharia, só com um anteprojeto, e tem gerado reajustes sucessivos, seguidos. É um registro que faço. Agora, no caso da cidade de Currais Novos, que é abastecida pela barragem Marechal Dutra, também conhecida como Gargalheiras, isso foi prometido em dezembro. Foi assinado um contrato na cidade. Era uma reivindicação de anos a execução dessa adutora, para a solução definitiva da água. Era uma questão de planejamento vencida, e foi tomado o compromisso de realizar a obra em espaço de tempo recorde. Se essa adutora tivesse começado em dezembro, em abril ela estaria pronta. Ela poderia estar pronta se houvesse compromisso e dinheiro, porque a obra foi licitada, e havia um ganhador. A minha preocupação é com o descaso com nossa região. Foi lá feito o anúncio, foi assinado o contrato, e já são decorridos quatro meses, mas não há uma manilha assentada, não há absolutamente nada. O que ouvi ontem foi a frustração da declaração de que não há dinheiro. Há muito débito no DNOCS, que é um órgão importante e relegado ao desprezo pelo atual Governo da República. Quero, com isso, fazer o registro, agradecendo a manifestação de apoio de V. Ex^a devido ao sofrimento de um Estado irmão do Piauí, que é o meu Rio Grande do Norte.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, amanhã é o Dia Internacional do Trabalho, e eu queria, nesta oportunidade, com este breve discurso, prestar minha homenagem aos trabalhadores do Brasil, especialmente aos trabalhadores do meu Estado, o Estado do Piauí.

Sr. Presidente, nenhum direito é absoluto. A liberdade de contratar, tal como os direitos fundamentais, deve observar os limites e os princípios previstos na nossa Constituição. Não ignoro que vivemos em um mundo de grandes mudanças, cujos ciclos são cada vez mais rápidos e vertiginosos, onde novas formas de trabalho surgem diariamente, desafiando mentes, paradigmas e segurança jurídica. Contudo, no Parlamento, onde as decisões impactam a vida de milhões, uma regra deve ser sempre lembrada: o debate é essencial para o aadurecimento das ideias.

Com base nessas premissas, defendo que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, que dispõe sobre os contratos de terceirização e sobre as relações de trabalho deles decorrentes, deve ser objeto do mais minucioso escrutínio por parte dos Senadores da República.

É preciso que esta Casa Legislativa ouça a sociedade, por meio de sessões temáticas neste plenário ou de audiências públicas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na Comissão de Assuntos Sociais, onde o PLC nº 300, de 2015, deverá tramitar.

Por outro lado, é preciso também buscar o equilíbrio, reconhecendo ao empresariado mecanismos que lhe assegurem a segurança, a competitividade e a formação de redes de produção capazes de enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais globalizado.

É premente estabelecer regras claras para dar segurança a todos os participantes. E compete ao Senado da República, a Casa do diálogo, preencher o vácuo jurídico, definindo efetivamente quais atividades podem ou não ser terceirizadas.

A princípio, sou contra a terceirização em atividades-fim, compartilhando a preocupação do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, bem como o sentimento de muitos outros Senadores aqui presentes, inclusive o de V. Ex^a, Sr. Presidente.

No art. 4º, o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, que dispõe ser lícito o contrato de terceirização relacionado à parcela de qualquer atividade da empresa contratante, deve ser repensado, pois impressionam os argumentos de que a terceirização da atividade-fim leva à redução do padrão remuneratório dos prestadores de serviço, bem como à piora das condições ambientais de trabalho, aumentando os riscos à saúde e à segurança do trabalhador e os casos também de acidente do trabalho.

Meu querido Presidente, com a terceirização da atividade-fim, a concorrência entre empresas prestadoras de serviço pode acarretar o enxugamento acirrado dos custos da mão de obra dos empregados terceirizados como pressuposto de sobrevivência empresarial, submetendo esses trabalhadores a condições sociais mais precárias do que aquelas dispensadas aos empregados das empresas tomadoras de serviço.

Entretanto, não podemos deixar de destacar pontos positivos do projeto, a exemplo da questão relacionada à responsabilidade solidária, prevista no art. 15 do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, medida que facilitará a obtenção do crédito pelo trabalhador após a rescisão do contrato de trabalho.

Evidentemente, com os debates, ouvindo ideias de juristas, de magistrados, de especialistas, inclusive amparados no Direito Comparado, o projeto de lei sob análise pode ser muito bem aprimorado. Mas, para isso acontecer, é preciso que o Senado da República, que esta Casa debata o PLC nº 30, de 2015, sem restrições, sem amarras ou pressões de qualquer natureza.

Aqui, Srs. e Srs. Senadores, é importante assentar que vivemos o bicameralismo, em que as decisões de cada Casa legislativa devem ser consideradas sérias e determinantes. O Senado Federal, sendo a Casa revisora, exerce um autêntico papel moderador das proposições legislativas iniciadas na Câmara dos Deputados.

Por essas razões, o projeto de lei que regulamenta a terceirização não pode ser objeto de açodamento. Ao contrário, o PLC nº 30 de 2015, deve ser discutido com tempo, boa vontade, mediante análise dos Srs. Senadores e das Srs. Senadoras, para que, prudente, criativa e inteligentemente, considerem o melhor para o Brasil.

Eram essas as palavras, Sr. Presidente, com as quais eu queria me reportar especialmente sobre esse processo em tramitação de terceirização do trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Elmano, faço minhas as palavras de V. Ex^a.

V. Ex^a representa o PTB, Partido que nasceu no seio do trabalhador, em mão de Getúlio Vargas, de João Goulart. Inclusive, na segunda-feira às 11h, o Presidente comunica uma sessão solene em homenagem ao ex-Presidente João Goulart, aqui, nesta Casa, aqui, neste plenário. Nós já vamos fazer esse anúncio.

Sem nenhuma dúvida, V. Ex^a faz um pronunciamento com muita lucidez, com muita coerência. Eu parabenizo V. Ex^a, que vem de um Estado querido, o Estado do Piauí. V. Ex^a sabe o quanto o suor do trabalhador tem que ser valorizado ali, não só pela construção daquele Estado. Quem mora no Piauí se avizinha ao Maranhão, ao Ceará, ao Rio Grande do Norte, a Pernambuco, a todos os Estados nordestinos e conhece a dor do homem do campo, a mão calejada daquele que trabalha diuturnamente para o progresso e desenvolvimento deste País.

V. Ex^a, como eu, que sou neto do Nordeste – vim do Norte –, tenho hábitos e costumes com poucas características diferentes das do povo do Nordeste. Sabemos que é um povo solidário, um povo ordeiro, um povo trabalhador e, sobretudo, um povo guerreiro, determinado, de amor, de acreditar, de muita fé. De muita fé.

Por isso que os Estados nordestinos, paulatinamente, com todo o seu sofrimento, com todas as suas diversidades, climáticas ou não, têm um povo que avança. Como disse o Senador Agripino, “anda para frente”.

E V. Ex^a, hoje, neste dia que antecede o Dia do Trabalhador, representando o PTB – o meu Partido é filhote do PTB, porque é o Partido do coração do fundador do PDT, de Leonel Brizola –, faz um pronunciamento muito oportuno, para o qual eu tiro o chapéu.

Meus parabéns!

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Mas o PMDB continua ativo. Ele vem de Santa Catarina, jovem, eloquente, que aprendi a admirar e por quem tenho carinho e respeito. Refiro-me ao Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Telmário, que preside os trabalhos desta sessão, meus cumprimentos a V. Ex^a. Muito obrigado pela oportunidade de, aqui da tribuna, expressar novamente um dos grandes problemas que Santa Catarina está vivendo na atualidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a crise provocada pela má gestão e pela corrupção na maior empresa brasileira, a Petrobras, orgulho até então de todos os brasileiros, começa a atingir milhares e milhares de brasileiros que não têm culpa alguma do vírus avassalador que infectou a empresa símbolo da riqueza brasileira.

Pretendo, neste pronunciamento, Sr. Presidente, trazer ao conhecimento de V. Ex^{as} e ao povo do meu Estado, o Estado de Santa Catarina, um fato que provocou um misto de surpresa, indignação e revolta.

A Petrobras, em nota oficial divulgada no dia 17 de abril, de 2015, confirmou o fechamento da unidade de operações de exploração de petróleo no Município de Itajaí. Daí a minha grande preocupação. Atitude, a meu ver, intempestiva, inconstante, sobretudo pelo que representa para a economia de Santa Catarina e do Brasil.

Num momento de crise como esse em que estamos vivendo, a Petrobras acaba de anunciar um prejuízo superior a R\$21,5 bilhões e mais de R\$6 bilhões por conta da corrupção que avassalou a empresa nos últimos anos. No momento, numa atitude inesperada, a Petrobras anuncia o fechamento de uma unidade responsável pela produção diária, nada mais, nada menos, Sr. Presidente, do que 73 mil barris de petróleo, em Itajaí, no meu Estado, que gera negócio na ordem de cerca de US\$7,5 bilhões por dia.

Essa unidade, Sr. Presidente, é a quinta colocada em volume de operação no País. Ela opera um dos maiores e com melhores custos de produção. Portanto, uma unidade enxuta, eficiente e que não merece esse tratamento. É a unidade da Petrobras com o maior resultado operacional bruto por empregado, infinitamente superior a todas as outras. Possui apenas cerca de 200 empregados, entre empregados diretos e apoiadores, enquanto que, segundo informações que me passaram, as outras unidades contam com milhares e milhares de empregados.

Essa unidade de exploração e produção de Itajaí foi criada em 2010, para aliviar a sobrecarga existente da unidade de operações de exploração da Bacia de Santos. Seria, então, ainda responsável pela exploração de outras áreas, como a Bacia de Pelotas e, em terra, pela produção do Campo de Barra Bonita, na Bacia do Paraná.

Sr. Presidente, por incrível que pareça, após uma ampla mobilização do Estado de Santa Catarina, sobretudo do Vale do Itajaí, que recebeu, entre tantos apoios, o do Fórum Parlamentar Catarinense, coordenado pelo atuante Deputado Federal Mauro Mariani – fórum composto por 3 Senadores e 16 dezenas de Deputados Federais –, diante disso, o Presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, afirmou ontem, durante audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que a Petrobras de Itajaí não vai fechar, contrariando a versão da própria companhia, cujo assunto foi discutido durante reunião com Deputados Estaduais, Vereadores e lideranças locais no próprio Município de Itajaí, um dia antes. Bendine afirmou: “A mudança é simbólica, e o que está sendo feito são apenas pequenos ajustes, que passa a ser centralizada em Santos.”

Realmente, Sr. Presidente, a mudança parece muito simbólica. Diga-se de passagem, esse, na minha opinião, seria o primeiro procedimento da empresa para, no futuro, promover a sua desativação total.

É muito estranho, então, que, de uma hora para outra, sem maiores explicações, num momento de crise e descrédito da empresa, que precisa sair do atoleiro em que se encontra devido à má gestão e à corrupção estampada, toma-se uma atitude que vem prejudicar, e muito, a economia catarinense.

O impacto social será expressivo e significativo para toda a região. A remoção dos trabalhadores implicará ainda enormes custos adicionais.

Também é de se esperar um efeito pernicioso sobre o curso de graduação de Engenharia do Petróleo, mantido peia Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina), causado pela falta de investimentos, que por certo virá.

Estamos atravessando, Sr. Presidente, um momento em que gostaríamos de ver a Petrobras se reerguendo. Seu papel é fundamental, é vital para o desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina.

E esse problema, não é a primeira vez que ocorre; já é a segunda vez que Itajaí sofre com a notícia da desativação da unidade local da Petrobras. A primeira foi em 2002, mas aí estávamos no final de uma era de governo, e a situação foi revertida com a posse do Presidente Lula. E agora estamos no início de Governo, se bem que abalado por uma crise sem precedentes. Isso, porém, não poderia ser motivo para se aplicar um golpe sobre a economia de uma região que se destaca pela capacidade laborativa de seu povo. Isso não justificaria o desmonte da estrutura da maior empresa do País, uma das mais destacadas do Planeta e sobre a qual o Governo, indubitavelmente, tem toda a sua influência.

É por isso que estamos, nesta oportunidade, fazendo uso da palavra para dar conhecimento aos nobres Srs. e Sras Senadoras da situação absurda, inaceitável que se quer impor a Santa Catarina, retirando desse Estado um dos maiores e mais relevantes polos da economia catarinense. Peço atenção mais acurada das autoridades responsáveis por nossa produção mineral, especialmente os envolvidos com a área do petróleo e aos dirigentes da maior empresa brasileira que refletam sobre essa medida, isento de imaginar e imaginando que isso possa ter sido um equívoco.

Espero, portanto, Sr. Presidente, que constate a importância que Itajaí conquistou no cenário catarinense e nacional, que alcançou o quinto lugar em produção da Petrobras e que, com esse desempenho, não faz sentido a sua desativação.

Era o que tinha a relatar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Dário Berger, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e ressalto a importância do tema aqui registrado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – A Presidência lembra às Sras e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 4 de maio do corrente, segunda-feira, às 11h, no plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o Presidente da República João Goulart.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, já se vão 129 anos desde que uma manifestação de trabalhadores pela jornada de oito horas manchou de sangue as ruas de Chicago, nos Estados Unidos. Naqueles tempos difíceis, em que o regime de trabalho era desumano, a luta em busca de melhores condições era igualmente dura.

Começava aí, em 1886, a história da consagração do dia 1º de maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores. Em Chicago, a repressão se abateu forte sobre as lideranças dos trabalhadores. Oito líderes foram condenados à morte, ou à prisão perpétua, e ficaram conhecidos como “os oito de Chicago”. Mas eles inspiraram daí por diante, as lutas dos trabalhadores em diversas partes do mundo.

Três anos mais tarde, em Paris, a Segunda Internacional Socialista escolheu a data de 1º de maio como a data de manifestações anuais pela jornada de oito horas de trabalho. Novas mortes de trabalhadores pela polícia ocorreriam em 1º de maio de 1891, no norte da França.

As lutas dos trabalhadores prosseguiram até que, finalmente, em 23 de abril de 1919, o Senado francês estabeleceu a jornada de trabalho de oito horas e decretou feriado o dia 1º de maio daquele ano. No ano seguinte, a Rússia também tomou o 1º de Maio feriado nacional, exemplo seguido por outros países.

As idéias e princípios trabalhistas chegaram ao Brasil junto com os imigrantes europeus. As reivindicações principais eram a jornada de oito horas, a abolição do trabalho infantil e a proteção ao trabalho da mu-

lher. O fortalecimento da classe operária acabou fazendo com que o Presidente Arthur Bernardes decretasse feriado o 1º de Maio.

Mas foi somente na Era Vargas, iniciada em 1930, que os direitos dos trabalhadores seriam reconhecidos, e o discurso sobre o 1º de Maio, unificado. Getúlio Vargas transformou em lei os direitos do trabalhador e se apropriou politicamente da data. Nas palavras do professor Bernardo Kocher, "o protagonista não é mais o operariado, e sim o Estado, o desenvolvimento econômico, a Nação e o seu dirigente máximo".

Felizmente, o mundo evoluiu e as relações de trabalho hoje são outras. Prevalecem as negociações bilaterais entre empregadores e empregados. A legislação assegura direitos aos trabalhadores. Questões como a terceirização das contratações são, hoje, amplamente debatidas no Congresso Nacional, com plena participação das entidades representativas de empresas e de trabalhadores. As relações trabalhistas tornaram-se, afinal, civilizadas e a legislação avança e se moderniza, mediante saudável discussão.

Há aspectos, contudo, que não dependem de legislação, mas, sim, da dinâmica da própria economia. É o caso do desemprego, que, depois de um largo período em taxas bastante comemoradas, começa a crescer em razão da contração da atividade econômica nacional.

Tendo ficado, na média, em 4,8% em 2014, a taxa de desocupação chegou a dezembro do ano passado em 4,3%, mesmo número de dezembro de 2013, segundo dados do IBGE. No mês de março passado, esse número já atingia 6,2% numa clara indicação de que há motivos reais para nos preocuparmos com o emprego do trabalhador brasileiro. Mais do que nos preocupar, precisamos agir.

Nesse sentido, é fundamental que trabalhadores e empresários busquem mecanismos inteligentes de entendimento e de colaboração no sentido de evitar o desemprego, uma catástrofe econômica tanto no nível individual, quanto no que diz respeito aos prejuízos causados à Nação como um todo.

Um dos recursos bastante efetivos contra o flagelo do desemprego é a qualificação do trabalhador. Pesquisa da Fundação Dom Cabral, realizada com 167 empresas, verificou que 91% delas enfrentavam problemas com a falta de mão de obra devidamente qualificada.

Vivemos em um mundo em que a tecnologia cada dia mais faz parte do nosso cotidiano. No campo empresarial, seja na indústria, no comércio ou nos serviços, é preciso cada vez mais preparo para enfrentar um mercado em que, gostemos ou não, a competição se globalizou e, por isso mesmo, está cada vez mais acirrada.

Assim, programas como o Pronatec, do Governo Federal, e instituições privadas de formação, como Senac, Senai e Senat, entre outras, são cada vez mais importantes. Servem não somente como instrumentos de preparação do trabalhador brasileiro para essa competição, que direta ou indiretamente o atinge, mas também para torná-lo cada dia menos vulnerável ao desemprego.

Creio que há muito que fazer para a criação e a manutenção de empregos entre nós, e que trabalhadores e empresários brasileiros têm, hoje, uma visão colaborativa, o que acalenta esse nosso otimismo. Problemas enfrentados com inteligência e visão construtiva costumam gerar ótimas soluções.

Assim, quero saudar, neste 1º de Maio, os trabalhadores do Brasil, verdadeiros construtores da riqueza nacional, artífices de dias melhores para o País e para suas futuras gerações. Salve o trabalhador brasileiro!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 47 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
 (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*

Bloco-PT - Walter Pinheiro*

Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*

Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*

Bloco-PMDB - João Alberto Souza*

Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*

Bloco-PMDB - Jader Barbalho*

Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)

Bloco-PT - Humberto Costa*

Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*

Bloco-PT - Marta Suplicy*

Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*

Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*

Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)

Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*

Bloco-PPS - José Medeiros* (S)

Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*

Bloco-PT - Paulo Paim*

Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*

Bloco-PT - José Pimentel*

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*

Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)

Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*

Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira*

Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*

Bloco-PT - Regina Sousa* (S)

Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*

Bloco-DEM - José Agripino*

Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*

Bloco-PSDB - Paulo Bauer*

Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*

Bloco-PMDB - Renan Calheiros*

Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*

Bloco-PSC - Eduardo Amorim*

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)

Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*

Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*

Bloco-PMDB - Roberto Requião*

Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*

Bloco-PSD - Sérgio Petecão*

Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*

Bloco-PMDB - Waldemir Moka*

Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*

Bloco-PSD - Hélio José* (S)

Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*

Bloco-PMDB - Valdir Raupp*

Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)

Bloco-PR - Vicentinho Alves*

Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*

Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*

Bloco-PMDB - Romero Jucá*

Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-14 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Marta Suplicy.	PT / SP
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blaíro Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco da Maioria.	22
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PB)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agrípino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Juçá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TD)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4º SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (15,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14</p> <p>Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira (15,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Morais (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado (5)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLPDT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

VAGO (1)

VAGO (2)

VAGO (3)

Notas:

- *. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).
1. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSRFER).
2. Em 06.04.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).
3. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

2) OMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS CONFLITOS EM CURITIBA/PR

Finalidade: Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vem ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado.

Requerimento nº 403, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)

Bloco da Maioria (PMDB, PSD)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

4) OMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER

DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA

TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinícius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemburg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezíkelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemburg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, composta por onze senadores titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, o assassinato de jovens no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 93, de 2015, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
(4)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Leandro Bueno

Telefone(s): 61 33033508

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5,6,7)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ^[6]

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ^[6]

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ^[5]
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^[7]
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ^[9]
Senador Roberto Requião (PMDB)	6.
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
Senador Luiz Henrique (PMDB)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ^[1]	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ^[2]
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ^[4]

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: cae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ^[7]

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ^[7]

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ^[4]	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^[10]	2. Senador Garibaldis Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^[10,6]
Senador Edison Lobão (PMDB) ^[6]	5.
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO (5,8)
VAGO	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ^[1]	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ^[9]	2. Senador Romário (PSB) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ^[1]	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) (3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldis Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixa de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldis Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Morais (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ângela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
VAGO ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIÁDAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Rocha (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^[1]

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^[6]

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ^[4]	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT) ^[3]
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ^[2]
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
VAGO ^[7]	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ^[5]
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁴⁾	4. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).

6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ^[6]

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ^[6]

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP) (5)	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) (7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (4)	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. VAGO (4)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) (3)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) (1)
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDABG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^[2]

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ^[8]

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (12,11)	2. VAGO (7)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO (5)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antônio Anastasia (PSDB) (6)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^[1]

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^[1]

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^[4]	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^[3]	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Omar Aziz (PSD) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) (6)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (4)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**, Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Luiz Henrique (PMDB) (6,3)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(*Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993*)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **9^a Eleição Geral:** 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(*Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾1^a Designação: 30/11/20102^a Designação: 14/03/20113^a Designação: 21/03/20124^a Designação: 11/03/20135^a Designação: 20/05/20146^a Designação: 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB**PTB**

VAGO

PP

VAGO

PDT**PSB**

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros: 15 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB**PP****PDT**

VAGO

PSB

VAGO

DEM**PR**

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

Atualização: 31/01/2015

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^[1]	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

PROS

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2º VICE-PRESIDENTE: VAGO

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Relator do PLDO: VAGO

Relator do PLOA: VAGO

Relator da Receita: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. VAGO
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Sandes Júnior - PP/GO
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. Rômulo Gouveia - PSD/PB
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. William Woo - PV/SP
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - RJ

Secretário: Maedes Jordão S. Saldanha**Telefone(s):** 3216-6892**E-mail:** maedes.santana@camara.leg.br**Local:** Plenário 2 da Câmara dos Deputados

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO (4)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC ^[6]
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
Jony Marcos - PRB/SE ^[8]	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE ^[7]

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

Secretário: José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 61 3303-3122**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PT/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocom@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**
(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher
 (Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PT/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. VAGO
Luzianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
Shéridan - PSDB/RR	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a coissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)**1º VICE-PRESIDENTE:** VAGO**2º VICE-PRESIDENTE:** VAGO**Designação:** 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. VAGO
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
Luiz Henrique - PMDB/SC	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional
(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

**Edição de hoje: 168 páginas
(O.S. 11793/2015)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

